



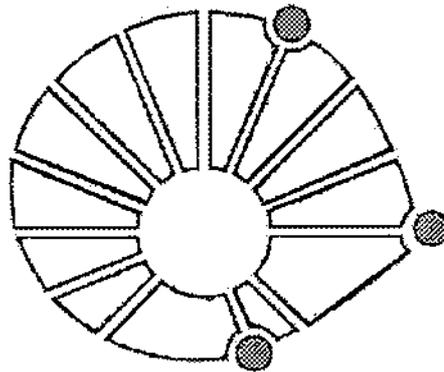
1290001176



JANUSSA DE CAMARGO TCC/UNICAMP C14a

AVALIAÇÃO, PROVÃO
Um estudo de caso do Movimento Estudantil e o Boicote
na Faculdade de Educação da Unicamp

Trabalho de Conclusão de Curso



Orientador:
Luis Enrique Aguilar

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Faculdade de Educação

Campinas
2003

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

C15 004 001

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO, PROVÃO
UM ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E O
BOICOTE NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar.

Autora: Janussa de Camargo
Orientador: Luis Enrique Aguilar

Campinas, SP
2003

UNIDADE...	FE
Nº CHAMADA:	TCC/unicamp
	C14a
V:.....EX:.....	
TOMBO:.....	1176
PROC:.....	117/04
C:.....D:.....	2
PREÇO:.....	11,00
DATA:.....	17/02/04
Nº CPD:.....	Pub. 210091

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildeir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

C14a	Camargo, Janussa de. Avaliação, Provão: um estudo de caso do movimento estudantil e o Boicote na Faculdade de Educação da UNICAMP / Janussa de Camargo. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003. Orientador : Luis Enrique Aguilar. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Avaliação. 2. Provão. 3. Boicotagem. 4. Movimentos estudantis. I. Aguilar, Luis Enrique. II. Universidade Estadual de Campinas.Faculdade de Educação. III. Título.
	03-0227-BFE

Viver ao máximo essa universidade.

Cada ano que estive aqui.

Foi uma tarefa na sua maioria muito prazerosa.

Porque nesse percurso cruzei com pessoas especiais...

Agora é chegado a hora de partir e agradecer a esses seres que trouxeram luz ao meu caminho.

Agradeço:

A minha mãe Juracy de Camargo que sempre me amou e apoiou.

Ao André Braga que me ensinou os primeiros passos da lógica acadêmica.

Aos professores que foram tantos, e em especial aos professores inesquecíveis, como Vera Lúcia Rossi e Ana Lúcia Goulart.

A todas as pessoas do Grupo FOCUS que estiveram presentes comigo por 4 anos, em especial as professoras Letícia Bicalho e Ana Almeida.

Às milhares de amigadas que fiz nos 5 anos de Coral Ziper na Boca, Giuliana, Lissiene, Márcio, Filipe, Paulo, Benigna, Soninha, Alessandra, Mariza, Rux, Vívian, Lia, Magrão ...

Ao pessoal do Grupo Ginástico da Faculdade de Educação Física, galerinha batuta !

Aos companheiros Zé, Rafael, Gabirú, Raphaelli da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia.

Ao Centro Acadêmico de Pedagogia que foi um espaço de muito aprendizado no qual conheci pessoas que me marcaram: Adriana, Regininha, Fred, Fernanda, Luciana.

A Maria Luíza do SAE, que sempre foi uma mãezona.

Na Moradia; Janaina que primeiro me acolheu e todas companheiras que dividiram a casa comigo e principalmente o pessoal de luta Denis, Julião, Fernandinha, Moab... e a amavel Jana.

As Patricia's que foram tantas e tão particulares e especiais, a Renata, Teresa, Marinalva, Tati, Mafe, Ferdinando, Jorge, Júlio, a todos que deixaram a minha vida mais colorida...

Finalmente, quero agradecer ao Nino Leolo, que sem saber me ensinou o que é o amor...

***"Quando a gente pensa que sabe todas as respostas,
vem a vida e muda todas as perguntas".***

(autor desconhecido)

Resumo

O trabalho analisa os efeitos institucionais do EXAME NACIONAL DE CURSOS (ENC) de graduação na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Para tanto contextualiza a situação política da Avaliação do Ensino Superior no Brasil resgatando historicamente seu percurso até a implementação deste exame nacional de cursos, conhecido através da mídia como "Provão" e cujo processo focamos a partir de 1996.

O interesse em focar esta avaliação externa no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, se justifica a partir da transcendência do Movimento Estudantil que consolidou a sua resistência à implementação desta política através da estratégia do Boicote.

Recuperamos política, histórica e teoricamente o debate sobre a avaliação dos cursos de graduação nas universidades brasileiras hierarquizando os efeitos numa das principais instituições do país e onde se localizou um foco de resistência de grande valor político e teórico.

Palavras-Chave: Avaliação – Provão – Boicote – Movimento Estudantil – Política Educação Superior.

Sumário

Resumo-----	p. 01
Introdução-----	p. 03
Os primórdios da educação superior no Brasil e a avaliação: uma recuperação sucinta. -----	p. 04
O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB-----	p. 08
Quem compõe o quadro da educação brasileira no governo Fernando Henrique Cardoso e a introdução do Provão: os quadros e as idéias.-----	p. 12
Um estudo de caso o Provão no curso de Pedagogia da Unicamp e o Movimento Estudantil: recuperando a história recente.-----	p. 22
"O Exame Nacional de Cursos (Provão) em Debate",-----	p. 43
Balanço do BOICOTE na pedagogia nos anos de 2001 e 2003-----	p. 53
Conclusão-----	p. 56
Bibliografia-----	p. 59
Anexos-----	P.62

Introdução

O Exame Nacional de Cursos (ENC) – “Provão” - é o tema objeto de pesquisa deste presente trabalho, e suas análises estão diretamente relacionadas com a natureza recente do tema bem como a sua produção bibliográfica, teórica e crítica.

Residem nestas questões as possibilidades e os limites da construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Iniciamos esta apresentação elucidando o pano de fundo, que é constituído o Provão.

Acreditando que o ENC, entre outras coisas, compõe e se articula harmonicamente a uma complexa política econômica ditada pelo Banco Mundial. Este, tem como modelo de referência os sistemas educacionais Chileno e Britânico, cuja peculiaridade reconhecível é o papel do Estado que, sendo “mínimo”, se (des)responsabiliza financeiramente da educação que é direito do cidadão e assume apenas com o controle e fiscalização.

Outros pontos fundamentais são abordados em meus registros. Entretanto, o que constituiu a motivação para aprofundar as análises sobre este tema foi minha vivência e militância contra essa forma de avaliação, o palco dessa experiência e seus registros, foi o Centro Acadêmico de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp, que se consolidou como espaço de resistência, reflexão e construção de possibilidades.

Os primórdios da educação superior no Brasil e a avaliação: uma recuperação sucinta.

A criação da Educação de Nível Superior no Brasil responde à lógica imposta pela elite no país, como acontece em outras sociedades, com a finalidade de exercer a função de selecionar e disseminar os conhecimentos considerados social e economicamente válidos.

Segundo Luiz Antônio Cunha quando Dom João VI chegou ao Brasil criou logo cátedras:

“não tinha curso, tinha um ensino, um catedrático ministrando,(...) somente em 1827 foram criadas duas faculdades de direito, com cursos, várias cátedras articuladas e sob uma administração comum.(...) todas isoladas. Depois de multiplicadas, foram reunidas, e daí nasceram as universidades. Portanto, o processo de constituição do nosso ensino superior foi um processo de agregação sucessiva, que está longe de chegar a seu fim.” (CUNHA, 2001,p.05-07)¹

A avaliação para qualidade não se fazia presente nesse contexto, e por muito tempo, pois, segundo Amorin a intenção avaliativa era reforçar e consolidar as necessidades educacionais das elites e não a situação acadêmica, administrativa e os processos de ensino-aprendizagem. (Amorin,1992, p.21)

¹CUNHA, Luiz Antônio. “Era uma vez um Rei chamado D.João VI...” . In: Caros Amigos Especial “ A universidade no espelho” , nº 9, nov. : São Paulo, Casa Amarela, 2001.

Entre 1930 e 1960, o Estado crescentemente foi criando formas de controlar autoritariamente o ensino superior. Primeiramente foi com o "Estatuto das Universidades Brasileiras", em seguida, no ano de 1968 com a Lei da Reforma Universitária.

Na Reforma foram propostas duas formas de avaliação: Plano Ataçon e Relatório da Comissão Meira de Matos.

O Plano Ataçon tinha dois princípios fundados na racionalidade institucional que tem raízes norte-americanas: o modelo empresarial, e a transformação das universidades em fundação privada, para que esta tenha autonomia e independência.

Por sua vez, o Relatório da Comissão Meira Matos "*propôs medidas que acenavam para uma visão pragmática do ensino superior mais eficiente e adequada à nova realidade econômica.*" (Leite Lorea, 1998, p.60)²

É preciso lembrar que, historicamente, esses eram anos de Regime Militar, ou seja, de máximo controle por parte do Estado autoritário.

Felizmente esta Reforma não teve longa duração, pois, nos anos 80, devido à mobilização popular que reivindicava autonomia Universitária, foi lançado pelo MEC em 1983 o Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU, que tinha um enfoque menos mercadológico, "*apontava entre seus objetivos, promover uma reflexão sobre a prática desenvolvida nas universidades, permitindo que outros setores sociais, externos às instituições de ensino superior expressassem suas sugestões, demandas e expectativas quanto a funções sociais e políticas*

² LEITE, Lorea." Avaliação e Relação de Poder: PAIUB e exame nacional de cursos". In: Avaliação. Campinas: RAIES, ano 3 nº 1 (06) jun. 1998.

das IES.” (Isaura Belloni, p.42³) entretanto, este, devido a disputas internas no MEC foi abortado.

Na segunda metade da década de 80, Universidades como a Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de Brasília e a Universidade de São Paulo, se mobilizaram a respeito da necessidade de avaliação e desenvolveram suas próprias avaliações, utilizando diferentes procedimentos.

Notoriamente a avaliação da USP foi a que mais teve repercussão, devido ao seu foco avaliativo ser a produção acadêmica, essa pesquisa avaliativa culminou em um “*ranking*” de produtivos e não produtivos. A sua divulgação de forma precipitada e descontextualizada para a mídia pode estar dentre os elementos do consenso disciplinador da avaliação e seus resultados.

Mesmo com movimentação por parte de alguns acadêmicos no sentido de avaliar, pouco pode ser aproveitado, pois o impacto da repercussão na mídia de tal lista, trouxe muito receio no meio universitário no que diz respeito a avaliações.

A avaliação abordada neste período por parte do governo pouco serviu para o desenvolvimento de nossas universidades, segundo José Camilo dos Santos Filho o Estado brasileiro:

“restringiu às tarefas de autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento de cursos e credenciamentos de instituições de educação superior(...), o Estado veio regulando de forma minuciosa, centralizadora e burocrática, a estrutura e o funcionamento das

³ Belloni, Isaura. “A universidade e o compromisso da Avaliação Institucional na Reestruturação do Espaço Social”. In: Avaliação. Campinas: RAIES, I,nº2, dez. 1996

instituições de educação superior do país. (...) mais de duas décadas de submissão da universidade ao controle e ingerência direta do Estado, impedindo-lhe o exercício efetivo de qualquer tipo de autonomia.”

(Santos, 1999⁴,p.12)

Ele se refere a burocratização da universidade que faz com que elas se desviem de questões relevantes a sua composição, percam sua autonomia e gastem grande parte do seu tempo com assuntos burocráticos estatais, referendando assim, a idéia de Estado Controlador.

A avaliação no ensino superior até o final da década de 80 era restrita a instituições, hoje vemos que é através do aluno que o Estado se sente mais à vontade para legitimar suas políticas avaliativas.

⁴ Dos Santos Filho, Camilo. “Análise teórica-política do Exame Nacional de Cursos”. In: Avaliação. Campinas: RAIES, 4,nº3, set. 1999.

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB

É por volta de 1994 que as autoridades brasileiras iniciam o atual processo de reconfiguração da educação superior no país – políticas privatistas?

A política econômica e social brasileira estava norteada pelos moldes britânicos e chilenos que aumentam o controle do Estado e diminuem seus investimentos deixando à vista as principais características do modelo econômico reconhecido como *neoliberalismo*. É nesse período, que ficam mais evidentes imposições ao país através dos organismos internacionais.

Entretanto, não seria tarefa fácil realizar mudanças nesta perspectiva, nem todos estavam dispostos a entregar nossas universidades a essa lógica neoliberal. Pessoas, entidades e organismos representantes dos mais variados setores da Sociedade Civil, que acreditavam nas possibilidades de crescimento, autonomia e melhora de nossas Universidades, pensaram em formas de avaliação que contemplassem tais objetivos.

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) pode ser reconhecido até o momento como a forma mais democrática de avaliação, porque não tem um modelo ideal e único para todo o país.

Analisa-se a seguir esta abordagem discorrendo sobre parte do texto de apresentação do PAIUB publicado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, em 1994, cuja autoria pertence a Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.

O PAIUB foi fundamentado no objetivo de aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e do Governo das Instituições de Ensino Superior e sedimentado no compromisso social da Universidade. A avaliação se apresenta despida dos seus velhos "fantasmas". Participativa, voluntária levando em conta as diferenças regionais e a história de cada Instituição, (grifo meu) a avaliação se coloca como um processo contínuo, sistemático, e de construção de uma cultura de avaliação.

Trata-se de um projeto de avaliação interna e externa que pretende apontar para Universidade Brasileira melhores rumos a serem perseguidos.

A compreensão é mais do que isto, a certeza de que os resultados da avaliação não serão computados de forma linear para punir ou premiar, mas sim para promover as necessárias correções, (grifo meu) as resistências antes tão fortes, foram se arrefecendo, numa manifestação inequívoca de que a busca da competência acadêmica se estrutura também em valores maiores como liberdade e respeito.(Luz⁵, 1994, p. 46)

O papel do MEC neste processo é de coordenador, articulador e agente financiador da avaliação institucional, assumindo a postura política de trabalhar em parceria com as Universidades.

Os princípios que norteiam este projeto segundo um membro do comitê assessor senhor Dilvo I. Ristoff⁶ são: **Globalidade; Comparabilidade; Respeito à identidade institucional; Não premiação ou punição; Adesão voluntária legitimidade; Continuidade e por fim referenciados por uma avaliação externa.**

⁵Pinto da Luz, Rodolfo Joaquim. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – PAIUB . In: Avaliação. Campinas: RAIES, 1,nº1, jul. 1996.

⁶Ristoff Dilvo. Idem

Essa forma transparente de abordar a avaliação do ensino superior, nos traz mais confiabilidade em seus resultados, pois estão claros os princípios e sobretudo os objetivos.

Outros aspectos importantes também são abordados por Ristoff:

“O PAIUB busca uma forma de avaliação que possa fazer justiça ao caráter singular do mundo acadêmico – um espaço público e livre, reservado ao permanente avanço da arte e da ciência, e que dificilmente pode ser avaliado adequadamente por critérios eficientistas do mundo empresarial ou pelo imediatismo da mídia.” (Ristoff, març., 1997, p. 61)⁷

Ao explicitar o cerne da proposta avaliativa que se predispõe a desvencilhar-se da lógica mercantil e superá-la, fica claro o quanto o PAIUB e o ENC são incompatíveis.

Ainda que não fossem claramente divulgadas para a população, víamos que as políticas públicas se encaminhavam no sentido de cumprimento de exigências. Dentre várias Reformas propostas pelo governo (econômica, tributária, fiscal, da previdência, produtiva, educacional, etc) era a educacional que mais caminhava, vemos como exemplo disso a Lei de Diretrizes e Base da educação nacional - LDB, de Darcy Ribeiro.

“O movimento das Reformas, que hoje se observa no Brasil, parece encontrar-se em meio a um espaço mais amplo do que a América Latina. Em recente documento (Prioridades e Estratégias para a educação: Estudo

⁷ RISTOFF, Dilvo I.. Avaliação Institucional e a Mídia. In: Avaliação. Campinas: RAIES, 2,nº1, mar. 1997.

Setorial do Banco Mundial - 1995), este organismo multilateral estabelece orientações para as Reformas educacionais dos países em desenvolvimento, das quais destacamos: *prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da Reforma educativa; e descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados.*" (Sguissardi⁸,1997,p.25)

As políticas para avaliação superior do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Senhor Ministro da Educação Paulo Renato Souza, professor de economia da Unicamp, seguem novo rumo, criteriosamente pautado no pensamento neoliberal vigente, que enfatiza a flexibilização, eficiência, agilidade dos serviços do Estado, com novos sistemas de coleta de dados e grande ênfase na questão quantitativa como exemplo: o ENC no ensino superior, e o ENEM e o SAEB em outros níveis.

Visa-se apresentar crescimentos numéricos rápidos para os organismos externos como o Banco Mundial, em detrimento a uma estratégia de política pública educacional a médio e a longo prazo da qual fosse pautada em bases de qualidade, entende-se qualidade como : estrutura física adequada, profissionais com projetos de formação continuada e salários justos, programas pedagógicos condizentes com a realidade local, e o contínuo investimento financeiro para realmente atender a todos que não tiveram acesso a educação.

⁸ SGUISSARDI, Valdemar. Avaliação Universitária em questão: Reformas do Estado e da educação Superior. Campinas, SP: Autores Associados,1997.

Quem compõe o quadro da educação brasileira no governo Fernando Henrique Cardoso e a introdução do Provão: os quadros e as idéias.

A Avaliação se torna pauta do dia, quando a crise econômica de todo o mundo "obriga" seus governantes a investirem cada vez menos nas áreas sociais, como a educação.

É fundamental lembrarmos que é nesse período que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB⁹, é sancionada e que a avaliação art. 9 diz: a União controla o processo avaliativo do rendimento de todos os níveis da educação escolar e o controle das avaliações das instituições de Ensino Superior.

O que fica evidente é a centralização de poder da União diante da avaliação, bem como pela Lei 9131/95, que instituiu o Conselho Nacional de Educação (CNE), define suas atribuições e estabelece a política de avaliação das instituições e cursos de nível superior e o Exame Nacional de Cursos.

Isso é um pouco das políticas internas que estavam em questão, quando surge o ENC, que nada mais é do que o reflexo das políticas externas. Vejamos:

O Banco Mundial, para países em desenvolvimento, se torna sinônimo de interferência na educação nacional, pois, seus empréstimos estão atrelados ao cumprimento de suas "sugestões", elas *"podem ser encontradas em diferentes versões nos principais documentos dos organismos multilaterais como FMI, Banco Mundial, BID, OMC, assim*

⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n 9394/96

como na cartilha do Conselho de Washington." (Sguissardi, 2001 p.8)¹⁰

Os princípios do mandato em educação têm como meta para as universidades, operacionalidade, eficiência, produtividade, todos atributos mercadológicos, pois, sua intenção é transformar a educação superior em um produto comercial, privatizá-la. Para dar andamento a tal processo cabe ao Estado o desígnio de "Avaliador".

O professor José Dias Sobrinho esclarece: "É claro que a avaliação imposta pelos que detêm o capital tende a promover o primado da racionalidade econômica sobre a lógica política. Nessa racionalidade se inscreve o fenômeno da privatização como essencial aos ajustes econômicos e à maior desresponsabilização do Estado. O papel da avaliação é, aí, sobretudo o de informar as agências e órgãos do Estado que exercem funções de controle, fiscalização e administração desses mecanismos, com fins de viabilização dessa lógica economicista".(Sobrinho¹¹, 2002,p.37)

O presidente Fernando Henrique Cardoso que tem fortes tendências economicistas e não sociais, designou para cuidar da educação um ministro que também pensasse como ele, de forma a cumprir e agradar aos interesses econômicos prescritos pelo Banco Mundial.

Por sua vez o ministro Paulo Renato seleciona um grupo de pessoas que vão comandar a educação no país, também com essas tendências.

¹⁰ SGUISSARDI, Valdemar. Do jeito que o Banco Mundial Gosta. São Paulo: Casa Amerela, nº9, p. 8-9, nov.2001.

Para compreendermos melhor porque a educação brasileira, em especial a questão das avaliações, está passando por um momento delicado de mercantilização e profunda entrega as políticas internacionais, é importante saber o histórico das pessoas que estão compondo os altos escalões¹² na educação nacional.

"Paulo Renato Souza: Ministro da Educação, é economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) mestre pela Universidade do Chile e doutor pela Unicamp, onde foi professor e Reitor. Pesquisador visitante na École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e no Institute For Advanced Study, Princeton, EUA. Na década de 70, foi especialista das Nações Unidas em questões de empregos e salários e diretor adjunto do programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe. Depois, gerente de operações e vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Antes de chegar ao ministério, foi secretário de Educação do Estado de São Paulo e presidente da companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Percebemos nessa descrição que a pessoa escolhida para ocupar o cargo mais importante no que diz respeito a educação nacional vem de uma formação totalmente vinculada a economia, o que pressupõe que o presidente ao escolhê-lo acreditava que a educação poderia ser "melhorada" por um especialista da área econômica, sua formação e tendências estão refletidas em seu governo, um olhar e atuação nas questões educacionais advindas de um educador teria uma maior probabilidade de ser menos mercantis.

¹¹ Dias Sobrinho, José. Avaliação Construindo o Campo e a Crítica. Florianópolis: Insular, 2002.

¹² COSTA, Cristina & Carvalho, Priscila. Seletor Grupo: a escalção do time que comanda a educação no país. In: Caros Amigos Especial: A universidade no Espelho. São Paulo: Casa Amerela, n^o9, p. 20-21, nov. 2001.

Maria Helena Guimarães: É presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais(INEP), órgão responsável pelas estatísticas do MEC e dos *preciosos* Provão, Enem e Saeb. Desde junho, acumula o cargo de secretaria de ensino superior. É formada em sociologia e mestre em ciências políticas pela Unicamp. Na Universidade de São Paulo(USP), busca o título de doutorado. Foi secretária da educação em Campinas e, em 1994, presidente da União Nacional dos dirigentes Municipais de Educação (Undime), que ganhou Notoriedade exatamente a partir do seu mandato. Representa o MEC em praticamente todos os organismos internacionais e associações governamentais de educação.

Abílio Baeta Neves: Amigo pessoal de Paulo Renato, é coordenador da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior(Capes) e foi secretário de ensino superior. A sua saída desse cargo, em 1999, foi acelerada pela inabilidade em conduzir as negociações com os professores das universidades federais durante a greve de cem dias em 1998. É professor de ciências políticas na UFRGS.

Antônio Macdowell Figueiredo: Ex-secretário de ensino Superior. Deixou o cargo em meio às confusões sobre o abre-e-fecha de cursos que envolveram o CNE. Como membro nato do conselho, Figueiredo votou contra o parecer do MEC sobre o fechamento da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do RJ. Era e voltou a ser sub-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFRJ.

Éfrem de Aguiar Maranhão: Médico passou por todos os escalões da UFPE até chegar a Reitor. Já exerceu a presidência do CNE, onde hoje é membro da Câmara de Ensino Superior. Seu irmão Magno Maranhão, é dono/reitor do Centro Universitário Augusto Motta, no RJ, e presidente

da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), que indicou Éfrem para o CNE. É conselheiro desde 1996.

Arthur Roquete de Macedo: Atual presidente da Câmara de Ensino Superior do CNE. Foi Reitor da Unesp. Aposentado, passou a se dedicar à Fundação Cesgranrio, entidade filantrópica que presta consultoria a instituições de ensino de ensino e foi agraciado pelo MEC, como a Fundação Carlos Chagas, com os contratos para elaboração e aplicação do Enem e do Provão.

José Carlos de Almeida da Silva: É vice presidente da Câmara de Ensino Superior do CNE. Ex-professor da UFBA, virou Reitor da Universidade Católica de Salvador (UCSal). É presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Foi indicado para o conselho pela Confederação Nacional de Comércio (CNC), responsável pelo Senac, que hoje oferece cursos superiores dos mais variados. Está no CNE desde 1996.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira: Membro do CNE desde 1996, é masi um conselheiro a ter ligações co a fundação Cesgranrio, a qual preside. É ex-reitor da Universidade Gama Filho, RJ. Também foi indicado para o conselho pela CNC, além de ter o voto da Academia Brasileira de Educação (ABE), da qual foi presidente.

Rose Neubauer: É secretaria estadual de Educação de São Paulo desde 1995 e foi alçada a membro da câmara de ensino Superior do CNE após a saída de Eunice Durham. Filiada ao PSBD e amiga pessoal de Paulo Renato, é pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas e professora de Faculdade de Educação da USP.

Francisco César de Sá Barreto: Nomeado conselheiro na última renovação, em marco de 2000, com a indicação da Associação Brasileira de Ciência e Tecnologia e do MEC. Por exemplo, na organização da recente Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia.

Lauro Ribas Zimmer: Teve onze indicações para compor o conselho, que vão desde a ABE até a Força Sindical e as confederações do Comércio, Transporte, Indústria. Foi Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, instituição pública, para depois se tornar Reitor da Universidade Estácio de Sá, do empresário João Uchôa Cavalcanti. Faz parte da associação Internacional de Universidades, ligada à UNESCO, e é membro do conselho do Instituto Catarinense de Estudos Integrados.

Roberto Cláudio Frota Bezerra: É Reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Teve indicação da SBPC para o cargo.

Vilma de Mendonca Figueiredo: É conselheira desde marco de 2000, indicada pela Social Democracia Sindical, braço do PSDB no movimento sindical. É professora e pesquisadora na área de sociologia na Universidade de Brasília(UnB).

Silke Weber: Professora da UFPE, pesquisadora de renome, é ex-secretária de Estado da Educação de Pernambuco, durante duas gestões de Miguel Arraes. Nesse condição, colaborou para a elaboração do Fundef. Sua vaga no CNE é respaldada pelas as indicações da Associação Nacional Dos Pesquisadores em Educação, da SBPC e do Conselho de Secretários Estaduais de Educação. Como relatora de processos pedindo o fechamento de cursos, votou contra a decisão do MEC, como no caso da Faculdade de Direito de Sete Lagoas Minas Gerais.

Yugo Okida : Vice Reitor da Universidade Paulista (Unip), de João Carlos Di Genio. É seu parceiro desde a primeira sala de aula do colégio Objetivo. Entrou para a CNE em 1996. Afirmo jamais ter votado em pareceres de interesse da UNIP. Relatou, no entanto, processos iniciados por outros sócios de Di Genio. Sua atuação é a mais invocada quando o assunto são as relações entre CNE e a iniciativa privada. (Costa,¹³2001, p. 20-21)

Depois de situarmos o perfil de quem estava no poder, conclui-se que neste quadro apresentado, a tendência política é de apoio a toda implementação sugerida pelo governo.

É nesse contexto que surge o Exame Nacional de Curso – ENC, hipocorístico “Provão”, idealizado pelo senhor Ministro Paulo Renato, em março de 1995 o governo edita a medida provisória 938, criando o exame de fim de curso.

O principal argumento usado era a necessidade de controle sobre a abertura de cursos, e organização e centralização das informações.

Informações obtidas do MEC em página da web que descreve sobre princípios do ENC.

" O Exame Nacional de Cursos de graduação (Provão) é um elemento da prática avaliativa, criado pela Lei 9.131/1995. Tem por objetivo alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação. Visa a complementar as avaliações mais abrangentes das instituições e cursos de nível superior que analisam os fatores determinantes da qualidade e a eficiência das atividades de

¹³ Idem.

ensino, pesquisa e extensão, obtendo dados informativos que reflitam, da melhor maneira possível, a realidade do ensino. Esse Exame não se constitui, portanto em um mero programa de testagem nem o único indicador a ser utilizado nas avaliações do Censo da Educação Superior, da Avaliação das Condições de Ensino e da Avaliação Institucional, constituem o Sistema de Avaliação da Educação Superior.(...) Todos os alunos que estão concluindo o curso durante o ano têm de prestar o Exame. É condição obrigatória para a obtenção do registro do diploma, independente do regime escolar em que esteja matriculado e do resultado obtido¹⁴.”(www.mec.gov.br)

O ENC é um exame de duração de 4 horas, anualmente realizado no mês de junho em todo território nacional, para formandos de determinados cursos, baseados nos conteúdos curriculares previstos e desenvolvidos nos respectivos cursos.

Os principais responsáveis são a comissão específica de cada curso que prepara diretrizes das provas, estas são elaboradas pela Fundação Cesgranrio e Fundação Carlos Chagas.

Os resultados são conceitos de “A” a “E” concedidos ao curso, obtidos através da média do resultado das provas de cada formando.

¹⁴ www.mec.gov.br

As implicações podem ser;

- a suspensão do reconhecimento do curso se tiver D ou E nas últimas três edições do Provão e CI – Condições Insuficientes - para o corpo docente na Avaliações das Condições de Oferta.
- As universidade e centros universitários que tiverem 50 por cento ou mais de seus cursos com D ou E nas últimas três edições e conceito CI para o corpo docente, terão suspensas temporariamente suas prerrogativas para abertura de novos cursos superiores e ampliação de vagas nos cursos existentes.
- O estudante que não comparecer no dia do exame não recebe o diploma.

Como vemos, o ENC nasce desconsiderando discussões, investimentos, filiação, percurso democrático, experiências acumuladas que se deram no processo de criação e maturação do PAIUB.

É comum ouvir dizer: porque não se aprimorou o que já estava em andamento? Analisando as duas proposta de avaliação, concluo que provavelmente não se deu pois os princípios do ENC eram muito diferentes de toda a concepção do PAIUB.

O ENC na sua concepção não consegue ser muito mais que um instrumento de mensuração, recolhe dados, quando compara instituições faz de tal forma que as ranquea, e concluindo, segundo José Dias Sobrinho "(...) fornecer informações de instituições para o MEC aplicar sua política, mas , sobretudo, informar o mercado. O Provão é para o mercado. O mercado atingiu uma dimensão muito mais forte

hoje. Como a educação superior tem uma função no mercado, e não para a sociedade, então o mercado precisa de instrumentos." (Http://www.emcrise.co.br/entrevistas/entsobrinho.htm)

Um estudo de caso: o Provão no curso de pedagogia da Unicamp e o Movimento Estudantil: recuperando a história recente.

Através de uma pesquisa nos arquivos do Centro Acadêmico de Pedagogia - CAP, a partir do ano de 1999, constatei que um ônibus com 43 pessoas foram ao XIX Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia - ENEPE em Maceió - Alagoas que ocorreu de 11 a 17 de julho de 1999.

Sendo eu estudante naquele período, pouco se trouxe para os demais alunos a respeito do que se discutiam em âmbito nacional.

Segundo a carta de uma participante do encontro Claudia Lachat, RA 970420, a delegação de Campinas não estava articulada com a USP, Federal de São Carlos, PUC-SP e outras do Estado.(anexo1)

O que ocorria é que o CAP e seus representantes estavam pouco envolvidos em questões e organizações políticas da área de educação a nível estadual e nacional, e o que aparenta ter motivado a ida ao encontro nacional foi basicamente o turismo, pois o C.A. não articulava-se com as outras universidades.

O VII Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia cujo tema "Perspectivas para o curso de pedagogia frente ao projeto do governo para a educação" ocorreu na Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP de 28 à 30 de abril e 1º de maio de 2000.

O CAP enviou uma representante para o encontro e como não havia nenhum coordenador disposto a ir, foi uma aluna alheia a qualquer discussão política que estava ocorrendo no Movimento Estudantil,

basicamente o C.A. só quis cumprir presença e se absteve novamente de um envolvimento político efetivo no Estado.(anexo2)

O XX ENEPe "Brasil:500 anos de exclusão" em Belo Horizonte - Minas Gerais ocorreu em julho de 2000.

O CAP enviou aproximadamente 12 pessoas que se juntaram em Araraquara para seguirem até Belo Horizonte. Desta vez o C.A. de Pedagogia da Unicamp estavam fisicamente próximos aos outros representantes de São Paulo, chegamos como uma delegação de Estado.

Esse foi meu primeiro contato com o Movimento Estudantil de área, aproveitei pouco do ponto de vista político, mas o aspecto de troca de conhecimentos sobre como é o curso de pedagogia em todo Brasil foi muito relevante para minha formação, observei como se dão as relações entre as regiões e suas lideranças, é bem comum a imposição de idéias e a aprovação das mesmas nas votações de quem manda grande número de estudantes para esses encontros, constatamos, infelizmente a não proporção ao número real de estudantes de cada Estado.

O entendimento da complexidade e especificidade de cada região na formação dos futuros educadores é melhor entendido quando vivenciado, nos encontro informais, nos grupos de discussão, nas oficinas, nos depoimentos. Mesmo com tantas diferenças culturais todos que estavam lá buscavam de certa forma entender mais sobre sua própria formação e o que estava ocorrendo com a educação nacionalmente.

O VIII Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia - EPEPe cujo tema "Educação e movimentos sociais: uma possibilidade de transformação?" ocorreu na Universidade de São Paulo - USP de 28 de abril a 1º de maio de 2001. O CAP enviou cerca de 10 representantes para o encontro, participamos dos eventos de um modo geral, tanto eu quanto os outros estudantes da Unicamp achamos o encontro bem organizado e proveitoso, foi lá que tivemos um maior contato sobre as questões do ENC - "Provão", e como o Movimento Estudantil estava se posicionando e se organizando, pois já havia uma grande discussão acumulada por executivas de outros cursos, como Jornalismo, Educação Física, entre outros. (anexo 03 e 04)

Houve um maior contato com os estudantes que organizavam, pois, já os conhecia do encontro nacional no ano anterior, foi nessa ocasião que trocamos e-mails, que nos mantiveram informados e modestamente participantes em nível estadual.

Essa discussão acumulada foi o ponto de partida para os membros do C.A. mais os alunos do ano que iam se formar pensar mobilizações. Os professores estavam apáticos e receosos sobre esse assunto a maioria queria ver como era, não se sentiam seguros em tomar uma posição, a maioria incentivava seus alunos a fazerem o exame, ao menos o primeiro, para ver como era e mostrar que não tínhamos medo, assim teríamos mais propriedade, em um segundo momento para criticá-lo.

Seria o primeiro ano de avaliação do curso de pedagogia e tínhamos pouco tempo para colocar os alunos a par das discussões e tirar um posicionamento. A reunião "Mesa Redonda" ocorreu e contou com a presença de um estudante de pedagogia da USP, José Ibiapino e a Professora Helena de Freitas, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Em anexo 05, encontram-se anotações encontradas no arquivo digital do CAP sobre o primeiro debate organizado pelos estudantes sobre Avaliação Institucional que houve na faculdade de Educação.

Foram feitas discussões em sala de aula e assembleias, a grande maioria concordou pelo Boicote Consciente, que se tratava de todos os formandos saberem argumentar se fossem questionados o porque do BOICOTE, sobre os motivos dessa postura. Muitos alunos que não estavam se formando também participaram.

Na semana que antecedia o Provão no dia 1º de junho: Dia Nacional de Mobilização contra o Provão. Distribuimos uma carta a comunidade acadêmica da Unicamp:

***Nós Estudantes de Pedagogia esclarecemos:
PORQUE SOMOS CONTRA O PROVÃO***

> O MEC cumpre seu papel institucional de zelar pela qualidade da educação? Que papel institucional o MEC cumpre na avaliação SELECIONADORA que o Provão vem desempenhando? A serviço ou melhor, comprometido com quem ou com o quê? Com o mercado selecionando as melhores cabeças ou com sociedade, apesar do ataque e sucateamento das universidades públicas brasileiras, favorecendo deliberadamente as instituições privadas. (Adriana, 4º ano)

> O Exame Nacional de Cursos, ou Provão, como popular e adequadamente denominado, é o tema aqui tratado. Pretensamente, na visão de seus gestores, um instrumento de avaliação que teria por objetivo mensurar a "qualidade" (termo vago e indefinido) dos diversos cursos de graduação brasileiros.

Passados já quatro anos de sua implementação, a tal mensuração, concretamente, tem por produto (palavra adequada a estes tempos neoliberais) um "ranking" amplamente divulgado pela mídia em que aparecem, rotulados sob impávidos e monolíticos conceitos alfabéticos, instituições e cursos superiores das mais distintas realidades, em rápido julgamento valorativo, particularmente rápido em uma Nação acostumada à lentidão da Justiça (que tal qual julgamento, deveria

aparecer entre aspas, mas algum otimismo há de existir neste texto, mesmo que mais por ironia que por credulidade).

Mas retornemos o Provão – o primeiro aspecto que chama nossa atenção é sua denominação oficial. Por que Exame e não Avaliação Nacional de Cursos? (Clecios, 3º ano)

>“Médico nota A no Provão, mata paciente por não saber operar”. Parece estranho, mas se tudo continuar como está, o título desse texto será comum nas matérias dos jornais futuramente. Na Unicamp os alunos são estimulados a raciocinar e refletir sobre os mais diferentes problemas que podem surgir em uma profissão. Não temos medo! Muito pelo contrário, consideramos necessária uma forma de avaliação. Sugiro até que poderia ser formada uma comissão que acompanhasse todo o processo de ensino no último ano de cada curso. Que estudassem, enxergassem e percebessem a qualidade do que está sendo ensinado. Isso sim seria justo e coerente.

Se você que está lendo este texto, é aluno de alguma universidade, apoie o boicote e sugira que seus colegas de curso façam isso. Vocês poderão guardar as reportagens dos jornais, dizendo que 90% dos alunos daquele ano tiveram E (que deveria ser "E" de Excelente), e que vocês não são incapazes, mas capazes até demais para perceber a mediocridade de certas normas. (Maria Izabel, 2º ano)

> O principal compromisso da universidade pública não é com o mercado de trabalho, mas com a sociedade. Deve formar profissionais capazes de resolver problemas cujas soluções trarão benefícios a mesma. O ranqueamento e o incentivo aos “melhores” gera competição, o que não interessa aos profissionais de educação, que trabalham pela construção de um Brasil melhor.

O interesse de divulgar bons conceitos levará as instituições a adaptar seus currículos aos padrões do Provão, ao invés de pensar uma proposta que atenda as necessidades de formação de profissionais sérios e comprometidos. Tirar zero no Provão significa mais do que um conceito “E”. É um ato de coragem e de personalidade, é um ato político de repúdio à política educacional vigente que somente busca formar profissionais enquadrados nos desejos do mercado e não formar cidadãos capazes de transformar o meio. Mais de que simples rebeldia inerente à “doença juventude” é iniciar uma luta contra a crescente ditadura do mercado de trabalho e suas empresas privadas, em favor de uma universidade livre e revolucionária, centro de culturas e conhecimento. (Rafael, 1º ano)

>Discutimos e sempre discutiremos, até por dever de ofício, a necessidade de buscarmos uma avaliação que contemple a diversidade e compreenda os inegáveis ganhos permitidos pela pluralidade. Fora isso, é bem pouco além de palavras vazias, frases feitas, idéias mal-

concebidas e marketing rasteiro, que esperamos, torne-se cada vez menos eficaz. (Clecios, 3º ano)

CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA

Essa iniciativa de mobilizar a comunidade acadêmica da Unicamp se deu principalmente por acreditarmos que o fato de muitos cursos terem tirado "A" no Exame nos anos anteriores, era devido aos cursos estarem mais atrelados ao mercado de trabalho, cuja a prática de ranqueamento e competição são comuns, juntamente com esse fator existia a falta de informação e consequentemente de uma postura crítica.

Cabia a nós alunos da Faculdade de Educação que temos como objeto de estudo a questão da avaliação, tomarmos frente na própria FE e suscitar o debate em outras unidades.

Algumas alunas que participaram na distribuição do informativo quiseram deixar uma carta relatando sua experiência.

Impressões sobre a Manifestação de Repúdio ao Provão nas Guaritas da Unicamp

1º de junho: Dia Nacional de Mobilização contra o Provão.

O Centro Acadêmico do Curso de Pedagogia organizou um ato público de protesto com o objetivo de expandir, alertar e mobilizar toda a comunidade acadêmica frente ao nosso posicionamento diante da imposição das atuais políticas educacionais.

Gostaríamos de compartilhar algumas de nossas impressões sobre este momento.

Provão: na contramão da Educação

Esta foi uma das frases que escolhemos para recepcionar alunos, funcionários e docentes na entrada da guarita próxima à Engenharia de Alimentos. Além disso, distribuímos uma carta-manifesto que continha o posicionamento e a reflexão de vários alunos da pedagogia. Ao mesmo tempo, as pessoas que passavam pela guarita da FEF eram recepcionadas por outro grupo de alunas.

Esta foi uma experiência que nos possibilitou pensarmos e repensarmos, muito rapidamente, sobre como as pessoas recebiam o que gostaríamos de compartilhar.

Pessoas passavam por nós andando de cabeça baixa, com as mãos nos bolsos, outras estando de carro, mesmo distantes, esperavam com a mão para fora para receber nossa carta. Sorrisos, caretas, cumprimentos, raiva, reconhecimento, indignação, mau humor, valorização, indiferença. Os sentimentos multiplicavam-se.

O mais emocionante foi a passagem de alguns dos professores da Faculdade de Educação, pois pudemos fazer uma leitura rápida da aceitação ou de negação daquele momento. Em alguns momentos, o reconhecimento que esperávamos não aconteceu e alguns passaram por nós olhando com horror, ignorando a formação crítica defendida pela instituição da qual fazemos parte. (grifo meu) Recebemos contribuições e incentivos de pessoas e amigos que passaram por nós e que, de alguma forma, acabaram participando: buzinas, sorrisos, palavras de incentivo...

Agradecemos às pessoas que fizeram parte deste dia e principalmente a coragem das amigas por lutarem conosco. Pedimos que esta luta não morra aqui.

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor

Mas lutamos para que o melhor fosse feito...

Não somos o que deveríamos ser,

Não somos o que iremos ser.

Mas, graças a Deus, não somos o que éramos”

Martin Luther King

Maria José Prudente de Carvalho

Patrícia Barbieri Ambiel

Vemos nessa carta o que ocorria concretamente dentro da faculdade de educação, tínhamos raro apoio dos docentes, quando ocorria era apenas nos corredores, não se assumia uma posição crítica e questionadora perante aos colegas ou perante a instituição, estávamos em uma faculdade de excelência com os melhores professores do país e sua absoluta maioria não tomava uma posição acadêmica sobre a questão da Avaliação.

Tal atitude estava diretamente atrelada a uma posição política e a indiferença era sinal de que os professores já tinham feito suas escolhas.

Nos sentíamos sós nessa luta, percebíamos como escrito na carta acima "*formação crítica*" que tanto prezavam nossos professores em nossos textos, nas nossas provas, nas produções acadêmicas em geral, era de fato muito diferente quando surgia a necessidade prática. Me decepcionei com a incoerência de meus "mestres".

Tínhamos que trabalhar pelo que acreditávamos, divulgar nossas idéias das formas mais variadas, foram confeccionadas camisetas com os seguintes dizeres:

FRENTE: " EU ENTENDO DE EDUCAÇÃO."

TRÁS: " NÃO AVALIE COM O PROVÃO! " PEDAGOGIA UNICAMP.

ADESIVOS e FAIXAS: **PROVÃO** NA CONTRAMÃO DA EDUCAÇÃO

BOICOTE O PROVÃO CENTRO ACADEMICO DE PEDAGOGIA – UNICAMP

Cartazes que circularam na faculdade de educação:

PROVÃO
NA CONTRAMÃO DA EDUCAÇÃO
BOICOTE
O PROVÃO
CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA - UNICAMP

Cartazes que circularam na faculdade de educação:

PROVÃO !

Participem do debate sobre o Provão!

Vamos dar nossa opinião!
Dia 21/5/01 às 14 e 19
horas
Local: Salão Nobre da FE

Vamos discutir!
Vamos buscar novas alternativas para
a Educação!!
PROVÃO !

Vamos simplesmente aceitar?
Ou vamos questionar?

Qual a posição que tomaremos?

Participe e colabore com a
Educação universitária!

Eu entendo de
educação.
Não avalie com o
Provão!

Provão

Esta "avaliação" é capaz de afirmar sua capacidade como profissional e a estrutura pedagógica desta Universidade??????????

ATO CONTRA O PROVÃO: vamos participar , no domingo dia 10 (agora!!) nas duas escolas onde ocorreram o Exame.

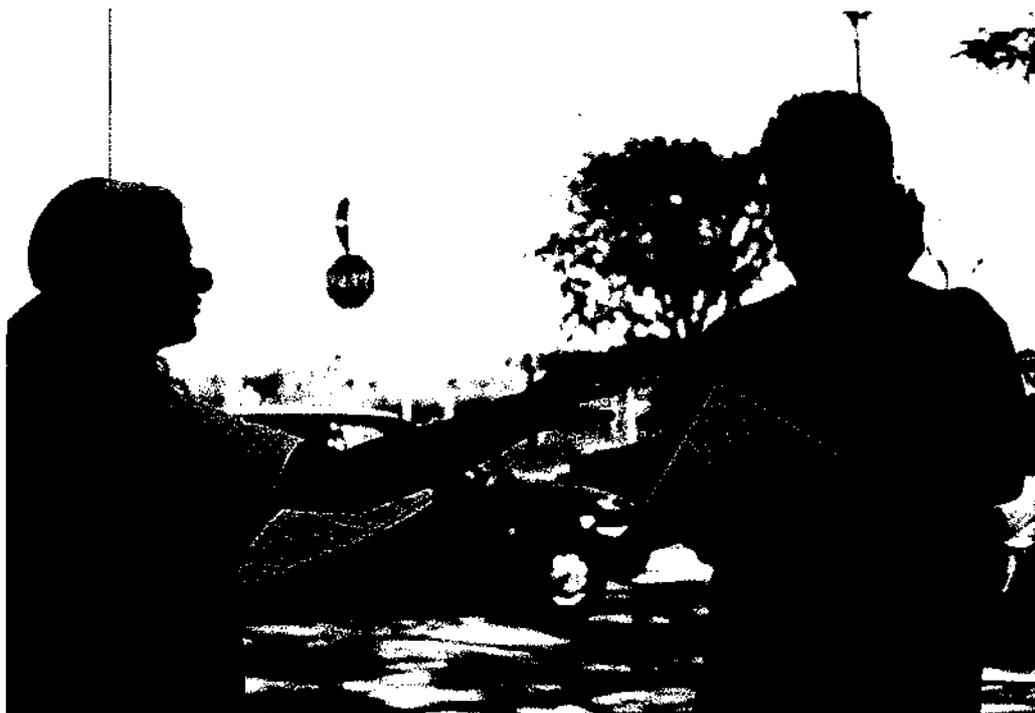
Os alunos estarão fazendo (ou não) as provas! É muito importante a participação e o envolvimento de todos os alunos independente do ano e do curso, vamos fazer um movimento coletivo!

Orientações para o Ato:

- chegar antes do 12:00, para fazermos barulho
- estar com a camiseta do Provão
- responder a um questionário padronizado que será entregue (responder tudo E)

Endereços das escolas:

- 1) **ETE CONSELHEIRO ANTÔNIO PRADO**
Av. Cônego Roccato, Km 3 – Vila Nova – Campinas
- 2) **EE ADALBERTO NASCIMENTO**
R: Adalberto Maia, 235 – Taquaral - Campinas



Aluna de pedagogia entregando manifesto contra o "Provão" para formandos 2001.

Boletim do CAP

... O MEC cumpre seu papel institucional de zelar pela qualidade da educação...?

Que tipo de papel institucional o MEC cumpre na avaliação SELECIONADORA que o Provão vem desempenhando? A serviço ou melhor, comprometido com quem ou com ou quê?

Com o mercado selecionando as melhores cabeças ou com a sociedade, apesar do ataque e sucateamento das universidades públicas brasileiras, favorecendo deliberadamente as instituições privadas.

Ah! Passamos um bom período discutindo, estudando, analisando a importância do PROCESSO DE AVALIAÇÃO e o MEC cumprindo seu papel institucionalmente nos impõe um Provão; uma avaliação do produto que seremos para o Mercado de Trabalho ignorando o trabalho de docentes envolvidos em um processo de Avaliação institucional que conhecido como PAIUB* ainda resiste a lógica mercadológica do Governo Federal, em relação as políticas públicas educacionais – “produto selecionado instituição qualificada, indivíduo com certificado de qualidade.”

Cabe a nós pedagogos, educadores refletir, avaliar a nossa concepção de *Avaliação* construída em nosso processo de formação acadêmica e de vida como um todo.

Legitimar uma avaliação imposta , bem definida como o Provão é reconhecer e de certa forma aceitar uma potencial adaptação ao mercado, com suas perversidades excludentes e o pior a possibilidade latente de ser um profissional reproduzidor da educação mercadoraria que tanto criticamos.

Estar no mundo, mesmo que calado, pacífico e passivo, significa escolhas; mesmo que aparentemente não sejam conscientes e reflexivas, omitir-se, aceitar, reproduzir, questionar, são escolhas. Que as nossas após anos e anos de estudo sejam conscientes e firmes....

Centro Acadêmico da Pedagogia

*Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

Nesse Boletim do CA enfoca-se a questão mercantil que permeia o Provão e chama os "educadores, pedagogos" e os estudantes a se posicionarem.

Chegavam materiais de outros cursos que também estavam BOICOTANDO.

(anexo 7)

Carta Aberta, Brasília, 08 de dezembro de 2001.

Nota do Conselho da Faculdade de Educação.

O Centro Acadêmico de Pedagogia - CAPE - homenageia os formandos do ano de 2001 do curso de Pedagogia, e também o colegiado máximo da Faculdade de Educação - Conselho da FE, pela coragem e ousadia em assumir postura contrária a política de avaliação do ensino superior - graduação - do governo federal, ministério da educação. Postura que culminou em uma orgulhosa nota "E", consciente, no Exame Nacional de Cursos - ENC/2001 - vulgo "Provão".

Agora, trabalhamos (Faculdade de Educação como um todo) em favor de uma avaliação institucional que tenha entre seus princípios a defesa da educação pública, e com isso privilegie o diálogo e a participação de toda a comunidade envolvida com atividades realizadas pela Faculdade de Educação. Estudantes, Professores, Técnicos-Administrativos, parceiros em ações conjuntas - convênios, projetos de extensão, etc...

Esperamos que o governo federal e a reitoria cumpram a legislação.

Art. 46 (LDB) A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou em descredenciamento.

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Estamos, então, aguardando ansiosamente a visita do Magnífico reitor e cia à Faculdade de Educação e, também, ao Centro Acadêmico de Pedagogia para podermos debater e encontrar soluções para os nossos problemas.

Hernany Castro.

Centro Acadêmico de Pedagogia

"Nota

O Conselho da FE, em sua Reunião Ordinária nº 375/01, reunindo em 31/05/2001, deliberou, por ampla maioria, aprovar a seguinte nota, relativa ao Exame Nacional de Cursos - Curso de Pedagogia.

- Subscrevamos de forma ampla geral e irrestrita a avaliação institucional, como forma de aumentar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, funções precípua da universidade pública.

- Subscrevemos também que qualquer avaliação está no âmbito da autonomia didático-científico e da indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão prevista nos artigos 205 e subsequentes da constituição brasileira.

Assim posto, aproveitando experiências anteriores, inclusive da UnB, encaminhamos pela criação de um sistema público de avaliação institucional da graduação, no qual se incluiria a avaliação do próprio MEC, discutido e aprovado pelo CEPE e articulado/desenvolvido com outras universidades (por adesão).

- Assim posto, neste sentido, se posiciona contrário à maneira como se encaminhou o exame nacional de cursos - provão, ferindo o princípio da autonomia da universidade, e se nega a continuar participando do provão nos termos hoje colocados.

Genuíno Bordignon Presidente do Conselho"

A carta acima citada foi lida por representantes discentes na congregação da FE.

Esse foi o primeiro ano de batalha contra o provão, esse fato impulsionou para um maior envolvimento e união dos estudantes de pedagogia da Unicamp nas discussões que eram decorrentes na executiva de curso, como: A campanha pela valorização dos profissionais em educação "AMIGO DA ESCOLA INIMIGO DA EDUCAÇÃO".

O XXI Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia - ENEPe em Belém - Pará, ocorreu de 15 a 21 de julho de 2001, e seu tema era "A educação na contemporaneidade: desafios e perspectivas em busca da identidade do educador". Contou com a presença de 17 alunos da FE-Unicamp.

É divulgado na mídia o resultado do Provão, faixas por toda Unicamp saúdam o "A's" obtidos no exame, o tema é manchete no boletim "Semanário da Unicamp."



Unicamp tem o melhor desempenho do Provão

Antonio Roberto Fava
fava@obelis.unicamp.br

A Unicamp foi a Universidade brasileira que conseguiu maior número de conceitos A no Exame Nacional de Cursos de 2001, o Provão, em relação ao total de carreiras avaliadas. De um total de treze cursos, doze obtiveram nota A. A única exceção em termos de desempenho ocorreu com o curso de pedagogia — avaliado pela primeira vez —, devido ao boicote dos alunos, que acabou ficando com E, pior conceito do Provão.

De acordo com o professor Angelo Luiz Cortelazzo, pró-reitor de Graduação, esse desempenho já era esperado pela Universidade. Ele explica que, em 2000, os mesmos doze cursos avaliados este ano já haviam obtido conceito A. "No caso da Pedagogia, houve um boicote parcial, em que 40% decidiram entregar a prova em branco", explica. Desse modo, 92% dos cursos da Unicamp obtiveram o conceito máximo. A Usp teve 36 cursos avaliados, 60% dos quais com A. A Unesp, por sua vez, ficou um pouco abaixo: dos 46 cursos avaliados no Provão, 22 deles (47%) ficaram com A.

No caso da Unicamp, conforme revela o professor Cortelazzo, os principais fatores que contribuem para que a Universidade obtenha resultados tão bons, são o quadro de docentes de alto nível, com quase 90% de doutores com dedicação em tempo integral, além de bons laboratórios, infra-estrutura e equipes de apoio. O Pró-reitor diz ainda que o mais importante é a comprovação de que há décadas a Universidade mantém um ensino de qualidade. "A Unicamp é uma excelente escola não apenas por causa do resultado apresentado pelo Provão. Em todos os nossos cursos há um envolvimento dos alunos com a pesquisa, com a produção de conhecimento, e isso dá o diferencial na sua formação. E mais: a escola, enquanto Universidade, não pode se limitar a transmitir conhecimento; tem que produzi-lo também. E o aluno que participa diretamente dessa produção é diferente, e, por consequência, é melhor".

Na concepção de Cortelazzo, todo estabelecimento de ensino que tem estudantes que participam da produção científica ou acadêmica tem, efetivamente, alunos mais capacitados, e que pertencem a um nível mais elevado. Ele acredita que a



Foto: Anselmo Perri

Angelo Cortelazzo, pró-reitor de Graduação: envolvimento do aluno com a pesquisa e com a produção do conhecimento

Unicamp deve ter plena consciência de que está desempenhando bem o seu papel social. "Complicado seria uma universidade pública, mantida com dinheiro do povo, proporcionar à sociedade um mau serviço, com um desempenho ruim e destituído de bons programas voltados tanto para o ensino quanto para a pesquisa. A avaliação do Provão vem nos mostrar que estamos no caminho certo", ressalta.

Além disso, Cortelazzo explica que o vestibular

da Unicamp, que passa constantemente por modificações, é um dos mais concorridos do País, garantindo que nosso aluno já entre na Universidade com uma boa noção de conhecimento do ensino básico, o que também auxilia no trabalho de sua formação universitária. Neste ano, para se ter uma ideia, foram 47.265 candidatos inscritos, contra 45.315 do vestibular paulista. Foi o maior índice registrado nos últimos 16 anos, o que corresponde, em média, a 19 candidatos por vaga.

CURSOS AVALIADOS

Os cursos avaliados pelo ENC (Exame Nacional de Cursos), dos quais participaram 887 alunos, foram:

CURSOS	ALUNOS
Biologia	76
Economia	48
Engenharia Civil	80
Engenharia Elétrica	71
Engenharia Mecânica	83
Engenharia Química	46
Física	45
Letras	38
Matemática	76
Medicina	96
Odontologia	77
Pedagogia	104
Química	47

Indignada com a propaganda de exacerbação da nota obtida no ENC pela maioria dos cursos da Unicamp, uma aluna procura o CAP para fazermos panfletos de uma carta que tinha escrito para divulgarmos para comunidade da Unicamp.

NOTA "A" NO PROVÃO: A UNICAMP NA CONTRAMÃO DA SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

Faixas espalhadas pelo Campus: "A Unicamp é A no Provão".

A Unicamp não poderia ter sido mais contraditória. Afinal, não estamos numa Universidade que se orgulha de ter construído ao longo de vários anos um vestibular diferente dos demais, com o objetivo selecionar candidatos que saibam responder á perguntas discursivas e não meramente "chutar" respostas em testes de múltipla escolha?

O argumento da Unicamp para solicitar respostas discursivas é o de que o vestibular deve selecionar alunos que saibam raciocinar e expressar seus raciocínios e não deve ser uma espécie de loteria, em que, com um pouco de sorte, pode-se tirar uma boa nota, mesmo sem ter estudado. Como é possível, então, que nossa Universidade se orgulhe de ver seus alunos "tirando a sorte grande" em uma prova (o Provão) que se caracteriza como uma loteria? Pois o Provão é, basicamente, um teste de múltiplas escolhas (80 testes), que traz apenas a opção de se escolher duas perguntas, entre oito, que solicitam respostas discursivas.

Com a valorização dos resultados conseguidos pelos seus cursos, a Unicamp desestimula a manifestação daqueles que são contra o tipo de avaliação que está sendo feito, o qual nivela os cursos da nossa Universidade aos daquelas "faculdades de final de semana", que, segundo a própria Imprensa divulga, têm oferecido aos seus alunos "cursinhos pré-Provão" e presenteiam os formandos que obtiverem a nota A.

Onde está a postura crítica de uma Universidade que diz ter como compromisso a formação de alunos críticos? Será que a Unicamp deveria se orgulhar da nota A? Ou deveria estar propondo uma forma de avaliação mais justa, mais eficiente que a "loteria" do Provão, como o tem feito a USP, que, pelo menos, ameaça desistir de participar do Provão, caso o sistema de atribuição de notas não mude?

Segundo informações divulgadas pelo Boletim do Centro Acadêmico do Curso de Psicologia da USP e reportagem do Jornal o Estado de São Paulo (de 20 de dezembro de 2000), a exemplo de outros cursos de

outras Universidades, os formandos dos cursos de psicologia e jornalismo, pelo menos, daquela Universidade têm boicotado o provão (entregando a prova em branco) nesses cinco anos. Isso demonstra que muitos alunos desaprovam essa proposta de avaliação e que, portanto, esse assunto deveria ser alvo de discussão das Universidades Públicas. Afinal, como se pode formar alunos críticos silenciando as suas críticas e não divulgando e tornando público o seu descontentamento diante de assuntos como o Provão?

Nessa semana que se passou, a Coordenação do Curso de Pedagogia da Unicamp divulgou um boletim em que manifesta a necessidade de se analisar e discutir a validade do Provão como instrumento de avaliação do Ensino Superior. Diz esse boletim que, a Faculdade de Educação dessa Universidade questiona "...o Provão como instrumento de avaliação porque não acreditamos que seja possível avaliar a instituição e seu curso num momento único".

Além disso, diz o boletim que "a avaliação não deve ser punitiva, mas deve possibilitar ao avaliado corrigir falhas ou suprir deficiências". O Provão, nesse sentido, é uma forma de avaliação punitiva, pois os formandos levarão o conceito obtido por seus cursos, em seus currículos profissionais para o resto de suas vidas, sem ter a chance de mudar isso, caso o conceito obtido não seja bom. E se as notas passarem a ser divulgadas nos diplomas, como sugere o Ministro da Educação, a situação se torna ainda mais preocupante, pois, segundo a reportagem de "O Estado de São Paulo", a nota média de 17 das 18 carreiras avaliadas, ficou abaixo de 50%. Portanto, a não ser que a situação mude drasticamente, a maioria dos formandos carregará nos seus currículos um baixo desempenho, ainda que o conceito obtido pelo curso seja A. E será que esse baixo desempenho é mesmo indício de que se estudou num curso de má qualidade?

Como a Unicamp se posicionaria caso as notas individuais, e não os conceitos atribuídos, de forma controversa, fossem divulgadas? Se fossem divulgadas as notas, o Provão seria uma avaliação da qualidade do Ensino Superior ou do desempenho dos indivíduos formados, ainda que por um mau curso?

A Unicamp, como Instituição, não deveria continuar legitimando o Provão.

É preciso dar voz àqueles que dedicam suas vidas a estudar a Educação. Universitários, sigamos o exemplo de nossos colegas de várias outras Universidades brasileiras, boicotando o Provão. A proposta de avaliação do Ensino Superior precisa ser revista. "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer." Queremos ser avaliados sim, mas de forma justa e não punitiva.

Rose (Pedagogia 98)

Reenterando os argumentos da Rosenanda, é de extrema importância que a Unicamp tome uma postura de vanguarda frente a política de avaliação que o governo induz em nossas Universidades. Sabemos que esse desafio seria legitimado se a Faculdade de Educação com sua equipe de especialistas se dispusesse a subsidiar essa discussão na instituição.

Enquanto a FE não se posicionava claramente, com exceção de raros professores, como Helena Costa Freitas, que inclusive se dispôs a participar de debates promovido pelos estudantes, a questão da Avaliação movimentava toda Unicamp, o Plebiscito do Provão estava ocorrendo nacionalmente de 17 de abril a 17 de maio de 2002 e todos os universitários poderiam estar votando. Na Unicamp outros institutos estavam levantando a discussão, pois a grande maioria estava complacente com o "A" obtido, aparentemente não havia o que questionar. Na pedagogia tínhamos o aluno Rafael dos Santos Pereira na comissão organizadora do Plebiscito.(anexo 10)

Pelas muitas solicitações dos alunos e vendo a necessidade de um maior envolvimento na questão do Provão a Coordenação de Pedagogia organizou um debate e convidou um representante do MEC, e fez com que professores, que poderiam e deveriam se pronunciar a respeito, se manifestassem nesse evento.

Foi um debate muito consistente e esclarecedor, quando os docentes contribuíram com os argumentos dos estudantes, ficou claro que a única coisa que faltava, era todos ou a grande maioria dos docentes da FE se unirem e pronunciarem publicamente sobre uma posição coerente diante da política avaliativa adotada pelo MEC, como na UnB. Mas isso infelizmente não ocorreu. Vejamos parte da transcrição desse importante debate.(anexo o debate completo)

"O Exame Nacional de Cursos (Provão) em Debate"

20/05/2002

Debatedores:

Prof. Dr. Jocimar Archangelo -INEP/Brasília

Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar -FE/Unicamp

Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas -FE/Unicamp

Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Martins - FE/Unicamp

Acadêmico José Ibiapino -FE/USP

Foram diversas questões abordadas no decorrer do debate, muitas delas já colocadas anteriormente, faço um recorte do debate privilegiando colocações que ilustram as posições defendidas pelos estudantes.

Primeiramente um dos grandes motivos dos estudantes optarem pelo Boicote está explícito na fala da acadêmica Rosenanda, vejamos:

"...eu agradeço a coragem da turma de 98 de Boicotar, pois isso não seria possível, eu discordo do senhor(Jocimar) quando disse que o "E" não era significativo, o "E" foi tão significativo que foi por causa desse "E" que estamos tendo esse debate aqui, foi por causa desse "E" que alguns professores se abriram para estar discutindo isso com a gente, e que tem tanta gente aqui hoje, porque se a turma de Pedagogia tivesse tirado "A", a Unicamp seria "A" no Provão e não teria o que e o porque discutir, mas quando alguém se posiciona e Boicota é como o Ibiapino falou, as vezes a única maneira que temos de ser ouvido e gritando, e quando alguém gritou, resolveu, vamos parar, e vamos discutir a respeito do Provão, e minha crítica fica aos professores, o Provão esta acontecendo a 6 anos , e só agora é que nós estamos parando para discuti-lo."

A professora Maria do Carmo coloca sobre a responsabilidade que o aluno sente em tomar uma posição e arcar com as conseqüências de tirar um "E", de sua instituição tirar um "E", vejamos:

"Eu como historiadora da cultura me preocupo com essas inclusões de uma criação de cultura de uma maneira tão manipulada. É bastante assustador que nós destituamos esse sujeito de vida quando nós entregamos a ele a responsabilidade de fazer a escolha do

sim ou não, vou fazer a prova ou não?

Quando chegamos no limite para criarmos uma cultura quase desumanizarmos esse sujeito, como se fosse uma questão de escolhas individuais, como se todo mundo tivesse o tempo inteiro fazendo uma história a partir de uma segurança, que seria para gente muito comovedor, quando pensamos nesse debate, pensamos em atender a esse anseio de que os estudantes a quem o Provão é diretamente direcionado, embora toda produção não seja. Que os estudantes encontrem nesse debate um pouco mais de subsídio, clareza de capacidade pra que possam fazer suas escolhas. Eu não gosto quando essas escolhas barram lá na frente nesse indivíduo, numa postura que nós vemos aqui tão grandiosa, numa construção de uma cidadania tão plena, que depois chega numa posição tão individualizada de fazer ou não a escolha do Provão, me parece um caminho bastante perigoso que nos traz uma memória tão autoritária, parece que estamos sempre no dilema do revolucionário, vou ou não vou assumir minha postura?

Eu tenho um pouco de receio disto e estou manifestando publicamente e espero que os estudantes se sintam acolhidos nesse debate se não, vamos continuar com ele e fazer o que deve ser feito."

Na fala da professora que representa a instituição, ao menos a Coordenação, é colocado somente a questão dos alunos assumirem uma postura, entretanto, a própria coordenação e a direção não o fizeram perante ao MEC e essa política de avaliação, ou mesmo para a reitoria, não suscitou uma discussão entre os professores para que se posicionassem, quando chegavam documentos sobre o assunto via reitoria para Congregação pedindo uma deliberação, este era sempre adiado, não se fazia nada efetivamente, o primeiro passo foi organizar esse debate, mas infelizmente não houve mais nenhuma ação nesse sentido.

Percebemos na fala do acadêmico Mateus o reflexo da necessidade que os alunos sentiam em relação aos professores e sua postura:

"Eu queria fazer uma colocação em relação a coordenação a direção, aos docentes da faculdade de educação, que nesse momento assume um papel protagonista ao trazer esse debate, essa contraposição, e que após 6 anos dessa avaliação, que é danosa para o futuro do país, não se contentasse em ser apenas palco de um ótimo debate, mas se propusessem em posicionar-se contrariamente a esse tipo de avaliação e aos boatos de corredor que dizem que as faculdades vão perder verbas, que vai diminuir bolsas, a gente já ouviu muito, inclusive só de levantar a hipótese de um Boicote já tem professor correndo desesperados pedindo para não boicotar, porque

podemos perder bolsas, pode diminuir a verba para Universidades, não foi ouvido isso aqui na Pedagogia, mas em outros institutos, sim.

É importante que a FE avançasse de palco qualificado de debate para uma posição política de denunciar essas avaliações e de tentar fazer com que a Unicamp não legitime essa porcaria que é essa Avaliação Institucional, o Boicote é só o início, é uma tática do momento histórico que só está começando, temos que construir, não uma outra proposta, mas uma outra educação pública, e um outro projeto de sociedade."

Na Faculdade de Educação entre tantos professores tínhamos a princípio somente como apoiadora do Movimento em relação ao Boicote a professora Helena de Freitas que já tinha se proposto a discutir a Avaliação Institucional em outros debates realizados pelo Movimento Estudantil como citado anteriormente, ela trás um histórico de efetiva participação em questões delicadas que circundam a educação. Vejamos sua importante interjeição no debate.

"...não tenho receio do estudante que vai ser penalizado por uma questão, se vai ou não vai responder a prova. Porque se a nota não vai sair no diploma então só resta a nota "E", e se resta a nota "E" quero fazer um desafio aos professores que nós tenhamos também junto aos estudantes uma atitude de resistência e possamos não receber as comissões de avaliação.

É construindo coletivamente uma alternativa, e até exercendo o direito de fazer uma outra forma de avaliação, ao contrário do que manifestou o Mateus, que nós não precisamos de uma outra, acho que nós precisamos sim, que tenha como referência que o movimentos dos educadores tem definido a qualidade social da Universidade a qualidade social da escola pública, é esse o norte e eu acho que aí fica uma discussão de proposta pra Unicamp se nós somos referência pelo positivo como o professor Jocimar colocou, temos também que ser referência para outro positivo, construindo alternativas em oposição ao que esta posto aí.

...nós da FE temos um desafio a mais porque nós somos a área, nós temos que olhar para todas as provas, não só a de Pedagogia, porque quem mexe com avaliação é nós, temos que tirar do campo da estatística e trazer para o campo da educação, quando fizermos isso nós vamos dar ao campo da avaliação a dimensão que ela pode ter no processo pedagógico, porque hoje ela esta nas mãos dos estatísticos e dos economistas, temos que trazer para nosso campo assim a Faculdade tem uma dupla responsabilidade nesse sentido."

Vimos nessas falas a necessidade do Boicote para haver diálogo e contraposição ao ENC e principalmente a importância dos educadores

que tem como objeto de estudo a Avaliação se manifestarem perante essa Política Avaliativa.

Mais argumentos contra o Provão. Na fala do acadêmico José Ibiapino-USP, é abordada a incoerência do instrumento avaliativo que não reflete as verdadeiras condições que se encontram nossas universidades.

"Podemos ver a greve que está tendo na Faculdade de Ciências e Letras da USP, "A" nos últimos anos do exame, mas os alunos estão em greve para ter aula - por mais que pareça contraditório - porque não há professores, não há espaço físico, as disciplinas do próximo semestre não estão garantidas... Em que medida o instrumento tem contribuído para que isso fique claro, em que medida esse "A" não tem contribuído para os alunos de Letras ter uma mensagem no ego, mas dia a dia tem se mostrado que o curso não é "A", e aí não sei como me provam que não tem uma relação direta entre as condições e o rendimento, por assim dizer, desse curso."

Acadêmico Marcelo- Unicamp.

"...nós estamos cada vez tendo menos recursos e continuamos apresentando "A" no Provão, ótimas qualificações, as instituições públicas vem sofrendo cortes orçamentários e falta de investimentos e mesmo assim apresentam um "A", isso só justifica uma maior falta de investimentos, somos muito bem com poucos recursos. Nós justificamos isso quando fazemos o Provão, dentro de um discurso de aceitação.

Eu quero colocar frente aos meus colegas que eu faço parte do BOICOTE.

A acadêmica Larissa- Unicamp, se manifesta exemplificando a experiência desenvolvida no curso de medicina que contou com o apoio e participação de todos envolvidos na formação do médico para construir uma avaliação orgânica, que faça sentido e traga resultados, pois o fato de construírem coletivamente, cria-se uma cultura de pertencimento na qual não há necessidade de coerção- obrigatoriedade para se realizar a avaliação.

"...não temos que ter proposta para resistir com qualificação, como ficou claro aqui na mesa.

Se houve tantos questionamentos e tantos outros pontos levantados como vimos hoje nesse debate, é claro que não queremos substituí-lo(o ENC), encaixando outro no lugar, pois, não usaremos a mesma estrutura.

É uma falácia dizer que não havia formas de avaliação, pois tínhamos o PAIUB e na área de Medicina o CINAEM – Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico, ele surgiu de uma discussão muito ampla entre, usuários, médicos, professores e alunos que sentiam a necessidade de transformar o perfil do médico que se formava, isso tudo culminou em reformas curriculares. Contrapõe-se a lógica da transformação versus a da punição ou da premiação como o Provão se coloca."

O MEC divulga em sua revista que cada vez é maior a adesão dos cursos ao ENC e que se está criando uma cultura de avaliação, entretanto, a questão dessa adesão obrigatória e coercitiva não é explicitada. O professor Luis Aguilar comenta a construção desse consenso.

"O consenso construído coercitivamente é um consenso falso. Porque se nutre de elementos que não são próprios, temos o caso específico dos dilemas que tem construídos nas instituições e também nos alunos e nos professores, nesse dilema de fazer ou não fazer o Provão, existe entorno desta questão a construção de um consenso coercitivo."

Outro grande problema detectado no Provão é a questão do "ranqueamento", punir quem vai mal e premiar quem está bem, a intencionalidade mercantil que está por traz desta atitude foi discutida pelos acadêmicos José Ibiapino- USP e Rosenanda- Unicamp, que recuperam a idéia implementada no neoliberalismo que coloca no sujeito toda a responsabilidade por sua formação. O professor Luiz Carlos de Freitas e o professor Luis Aguilar também criticam essa forma de comparação.

Acadêmico José:

"a comunidade acadêmica como um todo vê a necessidade de se ampliar o numero de vagas do ensino público começamos a encarar com naturalidade um outro sistema que no fundo no fundo é também classificatório é um vestibular para a vida, vou ter um emprego "A-B-C-D ou E" de acordo com a faculdade que pude pagar, com o vestibular que pude passar, assim essa coisa esta muito intrínseca e a gente começa a aceitar que o problema é por mérito pessoal, eu que não pude ter condições de formação adequada, e acaba levando isso pro resto da vida."

Professor Luis Aguilar:

"Mas o que não esta sendo colocado é que toda a avaliação comparativa deve ser explicativa, e deve dizer explicar, fundar suas explicações em causas, e as causas pelo que se vê no escopo das orientações destas avaliações, é que se acaba somente na figura do coordenador, no que ele deve fazer para consertar os resultados da avaliação."

Professor Luiz Carlos de Freitas:

"O argumento que mais aparece a favor do Provão: é a questão da transparência da qualidade, para que o cidadão conheça, tenha acesso, possa escolher..."

O que eu queria alertar é que esse discurso da transparência não é originado na transparência para o cidadão, ele é originado nas contas do governo, das estratégias de investimento do governo para que ele possa orientar as estratégias de investimento do grande capital, e obviamente sobra a transparência para o cidadão"

Acadêmica Rosenanda:

"...como que o MEC vê os estudantes, nós somos produtos do processo de educação, quando uma avaliação é feita no final do curso isso me parece muito com controle de qualidade, o bom vai para a venda, se é ruim fica de escanteio.

...porque não existe um respeito com os indivíduos que estão passando pela graduação e não se deixa dar essa conotação de produto, porque é assim que eu me sinto se eu for uma etiquetinha de qualidade lá no final, eu prefiro a etiquetinha do Boicote, e eu vou BOICOTAR!"

E para finalizar o debate reporto a fala do professor Luiz Carlos que mostra uma alternativa bem interessante com princípios justos que poderia substituir toda lógica que permeia o Provão.

"Hoje temos tecnologia que nos permite traçar fronteiras de qualidade, ou seja, eu posso pegar 1.000 instituições, submeter essas instituições a um modelo de qualidade construídos com ela, podem ser construídos com elas, para ser captador de indicadores, indicadores acordados em um modelo de qualidade, uma vez processado, pode se criar fronteiras de qualidade, em uma equação CONDIÇÕES X RESULTADOS

Todos os dados que o professor Jocimar nos mostrou, estão embaralhados em termos de condições de resultados, eles estão

mesclados, eles não estão em uma equação, eu diria que esses dados deveriam estar em uma equação onde a relação volume de condições para dar qualidade X conjuntura de resultados obtidos.

Exemplo: os resultados da instituição "A" estão no limite das condições existentes, portanto ela é de qualidade.

Porque o que faz a qualidade não é um critério abstrato, feito de fora do sistema, mas é um critério extraído dentro, que me diz se o volume de condições que tenho, permite que eu utilize aquelas condições no seu estado pleno."

O representante do Movimento Estudantil, José Ibiapino, fala da legitimidade da ocorrência do Boicote no estado de São Paulo.

"Na Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia saiu deliberação congressual pelo boicote ao Provão, e isso foi construído ao longo de dois anos de discussão, inclusive com representantes do INEP em fóruns nacionais, em fóruns estaduais e debates - inclusive aqui, nesta sala desta faculdade, fizemos vários."

Mesmo vindo da Executiva Estadual o indicativo para o Boicote, nós da FE-Unicamp fizemos uma assembléia para ouvir os favoráveis e os contras, e planejarmos nossas estratégias de atuação além do Boicote, porque era com as dúvidas e os medos de quem a princípio iria fazer o Provão, muitas vezes por medo de uma represália, que tínhamos que trabalhar para nos fortalecer e podermos argumentar e justificar, possíveis informações errôneas e boatos, enfim separar o que era fato e o que não era.

O CAP se mobilizou para o dia da Provão, com faixas, camisetas "AVALIAÇÃO SIM! PROVÃO NÃO!", adesivos e folhetos explicativos com os dez motivos para deixar o Provão em branco, que foi elaborado nacionalmente por várias Executivas e Federações de curso.

DEZ MOTIVOS PARA VOCÊ DEIXAR O PROVÃO EM BRANCO

1. Uma avaliação de verdade deve apontar os pontos fracos de cada instituição e apresentar propostas e condições para que elas progredam; coisa que uma prova de quatro horas no último ano do curso é incapaz de fazer. Principalmente quando a razão de ser dessa prova não é a transformação das universidades, mas sim, a lógica de premiar os "melhores" e punir os "piores".
2. O provão mascara a situação real das universidades no Brasil, porque distribui conceitos gerando um ranking, sendo que, na maioria das vezes, o A é uma nota 5 ou 6.
3. É como se você fosse ao médico e ele lhe dissesse: "sua saúde está C". Pior do que isso. O provão diz às universidades: "sua saúde está C, eu não vou dizer qual remédio você deve tomar para melhorar, e se não progredir em duas semanas, eu corro sua alimentação".
4. Você faz seu curso por alguns anos, e no entanto, não liberarão o seu diploma se você não assinar a lista de presença do provão (com exceção das Universidades Estaduais).
5. O provão é um exame padronizado nacionalmente, o que significa que despreza a autonomia das universidades e de seus projetos acadêmicos, além de desconsiderar as diferenças regionais existentes.
6. O provão é construído dentro de gabinetes, não havendo espaço para a intervenção das comunidades universitárias que a ele são "obrigadas a se submeter".
7. Já há algumas iniciativas no Congresso Nacional a fim de extinguir o provão e implementar uma avaliação séria das universidades, que realmente traga transformações positivas.
8. Muitas escolas acabam adaptando seu currículo ao provão, o que significa que muitas delas acabam preparando os estudantes não para serem bons profissionais, mas para se saírem bem no "exame".
9. O governo acaba assumindo o papel de fiscal, como se não fosse responsável por garantir educação de qualidade para todos os brasileiros.
10. Executivas e federações de curso e a UNE realizaram o "Plebiscito do Provão", pelo qual estudantes do Brasil inteiro disseram não concordar com esse tipo de prova. Essa decisão deve ser coletiva, mas cabe a você decidir o que fazer. E não se preocupe: a lei garante que ninguém poderá cobrar sua nota individual no provão. Então, quando estiver com a prova nas mãos, pense que poderá estar contribuindo com um instrumento que não tem apresentado nada de positivo para as universidades, mas apenas jogando-as num páreo e exigindo que uma corra mais que a outra. Por isso, em defesa do ensino superior de qualidade, é preciso agir. E agir, às vezes, significa não fazer alguma coisa.

VAMOS Pôr O PROVÃO À PROVA -POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE

ABEEF - CONEP - DENEM - ENECOS - ENEEn- ENEN - ENESSO- ENEV - ExNEPc - ExNEEF - FEAB - FEMECS - UNE



Alunos da FE em manifesto em frente ao colégio COTUCA no dia do "Provão" 09/06/2002

O IX EPEPe " Formação de Professores e a identidade do Curso de Pedagogia" ocorreu na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar de 30 de maio a 02 de junho de 2002 com 13 participantes da FE – Unicamp. Foi nesse encontro que eu, Janussa de Camargo, e Rafael dos Santos Pereira entramos para Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo Gestão 2002 - 2003. (anexo11 e 12)



Alunos da FE em reunião na UFSCar onde foi escolhido os representantes para EEEPe/SP.

Balanço do BOICOTE na pedagogia nos anos de 2001 e 2002

BALANÇO DO BOICOTE NA PEDAGOGIA	2001	2002
Total de Cursos de Pedagogia no Provão	595	606
Número de instituições com conceito A	58	73
Número de instituições com conceito B	95	107
Número de instituições com conceito C	217	260
Número de instituições com conceito D	56	90
Número de instituições com conceito E	38	68
Número de instituições sem conceito	131	08
Número de instituições com conceito E pelo Boicote	09	16

Fonte INEP calculo meu.

QUADRO BOICOTE POR REGIÃO/ESTADO NO ANO 2002

	Privada	Estaduais	Federais	Municipais	Total de cursos	Nº de E pelo Boicote
Região Sul					125	
Paraná					33	
Rio Grande do Sul					45	
Santa Catarina			1		47	1
Região Sudeste					239	
Espirito Santo					09	
Mina Gerais					59	
Rio de Janeiro			1		45	1
São Paulo	2	3	1		129	6
Região Nordeste					113	
Alagoas					05	
Bahia		3			42	3
Ceará		1			12	1
Maranhão			1		08	1
Paraíba					06	
Pernambuco					10	
Piauí					09	
Rio Grande do Norte					17	
Sergipe					04	
Região Centro Oeste					81	
Distrito Federal					07	
Goiás					37	
Mato Grosso					15	
Mato Grosso do Sul					18	
Amazonas					01	
Acre					02	

Amapá			1		01	1
Região Norte					48	
Pará		1	1		24	2
Rondônia					10	
Roraima					01	
Tocantins					13	

Conclusão

É primordial saber qual o pretexto para essa avaliação, e partilhar essa intencionalidade com os atores envolvidos na questão.

Concebida como externa e central, esta avaliação (o ENC) fere a autonomia universitária e o princípio acima citado, pois sendo de âmbito nacional, homogeneiza e não leva em conta a diversidade do país, não ouve a comunidade envolvida e não promove o desenvolvimento.

Entende-se que foi criada uma burocracia estatal financeiramente cara, que “avalia” e não é avaliada, onde se destinam recursos vinculados aos resultados desta avaliação, e paradoxalmente estes recursos não têm atendido as necessidades de desenvolvimento da educação pública.

O Provão é compreendido como um instrumento avaliador redundante, pois os alunos semestralmente já são sabatinados por avaliações que certificam a necessidade de continuar nos mesmos estudos ou prosseguir.

Respondendo à lógica dos organismos de financiamento externo, focaliza na Universidade através da lógica da produtividade, da eficiência, do controle de qualidade, todos considerados parâmetros mercadológicos que deixam de lado a identidade histórica das instituições que é construída sobre outros princípios.

O *ranqueamento* e a *concessão de bolsas* de pós-graduação para os melhores colocados demonstra o uso indevido dos resultados e a *relação perversa* entre avaliação e financiamento.

A propaganda que se faz do ENC para a sociedade é superficial e ilusória mostra apenas o lado que convém ao mercado e têm se convertido em instrumento central da formação do consenso sobre sua validade.

A falta de discussões e posicionamento entre os docentes da Unicamp frente a todas estas questões é alarmante, e o papel do Movimento Estudantil tem sido fundamental ao sair na vanguarda, se posicionando fortemente em relação a este tema que justificou o presente estudo de caso do CAP (Centro Acadêmico de Pedagogia) da Unicamp e o BOICOTE na Faculdade de Educação e seus desdobramentos.

No ano de 2003 mantivemos nossa posição de Boicote ao ENC, entretanto antes mesmo de sair o resultado do Exame o novo Ministro da Educação Cristovão Buarque divulgou que a Avaliação nos moldes do Provão seria extinta.

Recrutou uma equipe de especialistas, incluindo nela professor José Dias Sobrinho ferrenho opositor ao ENC, e promoveu diversos fóruns, que tinham representantes de diversas áreas incluindo executivas e federações de curso para discutir e propor uma nova Avaliação Institucional.

Recentemente no jornal Folha de São Paulo 06/09/2003 na parte "Tendências/Debates" Luiz Araujo e Dilvo Ristoff escreveram sobre a nova proposta: "...a avaliação deve ser útil, exata, viável e justa. O Sinaes(Sistema Nacional de Avaliação Institucional da Educação Superior), proposto ao ministro Cristovão Buarque por uma comissão de especialista instituída pelo MEC, busca exatamente isso. O que se pretende é tornar mais rigoroso o processo de autorização de novos cursos e instituições, transparente e participativo o processo de

avaliação institucional, combinando a auto-avaliação, a avaliação externa e o Paídeia (Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação na Área)."

Essa iniciativa é bastante positiva pois demonstra um canal de diálogo e de construção conjunta.

Por enquanto o Movimento Estudantil e especificamente os estudantes da FE- Unicamp aguardam os trâmites burocráticos da nova proposta e sua implementação. Uma certa satisfação nos preenche por termos lutado por aquilo que acreditávamos, nos unimos e nos fortalecemos, entretanto, com a Medida Provisória número 147 de 15 de dezembro de 2003, nos resta um sentimento de que pouco mudou.

Enfim, temos que estudar com muita atenção essa nova proposta, contudo, se for necessário o embate nós nos organizaremos.

Bibliografia

AMORIN, Antonio. Avaliação Institucional da Universidade. São Paulo: Cortez,1992.

BELONI, Isaura. A universidade e o compromisso da Avaliação Institucional na Reestruturação do Espaço Social. In: Avaliação. Campinas: RAÍES, I,nº2, dez. 1996.

-----, A Função Social da Avaliação. In: Avaliação. Campinas: RAÍES, 3,nº3, dez. 1998.

COSTA, Cristina & Carvalho, Priscila. Seletor Grupo: a escalação do time que comanda a educação no país. In: Caros Amigos Especial: A universidade no Espelho. São Paulo: Casa Amerela,nº9, p. 20-21, nov.2001.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense,1983.

CUNHA, Luiz Antonio. Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº101, p. 20-40, jul.1997.

----- Era uma vez um rei chamado D. João VI... In: Caros Amigos Especial; A universidade no espelho. São Paulo: Casa Amerela,nº9, p. 5-7, nov.2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Reforma Universitária na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Caderno de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº101, p.3 -19, jul. 1997.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação Construindo o Campo e a Crítica. Florianópolis: Insular,2002.

GENTILI, Pablo. A Falsificação do consenso: Simulacro e imposição na Reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LEITE, Cecilia Lorea. Avaliação e relação de Poder: PAÍUB e Exame Nacional. In: Avaliação. Campinas: RAÍES, 3,nº3, mar. 1998.

PINTO, José Marcelino Rezende. Os Recursos para Educação no Brasil no Contexto das Financas Públicas. Brasília: Editora Plano, 2000.

RISTOFF, Dilvo I.. Avaliação Institucional e a Mídia. In: Avaliação. Campinas: RAÍES, 2,nº1, mar. 1997.

SANTOS, José Camilo dos Filho. Análise teórica-política do Exame Nacional de Cursos. In: Avaliação. Campinas: RAÍES, 4,nº3, set. 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: Uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. Avaliação Universitária em questão: Reformas do Estado e da educação Superior. Campinas, SP: Autores Associados,1997.

-----Do jeito que o Banco Mundial Gosta.São Paulo: Casa Amerela,nº9, p. 8-9, nov.2001.

SOBRINHO, José Dias & Ristoff, Dilvo I.. Avaliação democrática: Para uma Universidade Cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – PAÍUB . In: Avaliação. Campinas: RAÍES, 1,nº1, jul. 1996.

Referencia eletrônica

www.mec.gov.br

[Http:// www.emcrise.co.br/entrevistas/entsobrinho.htm](http://www.emcrise.co.br/entrevistas/entsobrinho.htm)

ANEXOS

EPEPe (Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia)
ENEPe (Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia)

Local: Piracicaba

Data: 28-29-30/04 e 1º/5

O ENEPe é um Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia de universidades e faculdades públicas e privadas. O objetivo maior é a socialização, possibilitando a circulação de informações do curso, trocas de conhecimentos, discussões políticas sobre educação e visões de mundo.

O último, realizado em Maceió - AL, em dias 11-12-13-14-15-16 e 17/7/99, foi o primeiro do qual participamos. Não havíamos participado dos encontros estaduais e nacionais que ocorreram nos anos anteriores, pois até então as outras chapas do CAP não faziam nenhuma divulgação sobre os encontros nacionais e estaduais.

Neste encontro ocorreram diversas atividades tais como oficinas, mini-cursos, grupos de discussão e atividades culturais como o turismo, (é claro).

O nordeste estava bem representado no que se refere ao número de pessoas presentes e a própria participação efetiva dos estudantes. Eles sempre participam destes encontros.

Já delegação de São Paulo, que a era nossa, não estava articulada com a USP, Federal de São Carlos, PUCC de São Paulo, e outras deste Estado.

A abertura teve a presença da Helena de Freitas, no momento, coordenadora do nosso curso que discutiu sobre os conselhos regionais dos professores.

No final houve uma plenária onde se discutiu pontos cruciais do estatuto do ENEPe com encaminhamento de propostas de manter ou reformular o estatuto.

Nós saímos antes do término já que tínhamos que participar do COLE.

Um encontro como esse é muito importante pelo seu caráter socializador entre os estudantes em possamos além, de apreender especificamente sobre nossa profissão como entrar em contato com outras culturas.

O EPEPe (Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia) tem esse caráter em um âmbito menor por se tratar de um encontro estudantil estadual, apesar de não participar de nenhum, no entanto qualquer forum de discussão dessa natureza é interessante e fundamental para nossa formação profissional e humana. Vamos lá participar!

Claudia Kachat
970480



EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

Pedimos a gentileza de divulgarem o VII Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia, afixando os cartazes e distribuindo os folders que seguem. Lembramos que os professores já confirmados são:

Prof. Pablo Gentili (UERJ) - Conferência de Abertura (tema central);
Profª Helena de Freitas (UNICAMP / ANFOPE) - Mesa Redonda sobre a Formação de Professores;
Prof. César Minto (USP) - Mini-curso : O PNE da Sociedade e a Formação de Profissionais de Educação;
Prof. Romualdo Portela de Oliveira (USP) - Mini-curso: As Reformas Educativas nos Anos 90;
Profª M. Aparecida Segatto (UNESP-R.Claro) Mini-curso: Institutos Superiores de Educação;
Profª Estela Graciani (PUC/SP) - Mini-curso: Sociedade e Educação;
Profª Madalena Guasco (PUC/SP) - Mini-curso: Instâncias de Participação (Conselhos, Fóruns,...);
Profª Claudia Gontijo (UFSCar) - Mini-curso: Regulamentação da Profissão;
Prof. Marcos Cassim (UNIMEP) - Mini-curso: Sociedade e Educação;
Prof. Milton Souto (UNIMEP) - Mini-curso: Plano Nacional de Educação;
Profª Sueli Mazzili (UNIMEP) - Mini-curso: Formação de Professores.

Os mini-cursos ainda não têm um título definitivo, o que está indicado acima é muito mais uma área temática a ser abordada. Ainda falta confirmação de outros nomes. Mais informações pelo e-mail da Executiva: eepe.sp@usa.net e na nossa página na internet: <http://eepeesp.cjb.net>

Saudações estudantis,

José Ibiapino Ferreira
Coordenador Geral
EEEPe-SP

COMO CHEGAR

Se você vem de condução própria deve dirigir-se a Marginal Pinheiros e entrar no Campus Cidade Universitária pela Portaria Principal, a Faculdade de Educação (FEUSP) é o primeiro conjunto de prédios, a menos de 200m da portaria.

Caso você venha de ônibus terá as seguintes opções, a partir dos terminais rodoviários (Tietê, Bresser, Jabaquara e Barra Funda):

- Vá de metro até a estação Anhangabaú, lá procure o ponto final do ônibus 7181- Anhangabaú - Cid. Universitária, desça no primeiro ponto do campus.
- Vá de metro até a estação Clínicas, na Av. Dr. Arnaldo pegue um dos seguintes ônibus: 177H - Butantã/USP, 177P - Butantã/USP ou 701U Butantã/USP. Desça no primeiro ponto do campus.
- Vá de metro até a estação Barra Funda e procure o ponto final do ônibus 7702- Barra Funda - USP. Desça no primeiro ponto do campus.

LEMBRETES

- Nos painéis das Faculdades será feita exposição dos diversos cursos e dos trabalhos e experiências realizados, por isso prepare material sobre sua faculdade e traga para o encontro.

- É necessário trazer colchonete e roupa de cama para o alojamento.

As **REFEIÇÕES NÃO ESTÃO INCLUSAS** na taxa de inscrição, no entanto existem várias opções para alimentação próximas ao local do encontro.

- Será exigida a **apresentação de identidade estudantil** (qualquer documento que comprove sua matrícula no curso) no momento do credenciamento

MAIORES INFORMAÇÕES NO CENTRO OU DIRETÓRIO ACADÊMICO DE SUA FACULDADE OU DIRETAMENTE COM A COMISSÃO ORGANIZADORA:

TELEFONE (011) 3818-3293

E-MAIL: eepe.sp@usa.net SITE: <http://eepeesp.cjb.net>

Realização:



Executiva Estudantil dos Estudantes de Pedagogia - SP

C.A.P.F.

Centro Acadêmico Paulo Freire
Faculdade de Educação USP
Gestão Diadorim

APOIO:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROPRIETARIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



Executiva Estudantil dos Estudantes de
Pedagogia de São Paulo

C.A.P.F.

Centro Acadêmico Paulo Freire
Faculdade de Educação USP
Gestão Diadorim

REALIZAÇÃO:

INFORMAÇÕES e INSCRIÇÕES:

Tel: (011) 3818-3293

Email: eepe.sp@usa.net

Site: <http://eepeesp.cjb.net>



ENCONTRO PAULISTA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

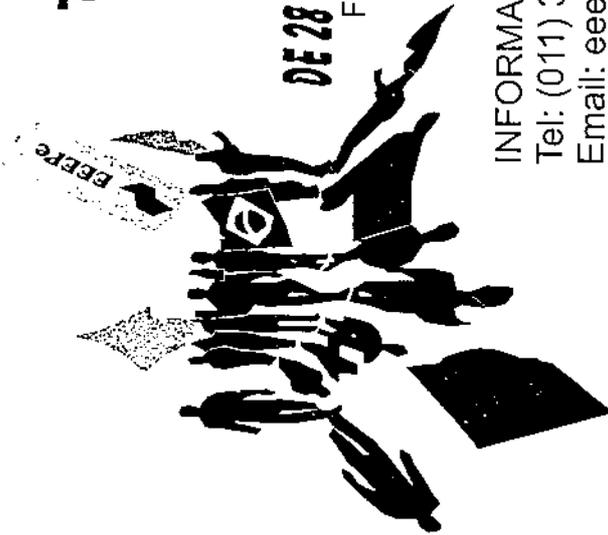
EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS

SOCIAIS: UMA POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO!

SÃO PAULO

DE 28 DE ABRIL A 01 DE MAIO DE 2001

Faculdade de Educação - USP





EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DE SÃO PAULO



VIII EPEPE

ENCONTRO PAULISTA DOS
ESTUDANTES DE PEDAGOGIA
EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS:
UMA POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO?

Visite a Home Page da EEEPe/SP:
<http://eeepesp.cjb.net>

Eu Entendo de Educação. Não avalie com o Provão!

Final, o que é a EEEPe-SP???

A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo (EEEPe-SP) é uma entidade que representa todos os estudantes do Curso de Pedagogia do nosso Estado.

Mas o que é realmente a EEEPe-SP?

A EEEPe-SP atua no movimento estudantil de área, esse movimento é denominado assim porque trata das questões diretamente relacionadas, no nosso caso, ao curso de Pedagogia e à Educação. O Centro e Diretórios Acadêmicos de Pedagogia, dentro de suas unidades, tem quase a mesma função. Vale aqui destacar a importância da articulação do CA ou DA com a EEEPe-SP, para que o movimento tenha força nas lutas comuns do nosso curso.

Muito bom, mas quais são os problemas que enfrentamos para realizar tal articulação?

A realidade que encontramos é de uma enorme heterogeneidade nos cursos de Pedagogia que temos concentrados em sua maioria aqui no Estado de São Paulo, temos mais de 200 cursos e a imensa maioria sem uma entidade representativa, ou seja, muitas faculdades não abrem espaços para a fundação de um Centro ou Diretório Acadêmicos de Pedagogia.

O principal problema em não haver um CA ou DA do curso de pedagogia está na falta de espaço para a discussão dos estudantes do curso, sobre o próprio curso, sobre as políticas públicas que afetam direta ou indiretamente a nossa profissão, sobre a Educação em nosso país... Mesmo que não exista um CA ou DA, a discussão sobre esses e outros temas tem que ocorrer durante os nossos cursos, indo além da formação dentro das salas de aula.

A EEEPe-SP tem como função fomentar essas discussões que nos interessam tanto, procurando assim incentivar e apoiar a criação de CA's e DA's.

Além desse intuito, a EEEPe-SP realiza eventos permitindo aos estudantes de pedagogia ampliarem suas discussões a respeito das questões mais importantes do universo educacional de nosso país, como exemplo, o nosso Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia, o EPEPE, que está em sua oitava edição; também temos o Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, o COPEPE, um evento que reúne os representantes de CA's e DA's.

Para que a EEEPe-SP consiga efetivar seu trabalho, temos que fazer desses eventos espaços para que os estudantes possam tomar contato com o movimento, movimento este que não se realiza somente nesses determinados eventos, e sim durante todo um trabalho ao longo do ano. O que a EEEPe-SP tem feito até agora?

Deixamos de ser apenas uma entidade voltada para a organização do encontro anual. Essa última gestão fez da discussão sobre alguns assuntos a prioridade, fez também levar e trazer outras discussões, de faculdades, de outros estados, nacionalmente.

Estamos passando por um período bastante conturbado, tivemos e temos ações dos governos federal e estadual que nos ferem enquanto educadores, campanhas que nos desvalorizam, problemas com currículos e a formação, entre outros...

E como os CA's e DA's devem manter a articulação com a EEEPe-SP, esta deve manter a sua com o movimento estudantil de área nacional, que nada mais é do que a Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe). E esta articulação é um feito, pois estamos mantendo nossas discussões nacionalmente, visto que grande parte das nossas lutas só tem valor se feitas por todos os estudantes de Pedagogia do país.

A EEEPe-SP está construindo nosso movimento estudantil, abrindo espaços para os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo defenderem seu curso e lutarem pela Educação.

Avaliação Institucional – algo que precisa ser discutido na Pedagogia

“A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da Universidade, traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e sua legitimidade junto à sociedade” (Documento Básico do PAIUB, 1994)

Enquanto estudantes de Pedagogia, e mesmo atuando como educadores, estamos sempre envolvidos em discussões e práticas que dizem respeito à avaliação da aprendizagem, no entanto são raros os momentos em que discutimos a avaliação de instituições ou mesmo a avaliação de sistemas escolares. Em comum elas têm o objetivo de diagnosticar as condições atuais e a partir dos resultados planejar ou replanejar as ações na busca de um constante e necessário aperfeiçoamento. No entanto elas também possuem diferenças fundamentais principalmente em função das características de cada elemento avaliado, dos objetivos específicos e do número de variáveis envolvidas em cada um dos casos. Na avaliação do Ensino Superior, com a qual o Curso de Pedagogia se depara atualmente, o autocombate e a tomada de decisões, com a finalidade de aperfeiçoamento, são os dois objetivos básicos (Belloni, 1996), e que só podem ser alcançados quando se tem clareza sobre os fundamentos, objetivos, e princípios destas instituições e principalmente sobre o seu papel dentro da sociedade. A Universidade, enquanto espaço ideal do Ensino Superior, está inserida num contexto sócio-histórico, estando diretamente influenciada e afetada por políticas públicas. A partir disso qualquer avaliação que se faça destas instituições deve ter o compromisso de buscar reconstruir ou redefinir o papel social da Universidade.

É bom ressaltar que entendemos por Universidade não apenas a estrutura física e a organização didático-pedagógica, mas também todos os sujeitos envolvidos: alunos, professores, funcionários, técnicos, etc. A Universidade é um espaço que se constrói dialeticamente, resultante da ação, mas principalmente da interação, entre estes elementos que a constituem e também de suas relações com a sociedade onde está inserida.

A Universidade, já há algum tempo, sente a necessidade de estruturação de instrumentos que permitam o acompanhamento e a avaliação de suas condições, tendo em vista o ensino, a pesquisa e a extensão, seus pilares fundamentais, e que possibilite também uma análise de seu papel na sociedade numa busca contínua pelo aperfeiçoamento.

Deste anseio surgem, ao longo da década de 90, experiências de Avaliação Institucional em várias universidades em todo o país, algumas delas alcançando melhores resultados que outras. Das experiências realizadas, a que talvez tenha alcançado maior amplitude e melhores resultados - até pela forma como foi construída, tenha sido o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), que surgiu a partir de discussões e estudos envolvendo entidades e profissionais da área chegando ao ponto de ser aprovado e apoiado pela Comissão de Avaliação estabelecida pela SESA MEC e adotado como referência por parcela significativa das universidades brasileiras.

Posteriormente, através da Lei nº 9.131/95 e do Decreto 2.026/96, o Governo Federal estabeleceu o Sistema de Avaliação do Ensino Superior, do qual faz parte o Exame Nacional de Curso, mais conhecido como Provão. Desde a sua primeira aplicação em 1996 até agora diversas contestações e polémicas surgiram em torno deste sistema. Questiona-se desde sua validade como instrumento de avaliação até a forma e os usos dos dados com ele apurados.

A partir do próximo ano o Curso de Pedagogia estará participando do Provão, e temos necessidade de urgente em discutir e analisar tanto o Provão quanto outras experiências de A.I., isto no que se refere aos seus aspectos práticos e técnicos bem como suas concepções teóricas e implicações políticas.

Mas antes de discutir o próprio Provão devemos refletir sobre algumas questões, como:

- O que é avaliar? - É necessário avaliar os cursos?
- Por que avaliar? - Como avaliar?
- O que fazer com os resultados?

Sabemos que é necessário avaliar sim, precisamos analisar a situação dos cursos de Pedagogia, no país, principalmente por este ser um curso que apresenta tantas diferenças entre uma instituição e outra. Começando pela grade curricular de cada curso, temos uma variedade de conteúdos, diferença na carga horária de estágio, nas habilitações e complementações, entre outras, mas também não é suficiente a avaliação isolada dos cursos, é necessário que se avalie as Instituições de Ensino Superior (IES) de forma global, no conjunto de seus cursos, das pesquisas por ela desenvolvidas e da extensão de sua produção a toda a sociedade. É claro que a avaliação de uma instituição passa necessariamente pela avaliação de cada parte do conjunto, incluídos aí os cursos, mas entendemos que não se pode avaliar de forma adequada a instituição como um todo analisando apenas aspectos restritos de alguns de seus cursos. A avaliação do Curso de Pedagogia é necessária e deve possibilitar o aperfeiçoamento do curso, mas deve fazer parte de um projeto de avaliação mais amplo que abranja a Universidade como um todo.

A avaliação não pode ser feita em um momento único, ela deve compreender os vários aspectos envolvidos e, portanto, deve se dar a partir de vários instrumentos e ao longo de um considerável período de tempo. Além disso, ela deve possibilitar ao avaliado a condição de corrigir falhas ou suprir deficiências e não apenas a simples constatação numa etapa em que já não são possíveis as correções.

Afirmamos a necessidade sim de uma avaliação, porém uma em que os aspectos avaliados sejam os presentes em todo o processo pelo qual o aluno passa até se formar, e não somente uma avaliação imediatista, resumida apenas ao ato de realizar uma prova e na visita de uma equipe de “fiscais” para verificar a estrutura do curso e do corpo docente.

Entendemos também que toda avaliação deve retornar ao avaliado um resultado, que não seja público e com o caráter de ranking, mas que tenha o objetivo de diagnosticar as condições existentes

XXI ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

ENEPE

15 a 21 de Julho de 2001

Belém - PA

“A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM BUSCA DA
IDENTIDADE DO EDUCADOR”



Maiores informações sobre o ENEPE, inscrições e envio de trabalhos na página da Executiva Nacional:

<http://exnepe.cjb.net>

A EEEPe/SP está organizando a delegação de SP para o XXI ENEPE, interessados devem entrar em contato pelo fone (011) 3818-3293 ou pelo e-mail: eeepesp@usa.net

de modo que a instituição tenha informações que possibilitem a ela planejar ações e reformulações que visem um aperfeiçoamento. A avaliação não pode ser imposta e totalmente externa a estas instituições, como vem acontecendo, pois isto as remete ao mero papel de objeto, quando na verdade deveriam ser atores diretos neste processo, já que são elas as maiores interessadas nesta avaliação e somente elas têm condições de elaborar as avaliações e interpretar os resultados, sem perder de vista sua realidade e os objetivos específicos de cada uma. O claro envolvimento das Universidades no projeto do PAJUB, a forma como procuraram preservar a especificidade de cada uma e os resultados obtidos por este projeto evidenciam que a construção democrática de um projeto de A.I. é essencial para que se torne realmente um instrumento de aperfeiçoamento das instituições de ensino superior. Ao contrário, o que vemos hoje é uma completa desconsideração da diversidade existente, ignorando-se os objetivos e necessidades específicas de cada Universidade, o que podemos considerar, em conjunto com outras ações do atual Governo, como uma tentativa de implantação de um modelo único para o ensino superior.

O atual Sistema de Avaliação do Ensino Superior, que têm como elemento central o Provão, não corresponde a estas expectativas de construção democrática de um instrumento de A.I., pois é totalmente planejado e executado pelos órgãos governamentais e em momento algum procura envolver as instituições, os profissionais e muito menos os estudantes neste processo. A forma como é feita a avaliação, o modo como os resultados são divulgados e as atitudes do Conselho Nacional de Educação, frente aquelas instituições que apresentam problemas, deixam claro que estamos diante de um processo que não pode ser chamado de avaliação. Este processo vem ocorrendo contrariamente aos conceitos e concepções proclamados publicamente, além de não se incentivar aqueles que estão com problemas a encontrar soluções, os coloca em condições piores, negando recursos e ameaçando-os com a possibilidade do fechamento do curso. Atualmente apenas promove-se os melhores, sem levar em consideração que existem problemas e falhas nestes também.

Para que não sejamos submissos ao instrumento que o Governo está impondo, com o objetivo claro de nos excluir de qualquer participação no movimento em defesa da qualidade de formação de profissionais, é fundamental que iniciemos uma ampla discussão sobre Avaliação Institucional. Essa discussão, que ainda não está presente entre os estudantes dos cursos de Pedagogia, se dá conhecendo as experiências que já aconteceram neste campo, analisando todas as implicações dos atuais instrumentos utilizados pelo MEC e principalmente pensando e construindo, democraticamente, propostas para uma Avaliação Institucional que atenda as necessidades do nosso curso e do ideal de universidade pública, gratuita e de qualidade.

Telma Lúcia Koberi
José Ibiapino Ferreira

CECOE "AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: IMPLICAÇÕES DO PROVÃO"

Este é um CECO (Centro de Construção Educacional) da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, e tem como objetivo realizar estudos relacionados ao tema "Avaliação Institucional" gerando subsídios para a discussão e atuação da Executiva Estadual. Atualmente o CECO é formado por estudantes da USP e UFSCar, mas está aberto à participação de todos os interessados, bastando entrar em contato com a coordenação. Atualmente está sendo coordenado por Telma Lúcia Koberi (UFSCar) telma@exnepe.zzn.com e José Ibiapino Ferreira (USP) ibiapino@exnepe.zzn.com

Dê sua opinião sobre assuntos como o voluntariado e o Provão participando da lista de discussões da Executiva Estadual:
<http://www.grupos.com.br/grupos/eepepe.sp>

Amigo da escola, inimigo da Educação

AMIGO DA ESCOLA INIMIGO DA EDUCAÇÃO: CAMPANHA PELA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Esta campanha tem por objetivo conscientizar as pessoas em relação a um processo de desresponsabilização e desvalorização que vem sendo tocado por entidades governamentais e pela iniciativa privada em relação à educação pública brasileira. A desresponsabilização é notada no projeto "Amigos da Escola", que prega que as pessoas da comunidade deveriam entrar na escola pública para enfrentar os problemas que tanto a acometem, enquanto a desvalorização fica claramente marcada pelas precárias condições de trabalho e baixa remuneração dada aos professores, que passam a ser substituídos por voluntários sem preparo no exercício das funções escolares.

O projeto "Amigos da Escola" incentiva e organiza a participação voluntária de profissionais de áreas diversas ou mesmo de pessoas com apenas algum interesse específico no cotidiano das escolas. Qual o grupo de professores que não quer ter a participação da comunidade, da família, dos pais em sua escola? E essa é a grande dificuldade em se discutir esse tipo de ação, o problema não está na participação, apesar de ser este o aspecto que fica mais ressaltado, mas sim na forma como isso ocorre e na institucionalização de ações que deveriam ser temporárias e muito específicas.

Ao incentivar que alguém dedique algumas horas de sua semana para "jogar bola" com os alunos da escola do bairro, aparentemente se está solucionando um problema (falta de professor, falta de atividades extra-classe etc), no entanto não se discute as responsabilidades do Estado, não se cobra dele as soluções definitivas (ou se não podem ser definitivas que pelo menos não sejam remendos) e por fim desvaloriza-se o profissional, que levou anos em sua formação, e que deveria estar atuando ali. Isso sem falar nos problemas que podem surgir pela ação de alguém que não foi preparado para determinada tarefa e para lidar com situações tão delicadas como as que surgem a todo instante no dia-a-dia da escola.

Há também a questão de recursos que se destinam a essa campanha e que poderiam muito bem ir para uma melhor remuneração dos profissionais em Educação, para manutenção e mesmo construção de escolas, para o suprimento de materiais e até de merenda escolar. E que não se imagine que estes recursos vêm exclusivamente da iniciativa privada: eles saem também dos cofres do Estado, seja na forma de incentivos, isenções, subsídios, além do apoio dado

REGIMENTO DO VII ENCONTRO PAULISTA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Art. 1º - O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPE) tem caráter deliberativo.

Art. 2º - A Comissão Organizadora do VII EPEPE é formada pela Coordenação Estadual e colaboradores devidamente identificados.

Art. 3º - Todos os participantes deverão passar por processo de credenciamento dentro dos prazos estipulados e divulgados pela comissão organizadora do VIII EPEPE.

§ 1º - O credenciamento consiste na conferência dos dados e de comprovante de matrícula em Curso de Pedagogia ou Pós-Graduação, em Educação, para fins de votação.

§ 2º - Para fins de certificação será necessária a apresentação de comprovante de recolhimento da taxa de inscrição.

§ 3º - Os estudantes com direito a voto conforme o Art. 8º do estatuto da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de S. Paulo (EEEP/SP) os participantes sem direito a voto serão diferenciados mediante credenciais de cores distintas.

Art. 4º - Terão direito a voto todos os estudantes de Pedagogia e de Cursos de Pós-Graduação em Educação no Estado de S. Paulo, devidamente credenciados conforme o Art. 3º deste regimento.

§ 1º - O processo de votação ocorrerá conforme Art. 10º e Art. 11º do Estatuto da EEEP/SP, sendo que os votos serão computados mediante apresentação de credencial.

Art. 5º - Serão emitidos certificados do encontro para os participantes devidamente inscritos e credenciados que ao final do VIII EPEPE tiverem frequência igual ou superior a 75% das atividades realizadas.

Art. 6º - O tema do IX EPEPE será decidido na Plenária Final do VII EPEPE, mediante votação direta dos temas indicados.

§ 1º - As propostas de temas deverão ser apresentadas à secretaria do VIII EPEPE até o dia anterior à Plenária Final.

§ 2º - As propostas de temas deverão ser apresentadas na forma de "área temática" acompanhada ou não de sugestões de título, que será avaliada posteriormente pelo COPEPE.

Art. 7º - As instituições que se candidatarem a sediar o IX EPEPE deverão apresentar projeto para viabilização do encontro que atenda os critérios dispostos no § 1º do Art. 7º do estatuto da EEEP/SP

§ único - Caso não sejam apresentadas candidaturas ou estas não possuam as condições necessárias, o primeiro COPEPE após o EPEPE terá o poder de deliberar a sede do encontro entre os participantes do COPEPE conforme o § 3 do Art. 7º do estatuto da EEEP/SP

Art. 8º - A eleição da Coordenação Estadual ocorrerá por voto direto na Plenária Final do EPEPE.

§ 1º - Cada delegação de alunos das instituições educacionais presentes ao EPEPE poderá indicar aluno para o processo de formação das chapas.

§ 2º - Os alunos indicados, conforme descrito no parágrafo anterior, deverão participar de uma reunião para formação da(s) chapa(s), a ser realizada até a véspera da Plenária Final.

§ 3º - As chapas candidatas deverão ser constituídas respeitando o estipulado no Art. 24 do estatuto da EEEP/SP

§ 4º - As candidaturas deverão ser apresentadas na secretaria do VII EPEPE até a véspera da Plenária Final.

Art. 9º - O Plano de Ação para Gestão 2001/2002 da EEEP/SP será elaborado mediante votação da plenária da Plenária Final do VII EPEPE.

§ único - As propostas para o Plano de Ação 2001/2002 deverão ser encaminhadas à secretaria do VII EPEPE até a véspera da Plenária Final.

Art. 10 - É proibido fumar, ou ingerir qualquer tipo de bebida ou alimento dentro dos auditórios anfitéatros.

Art. 12 - A entrada dos participantes nas dependências do alojamento e dos vestiários ocorrerá mediante apresentação da credencial ao responsável pela segurança do local.

Art. 13 - Casos omissos serão deliberados pela Comissão Organizadora do VIII EPEPE

O presente regimento foi aprovado na Plenária Inicial do VIII Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia aos 28 dias do mês de Abril de 2001.

pelo MEC, como pode ser visto na campanha publicitária que é frequentemente veiculada na TV Globo.

Não podemos concordar que jornalistas, juízes, administradores de empresas, marceneiros, ou qualquer outro profissional que não tenha sido formado para trabalhar com educação ocupe-se das funções que cabem a professores, inspetores, coordenadores, diretores, orientadores e todos aqueles realmente envolvidos com a questão educacional. Queremos a colaboração, sim, desses profissionais mas como pais e irmãos preocupados com a educação de seus filhos e principalmente na luta por uma escola pública, democrática e de qualidade

O projeto "Amigos da Escola" veste uma roupa atraente, alardeando uma causa nobre buscando na solidariedade das pessoas a força e o respaldo para fazer manobras que resultam numa sociedade cada vez mais injusta e desigual. No entanto, não é de favores ou de caridade que a escola pública precisa, mas sim de uma defesa vigorosa, bem estruturada e até intransigente em relação ao direito à educação gratuita e de qualidade para todos.

E é por todos esses motivos apresentados que estamos divulgando nossa campanha. Não podemos aceitar que a formação de profissionais da educação, estruturada historicamente, seja deixada para trás, boicotada e desvalorizada por um projeto que mascara a realidade da educação pública brasileira e engana a população, através da propaganda no horário nobre da televisão, criando um sentimento de que "a escola pública brasileira é ruim porque os professores são ruins", já que até uma pessoa formada em qualquer outra área de conhecimento pode entrar na escola para resolver os problemas, como defende o projeto.

Queremos que a educação seja tocada por profissionais formados para atuarem com educação, não por pessoas leigas que queiram se encarregar desta ou daquela função da escola.

O primeiro passo para a reconstrução da escola pública brasileira é a valorização dos profissionais da educação, e é por isso que dizemos "Amigos da Escola - Inimigos da Educação" campanha pela valorização do profissional em educação.



ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - EEEPE-SP
2000 - 2001

CAPÍTULO I: DA DEFINIÇÃO

Art.1º - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter permanente, sendo desvinculada de quaisquer órgãos estatais e privados, de partidos políticos e de crenças religiosas.

CAPÍTULO II: DA COMPOSIÇÃO

Art.2º São membros da Executiva Estadual:

- I - Centros e Diretórios Acadêmicos devidamente filiados junto a Executiva Estadual;
 - II - alunos interessados e representantes legitimados pelos estudantes de suas instituições devidamente filiados à EEEPE;
- §1º São filiados a EEEPE as entidades que, comprometidas com os princípios da executiva, contribuam com a sua manutenção com uma anuidade de 1 salário mínimo para as instituições que possuam C.A.s/ D.A.s e 1/2 salário mínimo para as que não possuem C.A.s/ D.A.s.
- §2º Os Cursos de Pedagogia que vierem a ser criados no período de 1 ano anterior ao EPEPE estarão isentos da taxa de filiação.

CAPÍTULO III: DOS DEVERES

Art.3º - São deveres da Executiva:

- I - coordenar o movimento estudantil de PEDAGOGIA do Estado de São Paulo;
- II - congregar, representar e defender o conjunto dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo;
- III - lutar em defesa de um sistema educacional público, gratuito, democrático e de qualidade para todos no Estado de São Paulo;
- IV - lutar em defesa da qualidade de ensino dos cursos de Pedagogia, sejam eles públicos, privados ou subsidiados.
- ~~V - defender uma universidade pública, gratuita e democrática;~~
- VI - promover e incentivar a formação crítica dos estudantes de Pedagogia;
- VII - promover o intercâmbio e o desenvolvimento cultural, científico e político dos estudantes de Pedagogia;
- VIII - manter contato e intercâmbio entre as entidades representativas de estudantes;
- IX - representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo frente a outras entidades e em eventos de interesse dos mesmos;
- X - manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;
- XI - lutar pelos interesses dos estudantes na questão das mensalidades, taxas diversas e outras cobranças inconstitucionais.
- XII - promover e incentivar a criação e aplicação de políticas públicas educacionais e de inclusão social.
- XIII - Incentivar e apoiar a formação de C.A.s e D.A.s de Pedagogia do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO IV: DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E ADMINISTRATIVA DA EXECUTIVA

Art.4º As instâncias de deliberações políticas e administrativas da Executiva, pela ordem são:

- I - Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia - EPEPE
- II - Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia - COPEPE
- III - Coordenação Estadual da EEEPE-SP
- IV - Entidades estudantis de Pedagogia (Centros e Diretórios Acadêmicos)

SEÇÃO I: DO ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Art.5º - O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPE) é a instância máxima de deliberação da EEEPE-SP.

Art.6º - O EPEPE terá como objetivos a construção de plano de luta para o cumprimento dos deveres da EEEPE-SP, a integração científica, política e cultural, assim como a troca de experiências entre seus participantes

Art.7º - Será realizado anualmente, em data e local definido na Plenária Final do encontro anterior.

§1º A escola que sediará o próximo EPEPE deve atender a critérios como: participação no movimento estudantil de Pedagogia, estrutura física e recursos humanos.

§2º A(s) escola(s) interessada(s) deve(m) apresentar projeto estrutural no EPEPE para aprovação na Plenária Final.

§3º Se a(s) escola(s) não possuir(em) a estrutura necessária ou nenhuma escola se candidatar durante o EPEPE, o primeiro COPEPE após o EPEPE terá o poder de escolher a escola sede, dentre as escolas presentes ao COPEPE.

Art.8º - Poderão participar do EPEPE todos os estudantes do curso de Pedagogia, dos cursos de pós-graduação ligados à área da educação do Estado de São Paulo, com direito a voz e voto.

§1º Poderão participar observadores, sem direito a voto, desde que inscritos sob os mesmos critérios dos demais participantes.

§2º A comissão organizadora é formada pela coordenação estadual e pela escola sede do encontro.

Art.9º - O EPEPE terá um regimento interno aprovado em sua Plenária Inicial.
Parágrafo único: Os regimentos internos devem contemplar os seguintes aspectos: garantir a segurança e a seriedade do encontro, regulamentar as diferentes formas de participação no encontro de acordo com direitos e deveres.

Art.10 - As plenárias do EPEPE terão quorum de maioria simples dos inscritos aptos a votar, ou seja, 50% mais um.

Art.11 - As deliberações do EPEPE serão tomadas em plenária por maioria simples dos presentes *Parágrafo único.* Se em votação ocorrer a maioria simples de abstenções, a matéria será discutida e votada novamente até, no máximo, três vezes, quando então, valerá o resultado vencedor descontadas as abstenções.

Art.12 - Que em todos os EPEPEs seja promovido um espaço para discussão e esclarecimentos acerca da estrutura e funcionamento da executiva.

Art.13 - O tema do EPEPE será decidido na Plenária Final do EPEPE anterior, mediante votação direta dos temas indicados.

§1 As propostas de temas deverão ser apresentadas à secretaria do EPEPE até o dia anterior a Plenária Final.

§2 As propostas de temas deverão ser apresentadas na forma de área temática, acompanhada ou não de sugestão de título, que será avaliado posteriormente pelo COPEPE.

SEÇÃO II: DO CONSELHO PAULISTA DE ENTIDADES DE PEDAGOGIA

Art.14 - O COPEPE é o Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sendo o fórum que reúne Centros e Diretórios Acadêmicos, assim como representações legitimadas pelos estudantes de suas respectivas instituições devidamente filiadas a EEEPE.

Art.15 - O COPEPE é a instância decisória imediatamente inferior ao EPEPE.

Art.16 - O COPEPE tem por objetivo:

- I - encaminhar as deliberações do EPEPE, assim como discutir e decidir sobre assuntos pertinentes ao movimento estudantil desde que não firam as deliberações do EPEPE;
- II - coordenar, avaliar e fiscalizar a atuação da Coordenação Estadual;
- III - destituir, através de impedimento, desde que devidamente justificado, qualquer coordenador da EEEPE-SP, necessitando, para isso, de quorum de 3/4 do COPEPE.

Art.17 - Realizar-se-á ordinariamente o mínimo de 1 COPEPE por semestre, sendo que cada um deles será convocado pelo anterior.

Art.18 - Extraordinariamente, poderá ser convocado por um mínimo de 30% (trinta por cento) das entidades filiadas à EEEPE-SP.

Art.19 - O COPEPE se instalará com o quorum mínimo de 40% (quarenta por cento) das entidades filiadas à EEEPE-SP.

Art.20 - No COPEPE terá direito a voz qualquer estudante e voto e voz qualquer entidade filiada a EEEPE-SP, sendo que cada entidade corresponderá a um voto.

Art.21 - Os Centros e Diretórios Acadêmicos (CA's e DA's) devem apresentar a ata de posse da diretoria, devidamente registrada em cartório, assim como a ata da reunião que indicou o delegado da entidade à mesa de cadastramento do COPEPE.

Parágrafo único. Essas entidades terão direito a voz e voto no primeiro COPEPE, desde que não tenha havido participação no ano anterior devendo, para manter esse direito nos próximos COPEPEs, filiar-se à EEEPE - SP.

Art.22 - As instituições que não possuem CA's e DA's poderão ser representadas por delegados legitimados por seus pares, seguindo seguintes critérios:

- a) serem eleitos em assembléia tendo a presença mínima de 20% (vinte por cento) dos estudantes da instituição, ou
- b) serem eleitos por voto em eleição com uma tendo o quorum mínimo de 30% (trinta por cento) dos estudantes da instituição.

§1º Cada delegação deverá apresentar no credenciamento do COPEPE a lista de alunos regularmente matriculados no período que se deu a eleição, sem a qual, estará vedada a inscrição da respectiva delegação.

§2º Somente terão direito a voto as instituições que estiverem devidamente filiadas.

SEÇÃO III: DA COORDENAÇÃO ESTADUAL

Art.23 - A coordenação estadual tem as seguintes atribuições:

- a) encaminhar as deliberações das instâncias deliberativas hierarquicamente superiores à EEEPE-SP;
- b) articular a EEEPE-SP com outras entidades estudantis;
- c) participar da comissão organizadora do EPEPE;
- d) garantir o bom andamento das atividades da EEEPE-SP;
- e) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- f) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art.24 - A Coordenação Estadual será composta pelas coordenações: Geral, Regionais, de Secretaria, de Finanças, de Assuntos Educacionais, de Cultura e Extensão Universitária, de Formação Política, de Comunicação e Coordenação de Escolas Pagas.

I - A Coordenação Geral será composta por dois estudantes, cuja atribuições são:

- a) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo perante o Movimento Estudantil e a sociedade civil organizada.
- b) coordenar as reuniões e grupos de trabalhos entre outras atividades que se fizerem necessárias ao bom funcionamento da entidade atendendo às decisões do EPEPE e do COPEPE.

II - As coordenações regionais serão compostas de acordo com a representação no EPEPE cujas atribuições são:

- a) garantir o bom andamento das atividades da EEEPE-SP em sua regional divulgando seu trabalho a fim de incorporar novos participantes;
- b) promover atividades de intercâmbio político, cultural e científico nas faculdades de sua regional

III- A Coordenação de Secretaria será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- a) coordenar a elaboração e a organização da documentação e dos arquivos da EEEPE-SP;

b) elaborar e enviar as atas e as convocatórias das reuniões da Coordenação Estadual. - P/ D&C

IV - a Coordenação de Finanças será composta por dois estudantes cujas atribuições são:

- a) buscar recursos e formas alternativas de viabilização dos trabalhos da Coordenação Estadual.
- b) elaborar a prestação de contas e confeccionar balancetes mensais;
- c) responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias, pela assinatura de cheques e pel:

administração financeira em geral;
 d) recolher a anuidade das entidades estudantis filiadas a EEEPe-SP até o próximo EPEPe;
 e) zelar pelo patrimônio da entidade.
 D) colaborar e enviar a prestação de contas do EPEPe e do COPEPe às entidades participantes.
 V - a Coordenação de Assuntos Educacionais será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- incentivar e coordenar a formação de CECOE's - Centros de Construção Educacional;
- promover estudos sobre o curso de Pedagogia no Estado de São Paulo;
- promover a discussão das políticas educacionais, principalmente as implementadas no Estado de São Paulo;
- participar de eventos de interesse dos estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;
- manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;
- defender o ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis
- defender a qualidade de ensino dos cursos de pedagogia do Estado de São Paulo e a valorização do profissional no que diz respeito a formação, especialização e campo de atuação.

VI - a Coordenação de Cultura e Extensão Universitária será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- promover e incentivar discussões sobre extensão universitária;
 - promover o intercâmbio de projetos realizados pelas faculdades;
 - promover e desenvolver atividades culturais, artísticas e de lazer.
- VII - a Coordenação de Formação Política será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:
- incentivar e apoiar a formação de CA's e DA's de Pedagogia do Estado de São Paulo;
 - promover e incentivar discussões sobre questões do movimento estudantil, da juventude e outros assuntos de interesse dos estudantes de Pedagogia.
 - expandir as coordenações para locais onde não existam regionais.

VIII - a Coordenação de Comunicação será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:

- divulgar as atividades da EEEPe-SP;
 - divulgar atividades e eventos na área educacional;
 - publicar os anais do EPEPe.
- IX - a Coordenação de Escola Pagas será composta por dois estudantes, cujas atribuições são:
- lutar pelos direitos referentes à qualidade de ensino, mensalidades, matrículas, extensão nas escolas pagas;
 - divulgar e tornar de conhecimento de todos as mudanças na legislação específica das escolas pagas;
 - lutar por mensalidades mais baixas e bolsas-auxílio aos alunos mais carentes.

Parágrafo Único. Havendo número insuficiente de estudantes para a composição das coordenações, conforme determinações anteriores, garantir-se-á o mínimo de um estudante por coordenação.
 Art.25 - A eleição da coordenação Estadual ocorrerá por voto direto na Plenária Final do EPEPe, na forma de chapa(s) formada(s) por estudantes de Pedagogia.

§1º O mandato da coordenação da EEEPe-SP terá a duração até o EPEPe seguinte, com o compromisso da gestão anterior participar das três primeiras reuniões da nova gestão.

§2º A posse da diretoria eleita será após a Plenária Final do encontro.

§3º A prestação de contas e a entrega do relatório de atividades se efetuará no COPEPe a se realizar até 50 (cinquenta) dias após o EPEPe, sendo acompanhado dos respectivos balancetes.

§4º As chapas deverão ser formadas por estudantes de pedagogia de, no mínimo, 03 faculdades diferentes.

§5º A forma de eleição da Coordenação Estadual deverá ser apresentada e esclarecida na plenária inicial de cada EPEPe.

CAPÍTULO V: DOS CENTROS DE CONSTRUÇÃO EDUCACIONAL (CECOE'S)

Art.26 - Os Centros de Construção Educacional são equipes de trabalho e estudos em educação com caráter de acessoria a EEEPe-SP.

Art.27 - Cada CECOE será constituído por um CADA ou por um grupo de, no mínimo, 3 estudantes, podendo ser de diferentes faculdades.

Art.28 - Cada CECOE terá uma temática norteadora de sua atuação, podendo existir mais de um CECOE com a mesma temática.

Art.29 - As atribuições dos CECOE's são:

- centralizar informações sobre determinado assunto, promover debates sobre o mesmo, publicar textos e subsidiar a EEEPe-SP sobre a temática desenvolvida;
- entregar relatórios de trabalho nos COPEPe's e no EPEPe.

Art.30 - Os CECOE's não se constituem enquanto instâncias deliberativas da EEEPe-SP.

Art.31 - Os CECOE's podem ser constituídos em qualquer época do ano, basta comunicar a Coordenação de Assuntos Educacionais da EEEPe-SP.

Art.32 - Cada CECOE terá duração de um ano, podendo ser prorrogado comunicando à Coordenação de Assuntos Educacionais da EEEPe-SP.

CAPÍTULO VI: DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.33 - São consideradas infrações graves à EEEPe-SP:

- o não cumprimento do estatuto pelas entidades ou por seus membros;
- qualquer posicionamento que não seja representativo do Movimento Estudantil de Pedagogia do Estado de São Paulo tomado pelos integrantes da EEEPe-SP;
- a não organização do EPEPe, sem justa causa pela escola sede;
- o desvio de verba da entidade ou alienação do patrimônio por integrantes da EEEPe-SP.

Art.34 - As penalidades serão aplicadas segundo deliberação das instâncias da EEEPe-SP.

Art.35 - São penalidades aplicadas às entidades:

- advertência por escritos;
- multa que poderá ser de 1/2 a 2 anuidades;

a) suspensão do direito de voto por um ano.

b) exclusão da EEEPe.

Parágrafo Único. As entidades e estudantes filiados à EEEPe não poderão ser responsabilizados por nenhum ato tomado pela Coordenação.

Art.36 - São penalidades aplicadas aos coordenadores:

- advertência por escrito;
- ressarcimento dos danos causados às entidades;

a) suspensão do cargo;

b) destituição do cargo, sem prejuízo do ressarcimento devido dos danos causados.

§1º Estará automaticamente destituído o coordenador que faltar a duas reuniões consecutivas ou três alternadas sem justificativa por escrito acatada pela coordenação.

§2º A coordenação da EEEPe deliberará sobre os critérios para a justificativa de faltas.

§3º Caso ocorra a destituição de um coordenador a EEEPe encaminhará no COPEPe a substituição desta coordenação por outra pessoa.

CAPÍTULO VII: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.37 - A dissolução da EEEPe-SP ocorrerá somente através de votação em plenária do EPEPe convocada exclusivamente para este fim.

§1º - Será necessário 1/4 dos votos dos estudantes presentes na plenária para que seja aprovada a dissolução da entidade.

§2º - Somente a EEEPe-SP poderá convocar o encontro de dissolução da entidade de acordo com as disposições deste estatuto.

§3º - Caso seja aprovada a dissolução da entidade os bens que por ventura possuir serão doados para entidades afins ou para as que a plenária decidir.

Art.38 - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias finais dos EPEPe's.

§1º Que haja espaço na programação do EPEPe para a discussão acerca do estatuto, feita antes da Plenária Final, dando subsídios para os participantes poderem deliberar acerca das modificações do mesmo.

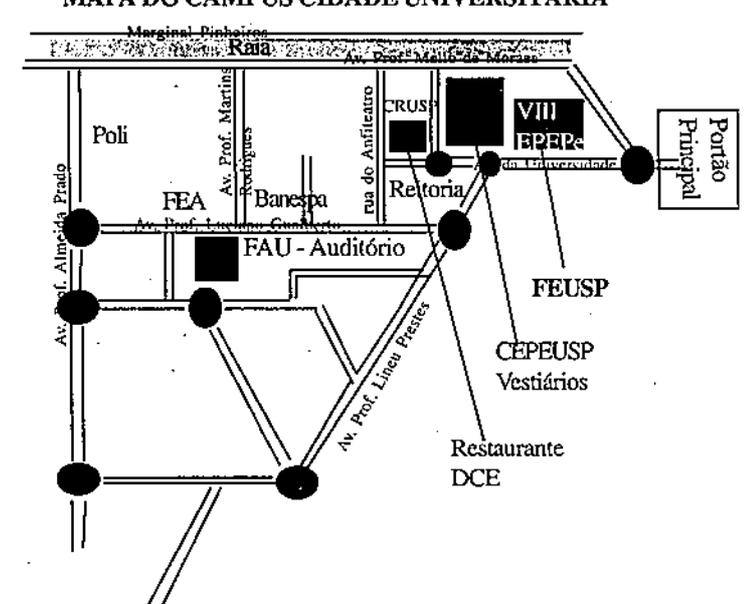
Art.39 - Todos os casos omissos a este estatuto serão discutidos e resolvidos pelas instâncias deliberativas EEEPe-SP.

Art.40 - A EEEPe nomeará dois representantes para a ENEPe podendo estes serem ou não da coordenação estadual.

Art.41 - A forma de reintegração de uma entidade excluída será julgada pelo COPEPe, de acordo com a infração cometida.

Piraicaba 1º de Maio de 2.000.

MAPA DO CAMPUS CIDADE UNIVERSITÁRIA



VIII EPEPe - Organização:
 C.A.P.P.F. : Centro Acadêmico Professor Paulo Freire
 Faculdade de Educação - USP
 EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - EEEPe/P
 Av. da Universidade, 308
 Cid. Universitária - Butantã
 CEP:05508-900 São Paulo - SP
 Fone: (011) 3818-3293 Fax: 3818-3149
 e-mail: eeepesp@usa.net home page: http://eeepesp.cjb.net

Debate sobre o Provão – Tarde (23/04/01)

1º Parte:

Zé – Executiva Nacional de Pedagogia (+ ou – 20 minutos)

- ❖ Executiva
- ❖ EPEPe (USP)
- ❖ Avaliação Institucional
 - I FONEPe em Vitória
 - II FONEPe em Brasília
- ❖ Porque somos contra o Provão...imposição, intenção política, homogenização...
- ❖ Necessidade da Avaliação Institucional; histórico.
- ❖ FONEPe – Boicote/ Campanha (Provão, Av. Institucional, grupos de discussão projetos de Avaliação Institucional)
- ❖ III FONEPe 02, 02, 04/11 Salvador
- ❖ Provão instrumento pontual – excludente – não aceitar...

Adriana

- ❖ Falar da professora Clara – coordenação, apoio e parceria em proporcionar debates, atividades culturais...
- ❖ Envolvimento dos nossos alunos nos Encontros de Pedagogia tanto Estadual/Nacional ou nos Fóruns Nacionais.

Professora Helena: alienação na discussão – campo de estudo da Pedagogia

- ❖ Lei 9131/95 – FHC
- ❖ Aluno sendo avaliado individualiza o problema, contexto neoliberal.
- ❖ Qual a nossa perspectiva em relação ao Provão, nós devemos assumir com INEP (analisa os dados estatisticamente) – MEC
- ❖ Criar um sistema de avaliação articulado nacionalmente, indo além da pedagogia para a discussão da formação de professores...
- ❖ O pedagogo é sobretudo professor, a partir da prática docente ele atua fora da sala de aula – isto é princípio – a intenção do MEC é buscar legitimar que o curso de pedagogia não forma professor (estratégia).

Cursos de Pedagogia

São Paulo: aproximadamente 182 (14 – Universidades Públicas)

Perguntas encaminhadas:

Marcelo: Sugestão de um documento tirado pelas Universidades, no caso as três públicas (Unicamp, USP, UNESP)

- ❖ Professores, funcionários, estudantes.

Mirian: Mobilização grande para divulgar na mídia; questão da autonomia universitária. Passar para o CA acertar com a Coordenação.

- ❖ Data do provão: 10 de junho.

Sugestão Helena: tarja preta na roupa, colher assinaturas no dia impeachment ao Paulo Renato.

Ações: 1º junho (estratégia de chamar – últimos 10 dias)
10 de junho (anexar na prova material...moções....)

Estela (Pós-Graduação): ações para aglomerar pessoas

1. Professores
 2. Outros graduandos que farão ou fizeram boicote/contestação na Unicamp.
 3. Envolvimento desde o 1º ano da PUC/UNIP... da região UNISAL (Americana) – articulação da região de Campinas (falar com Luciana/Eventos).
- ❖ Página na internet – transmissão com o LITE
 - ❖ Conquistar professores para a discussão
 - ❖ 05 a 08 de junho UFPr/Curitiba – Seminário da ANFOPE
 - ❖ Sugestão da Mafê: que as questões políticas fiquem claras.
 - ❖ Procurar SINAEM/Medicina alguém da Unicamp.
 - ❖ Proposta do PAIUB – Programa de Avaliação Institucional da Uniersidades Brasileiras Divulgação
 - ❖ Após a prova grupo de professores avaliarem as questões.

Debate (Noite):

1º Parte: fala + ou – 20 minutos

- ❖ Zé (Executiva)
- ❖ Professora Helena: (Participou no início da comissão de Especialistas da Pedagogia para o Provão)

2º Parte: Perguntas/esclarecimentos

3º Parte – encaminhamentos

Zé: O que são as Executivas de Curso, problemas de articulação, envolvimento dos alunos; busca participar em discussões como esta..

- ❖ Avaliação Institucional onde o Provão é um dos instrumentos*, exame de um único dia no último ano... voltado para o MERCADO... *avaliação docente da CAPES (?)
- ❖ I FONEPe em Vitória – indicativo ao boicote (20)
Brasília – 60 entidades/informes...
- ❖ Camiseta e Adesivo: “Eu sei o que é avaliação, não avalie com o Provão!”
- ❖ EPEPe/COPEPe

Professora Helena:

- ❖ avaliação do Ensino Superior/ SAEB/ENEM...Política Educacional do FHC, centrada na avaliação individualizada, contexto neoliberal, compromissos dos governos com Banco Mundial e o FMI.
- ❖ Não tem um olhar de totalidade da Universidade Institucional...na UNICAMP o provão tem sido pontual...
- ❖ PAIUB foi ignorado e o provão vem de cima para baixo.

Perguntas:

Marta: Quais as outras possibilidades?

Paulo: Possibilidade de questionar juridicamente?

Helena:

- ❖ Mito do diploma, valorização do histórico e da formação continuada...
- ❖ Diferenças da instituição pública e a privada.
- ❖ Defesa da Pedagogia e da formação de professores.
- ❖ O papel do Movimento Estudantil em articular.
- ❖ Mudança de governo em 2002.

Zé:

- ❖ Juridicamente fica complicado, sistema legal que nós temos;
- ❖ Não pode usada/divulgada por LEI, porém tem uma portaria de utilização da nota em concursos – verificar LEGALMENTE.
- ❖ Boicote com conteúdo.
- ❖ Defesa do boicote. Questionar os rankings comparativos do MEC, porque nós Avaliamos!! Não é para melhorar/construir...não boicotar é aceitar a classificação.
- ❖ Conseguir espaço na Mídia contra a manipulação do MEC

Adriana: Informes dos encaminhamentos da tarde.



Centro Acadêmico Iara Iavelberg

BOCA

Boletim Oficial do Centro Acadêmico

Número 12

5 de junho de 2001

www.psicousp.org

boca@valiogrups.com

Tiragem: 250 exemplares

A Psicologia USP Será Mais Uma Vez E No Provão

Após um longo período de discussão, os alunos inscritos para realizar o Exame Nacional de Curso (Provão) decidiram, em Assembléia realizada no 22 de maio, pelo boicote ao Provão.

Os alunos comparecerão aos locais de prova mas irão entregá-la em branco ou nula, além disso, estão sendo organizadas estratégias de divulgação das razões do boicote na mídia (impressa e eletrônica) e nos locais de prova, através de panfletos e camisetas. Abaixo segue o texto que será distribuído pelos alunos nos locais da avaliação:

Por uma Avaliação de Verdade

Entendemos a Universidade como um espaço que produz conhecimento e que tem como objetivo principal uma formação que possibilite a crítica, a reflexão e a conscientização social de seus alunos.

Consideramos necessária e fundamental a existência de uma avaliação que contemple esses objetivos. Entretanto, a avaliação que nos é proposta, o Exame Nacional de Cursos - Provão -, não se mostra capaz de abranger esses princípios. Ao contrário, coloca-se em frontal oposição a eles.

A avaliação deveria ser um instrumento de diagnóstico da situação da educação nas Instituições de Ensino Superior (IES); com as informações adquiridas com base nela, o Ministério da Educação deveria, além de acompanhar individualmente essas instituições, respeitando sua autonomia (como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação), estabelecer políticas cooperativas entre as IES visando à melhoria da qualidade da formação.

Contudo, o Provão está ancorado numa perspectiva mercadológica; seu critério classifica e compara, é excludente quando invariavelmente atribui cinco categorias de notas, o que pode causar muita distorção. Por exemplo, um curso pode acertar

apenas um terço da prova mas, sendo a maior pontuação, receber nota A - É ou não um bom curso? Estará preocupado em melhorar? Por outro lado, caso a diferença entre a maior nota e a menor seja insignificante, ainda sim haverá muitos cursos A,B,C,D e E - Imaginemos que a menor nota (E) corresponda a um acerto de 70%: podemos julgá-la ruim? A serviço de quem está esse ranqueamento? A instituição que é classificada como E é, juntamente com seus alunos, estigmatizada; torna-se culpada por um problema do sistema educacional brasileiro e de políticas inadequadas do MEC. Da mesma forma como vem acontecendo com a crise da energia, somos culpabilizados e punidos pela incompetência do Estado, cujo único comprometimento no caso da educação tem sido com estatísticas "para inglês ver".

Com isso, muitas IES, preocupadas com o seu desempenho na prova, se distanciam dos princípios da Universidade e adotam medidas paliativas como cursinhos e simulados pré-provão alterando sua grade curricular e, muitas vezes, substituindo horas de estágio e supervisão por essas atividades. O que será mais importante? As IES padronizam-se em função das diretrizes da prova, o que fere mais uma vez a autonomia universitária. Delimitar conteúdos básicos e gerais para o curso de Psicologia garante uma formação mínima mas, ao mesmo tempo, desconsidera a diversidade e as particularidades de cada curso, padroniza o ensino e o pensamento em uma área que é instituinte e que tem um campo vasto de dispersão, podendo resultar em cursos com ensino meramente técnico.

Com tudo isso, nós, alunos do quinto ano e o Centro Acadêmico Iara Iavelberg do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, decidimos pelo boicote a este tipo de prova que não avalia, mas sim compactua com uma estrutura social hierarquizada na qual sempre irá existir um contingente de excluídos.

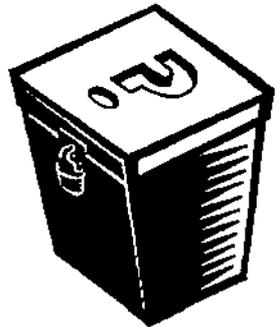
AVALIAÇÃO E DESTINO DA UNIVERSIDADE

NESTA EDIÇÃO:

Memória e Movimento: Em busca de uma mudança
Vulnerabilidade e Consciência: Viver é um bem melhor
Crônicas do IdE: Fragmentos de uma história (Eu) Parte 1 de 4
Manifestação Artística: Veja "A Escolha" e "Inúteis"
Agenda: Agende-se

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carlos Hideaki (Batata) (99)
Guilherme Pogibin (98) !!!
Guilherme Scandiucci (97)
Juliana Breschiagliari (00)
Nivaldo Freitas (97)
Tiago Novaes Lima (97)



Vamos pôr o provão à prova

Entre os dias 17 de abril e 17 de maio de 2002, será realizado o *Plebiscito do Provão*, onde poderão votar todos os estudantes universitários do Brasil. A idéia do Plebiscito começou a ser discutida em 2000, e sua realização, por parte de quinze executivas e federações de curso e pela UNE, conta com o apoio do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes), Fasubra (Federação de Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), CNTE (Confederação Nacional

dos Trabalhadores em Educação), CFP (Conselho Federal de Psicologia), CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte) e CRN-4 (Conselho Regional de Nutrição-4).

A votação ocorrerá em várias faculdades e cursos do país, e será precedida de debates sobre o provão e avaliação das universidades. Para saber os locais de votação e outras informações: www.plebiscitoprovao.hpg.com.br.

A organização pretende, com o Plebiscito, levantar o debate sobre a obrigatoriedade do

exame do MEC e sobre a universidade brasileira, além de abrir espaço para que os questionamentos e críticas ao provão sejam finalmente discutidos e deixem de ser reiteradamente ignorados pela mídia.

Neste *Jornal do Plebiscito do Provão*, você encontra uma entrevista com o professor da Unicamp José Dias Sobrinho, especialista em avaliação, um artigo sobre as políticas educacionais do MEC, e ainda um breve histórico sobre o provão e o Plebiscito.

As questões do Plebiscito

A discussão em relação ao provão e aos demais instrumentos utilizados pelo MEC para avaliar as Instituições de Ensino Superior é ampla e apresenta inúmeros pontos polêmicos. A polêmica se reflete nas diferenças de concepção e propostas políticas para a educação nacional - e não apenas questões técnicas sobre os instrumentos utilizados.

Ao realizarmos o Plebiscito do Provão, pretendemos, incentivar o debate, que infelizmente tem acontecido apenas em alguns lugares, levantando novos pontos e deixando ainda mais clara a diferença de propostas.

O Plebiscito acontecerá através de uma votação e, portanto, temos uma limitação, pois a cédula não comporta todas questões que pretendemos abordar ao longo dos próximos meses. Assim, foi necessário eleger os pontos mais relevantes da discussão.

Foram definidos três eixos temáticos a partir dos quais foram elaboradas as três questões que entrarão na votação do Plebiscito do Provão:

- a política educacional do Governo Federal;
- o mérito do provão enquanto instrumento de avaliação institucional;
- a obrigatoriedade do Provão e o autoritarismo do MEC.

Discutir a política educacional do governo é fundamental para entender o poder de ação do provão, suas implicações diretas e indiretas tanto no ensino superior como na educação básica, e como ele auxilia na efetivação de uma política mais ampla, muito além do que é exposto como a mera busca pela melhoria na qualidade dos cursos.

Questionamos também o mérito do provão como instrumento de avaliação, não apenas porque este

apresente falhas, mas principalmente procurando entender se ele atende a pressupostos do que seria uma avaliação institucional e quais seriam seus objetivos e seus usos; se ele reflete um processo avaliativo ou é apenas instrumento para produção de dados que justifiquem determinadas ações.

É importante ressaltar que, na área educacional, muitas são as abordagens sobre o que é avaliação, sobre a sua importância nos processos educativos, com opiniões diversas e até divergentes sobre o assunto, porém, já é superada a visão da avaliação como um instrumento de premiação ou punição - caráter cada vez mais acentuado nas ações do MEC.

O último ponto diz respeito a forma como o governo implementa suas ações, em especial na educação. Foi tônica nos dois mandatos de FHC, a implementação de suas políticas educacionais de forma autoritária, ignorando setores da sociedade que há muito discutem propostas para a educação nacional, ignorando estudos, pesquisas e discussões acumuladas sobre diversos assuntos relacionados a educação. O governo implementou sua proposta por decretos ou medidas provisórias, na maioria das vezes. Com o provão não foi diferente: imposto às instituições, regulamentado via decretos - ignorando todas as experiências existentes - ele se sustenta na imposição de que o aluno compareça ao exame (sob pena de não receber seu diploma), que, a princípio, deveria avaliar as instituições.

Enfim, as questões (ler *box*), devem, acima de tudo, fomentar a discussão, levar a novas questões e provocar uma reflexão que nos leve à ação, impedindo que nos tornemos apenas elementos passivos diante de todo esse processo.

Questão 1 (geral/política educacional do governo federal)
O governo federal gastou com o Ensino Superior R\$ 6,1 bilhões em 1995* e R\$ 5,5 bilhões em 1999* o que representa uma redução da ordem de 9,8% dos recursos. No mesmo período foram abertas 3 instituições públicas federais de ensino superior e 221 instituições privadas**. O provão serve como instrumento para a implementação desse projeto, uma vez que se propõe a ser critério para fechamento de cursos, para distribuição de verbas e incentivos ao mesmo tempo que é utilizado como instrumento de mídia pelo setor privado. Você concorda com a política do MEC de desobrigação do Estado da educação pública e gratuita?

* corrigido para valores de 1999

**Fonte: MEC/INEP

Questão 2 (mérito do provão enquanto instrumento)
O provão, utilizado pelo MEC como principal instrumento de avaliação das instituições de ensino superior, consiste em uma prova, padronizada nacionalmente e destinada somente aos estudantes que estão concluindo o curso. Desconsidera os objetivos, as especificidades, a autonomia e a inserção social de cada instituição. Seus resultados são divulgados na forma de um ranking onde as instituições são classificadas por conceitos (A, B, C, D e E). Você concorda que as instituições de ensino superior sejam avaliadas dessa forma?

Questão 3 (autoritarismo do MEC/obrigatoriedade do provão)

Segundo o MEC, os altos índices de comparecimento ao provão atestam a aceitação desse exame por parte de estudantes e instituições. Entretanto, os estudantes que não comparecem à prova são impedidos de receber seu diploma, conforme determina o artigo 3º da lei 9131/95. Você concorda com a visibilidade do recebimento do diploma à obrigação de comparecer ao provão?

17 de abril a
17 de maio de 2002

www.plebiscitoprovao.hpg.com.br
plebiscitodoprovao@hotmail.com

Política Educacional e provão

Ao final do segundo mandato de FHC, cumpre-nos fazer um balanço de sua política educacional. Neste período operou-se um redirecionamento da educação nacional via mudanças na legislação e programas que descentralizam a responsabilidade do Estado nas ações e no seu financiamento.

Em contrapartida, há uma excessiva centralização e controle das decisões nos gabinetes do MEC. O poder de decidir o que fazer é negado aos educadores e trabalhadores da educação em nome de uma dita racionalidade, competência e eficiência. São os tecnocratas do MEC, que decidem o que fazer. Estes, por sua vez, procuram seguir a risca os documentos para o Ensino Superior na América Latina elaborados por organismos internacionais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Banco Mundial.

No campo das leis, essa tendência pode ser comprovada na nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), promulgada pelo governo em 1996, e na instituição de sistemas nacionais de avaliação em diversos níveis de ensino.

De forma bastante autoritária, em 1996 foi promulgada a nova LDB, que significou um embate de concepções entre o dispositivo construído pelos setores da educação e o do governo, tirado da manga, representando um arcabouço teórico necessário para viabilizar a política educacional proposta e imposta pelo MEC. Nesta LDB se expressa a idéia de gestão educacional descentralizada, com ações e responsabilidades localizadas nas unidades escolares. O grande "ganho" dessa lei, teoricamente, é a autonomia, defendida fervorosamente pelos dirigentes do MEC.

Mas se na lei se propõe a descentralização, autonomia, liberdade na construção do projeto político pedagógico, pluralidade de idéias, participação da comunidade, percebe-se na realidade o esvaziamento do poder de intervenção e

controle – logo, autonomia – dos educadores e instituições. Nesses princípios expostos na lei, há dois pontos centrais em que o controle do governo se materializa: *currículos e avaliação*. Dessa forma, a autonomia e o planejamento escolar é confrontado com o desempenho obtido nas avaliações nacionais uniformizadas. Avaliação de desempenho de cada escola, sala de aula e aluno, em determinado momento.

Implementando a uniformização dos currículos e da avaliação em nível nacional, o governo faz com que professores e instituições deixem de planejar e avaliar de acordo com seu projeto pedagógico. Com isso, não há a possibilidade de um *processo de avaliação*, partindo de critérios previamente estabelecidos. O que ocorre é um *produto de avaliação*, conceito que determina a imagem, credibilidade e qualidade das instituições e corpo docente, que pode ser disposto em um *ranking*.

Ao formular os Parâmetros Curriculares Nacionais e instituir exames como Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o provão (Exame Nacional de Cursos), o MEC faz com que as escolas e instituições de ensino superior sejam formatadas a partir de uma concepção única, homogeneizando-as de acordo com uma visão que transpõe para educação critérios e procedimentos de mercado. Em um país continental como o nosso, são anuladas as iniciativas que considerem as especificidades regionais e a opção política por um projeto pedagógico adequado.

Com o provão, o debate sobre qualidade de ensino se resume a conceitos A, B, C, D e E, distribuídos em um *ranking* assimilado na lógica de competição entre as instituições. As escolas "nota A e B" são as que vendem bem, divulgadas amplamente pela mídia e, para isso, vale tudo: desde premiação dos melhores colocados, cursinhos para



"preparar" os alunos e perseguição dos que questionam e não se dispõem a fazer a prova.

Portanto, o provão representa pechincha no projeto educacional do MEC, pois o governo, através das avaliações, tem assumido o papel de gerenciador das instituições, ameaçando fechar instituições públicas de ensino consideradas de má qualidade, sendo que o responsável por isso é o próprio governo. O mesmo MEC que autoriza a abertura de cursos privados – grande parte deles sem condições para isso – é quem propõe seu fechamento através do provão. O dito compromisso com a educação se resume a essa atuação. Desde a instituição do provão, em 1996, o financiamento da educação superior pública reduz ano a ano. Em valores corrigidos para 1999, foram gastos, em 1995, R\$ 6,1 bilhões; em 1996, R\$ 5,6 bilhões; em 1997, R\$ 5,3 bilhões; em 1998, R\$ 4,8 bilhões e em 1999, R\$ 5,5 bilhões. Indicando que, acumulativamente, o governo reduziu em R\$ 3,2 bilhões os recursos das universidades federais entre 1995 e 1999.

A progressiva diminuição da responsabilidade do governo com o financiamento da educação é vista nos diversos níveis: reforma do ensino técnico, ênfase no ensino fundamental – retirando verbas da educação de jovens e adultos e da educação especial, através do Fundef – e superação da oferta do ensino superior pelas instituições particulares. Há mais de cinco anos não são

construídas novas universidades públicas federais, embora a demanda seja enorme. Nesse quadro, há um novo conceito de participação popular, da comunidade, na gestão da escola. Em campanhas como "Amigos da Escola", participação é entendida como "participação nos gastos", com-partilhando entre todos as despesas da escola. Transferidas as responsabilidades do Estado, a "viabilidade" da escola resulta dos esforços da comunidade. Assim, aceita-se o voluntariado no ensino ao invés de remuneração digna e formação dos educadores. A doação ao invés de uma política de financiamento público para a educação.

Torna-se necessário discutir e questionar as ações implementadas, neste caso específico, o provão. Que tipo de instrumento representa? Quais ações resultam? Que processo de avaliação consideramos correto? Vale lembrar que o provão foi instituído em 1996, antes da própria LDB, e sempre foi apresentado como um mero instrumento técnico utilizado pelo MEC para "avaliar" as instituições de ensino superior do país. Como se alguma avaliação fosse neutra e objetiva, independente da política e de posicionamentos. Avaliar algo pressupõe princípios, parâmetros e objetivos, enfim, concepção de educação. É justamente o que estamos nos propondo a discutir. E, nessa discussão, uma questão não pode ser esquecida: a educação pública é prioridade para esse governo?

opinião

Por que apoiamos o Plebiscito do Provão

Prof. Marília Washington

Diretora do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN)

"O Plebiscito do Provão é uma iniciativa do movimento estudantil que merece todo nosso apoio, porque os estudantes demonstram enorme maturidade e consciência política em relação ao que se convencionou chamar 'provão'.

Ao ter clareza desse problema e ao tomar a iniciativa de fazer um plebiscito buscando um posicionamento a respeito, essa iniciativa deve ser apoiada por todos os que têm responsabilidade política com a educação no Brasil.

Ao impor o provão à comunidade universitária, o MEC faz o oposto do que as mais rígidas teorias de avaliação

indicam. Não é possível ser pontual ao avaliar um processo de formação que dura alguns anos. Estamos, portanto, diante de um conflito de concepção de avaliação.

Além disso, só quem se beneficia desse processo mentiroso são algumas instituições privadas, que, por meio do provão, aparentemente se equiparam às universidades sérias. O provão garante aos olhos dos leigos uma imagem de algumas instituições de ensino que elas não merecem.

O ANDES é contra o provão por ele ser um provão. Se fosse uma avaliação, seríamos a favor."

O *Jornal do Plebiscito do Provão* é uma publicação da Coordenação Nacional do Plebiscito do Provão. Equipe de Edição: Alessandra Terribili, ALO Nohara, Antonio Bióndi, Gustavo Petta, José Iblapino, Laura Cymbalista e Maurício Hashizume Projeto gráfico e ilustrações: ALO Nohara Colaboração: Anderson deSouza Campos, José Chrispianano, Júlio Bernardes e Oona Castro Tiragem: 100 mil exemplares. Distribuição gratuita.

Márcia Abreu

Diretora da Federação de Associações de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA)

"A questão do Plebiscito do Provão é importante para que não fique a palavra do ministro Paulo Renato contra a de algumas pessoas que conseguem espaço na imprensa. É importante, portanto, para que se consiga externar a posição da comunidade universitária a qual, acredito eu, seja quase unanimemente contrária à avaliação do curso superior do MEC – em relação ao tema.

Temos ótimos educadores que não foram consultados na formulação de políticas oficiais e muito menos têm voz na mídia. Espera-se que o Plebiscito proporcione uma maior discussão sobre o provão na sociedade.

Na opinião da Fasubra, o MEC realiza uma avaliação que só visa à quantidade, aliada à comissão de

especialistas, que supostamente deveria visitar as universidades e analisá-las de forma objetiva. Em um país do tamanho do Brasil, com diferenças enormes entre os Estados, as regiões e suas respectivas universidades – seja no caso do financiamento, quanto nos projetos, não se pode aplicar uma avaliação que não leva em conta as mesmas.

O provão do governo é absolutamente contrário ao que consideramos uma avaliação de universidade que visa à qualidade. Por fim, uma prova de 4, 5 horas é incapaz de determinar o nível de qualidade de uma universidade, de uma faculdade, bem como não consegue dar a noção do quão completa ou deficiente foi a formação do aluno ao longo do curso."

Um debate não ocorrido

O Exame Nacional de Cursos, ou provão, teve em 1996 sua primeira edição, quando os formandos de engenharia civil, administração e direito foram submetidos ao exame. Criado por medida provisória, em 1995, o provão foi uma das primeiras medidas do governo FHC no ensino superior. A falta de um debate prévio com a sociedade e com as universidades em particular, que marcou a criação do exame, é característica praticamente inalterada na política de avaliação do MEC até 2002, ano em que 24 cursos serão submetidos à prova.

Muito falado e pouco debatido também na imprensa, o provão é, principalmente, o ranking elaborado a partir dele, têm espaço cativo nos veículos de comunicação todo ano. Mas, pouco se vê a respeito das críticas, questionamentos e da existência de avaliações institucionais anteriores muito mais sérias.

O PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), de 1993, foi praticamente asfixiado pelo MEC e pelo provão. Diversas instituições, como a UFRJ e UFRGS não deixaram, porém, de realizá-lo. Com a participação de vários agentes da universidade e da sociedade, o PAIUB tem permitido às próprias instituições se avaliarem, identificar deficiências, definir e buscar objetivos.

Outro exemplo é a Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensi-

no Médico (Cinaem), que conta com representantes de diversos segmentos. Após realizar um diagnóstico completo dos cursos da área no país, iniciado em 1991, a Cinaem encontra-se na fase de implantação das transformações apontadas como necessárias. Foi comparada a uma ressonância magnética por Paulo Renato - que classificou o provão como um "termômetro".

O próprio MEC possui um segundo instrumento, mais abrangente que o provão - embora igualmente autoritário -, a Avaliação das Condições de Oferta (ACO). Nesta, dois avaliadores visitam a escola por dois dias e preenchem um formulário em que quantificam vários itens necessários à escola única e exclusivamente na concepção de uma comissão de especialistas do ministério. Os dados são depois traduzidos em um dos quatro conceitos previstos. Outras duas ferramentas de avaliação do MEC, mais sérias, são praticamente ignoradas pelo ministério.

Nesse quadro, as entidades estudantis, de professores e funcionários das universidades têm seguidamente reiterado sua posição contrária ao provão - embora as manifestações individuais entre docentes sejam relativamente raras.

Em maio de 2000, o I Seminário de Avaliação Institucional, em Uberlândia,

contou com a participação de 94 entidades estudantis. Várias críticas aos fundamentos do provão foram listadas na "Carta de Uberlândia".

O MEC realizou algumas alterações de ordem técnica no exame do ano passado - a essência se manteve inalterada. A principal mudança foi o fato de a porcentagem de conceitos A, B, C, D e E - antes previamente definida - passar a ser calculada a partir das notas efetivas.

A realização de boicotes à prova foi uma outra forma que os estudantes encontraram de demonstrar sua insatisfação com o exame e levantar o debate. Em 1996, 32,1% dos formandos em engenharia civil entregaram a prova em branco. Entre os universitários em geral, 11,7% boicotaram o provão. O boicote caiu nos anos seguintes, e em 2001 subiu dois décimos, ficando em 1,6% do total.

Em 2000, quando o boicote ficou em 1,4% do total dos formandos, mas atingiu 14,6% no curso de jornalismo, o ministro disse ser necessário "Ter uma conversa com eles". Em 2001, o curso teve um índice de 22,7% de boicote.

Na realidade, o MEC deveria, há tempos, ter uma conversa com toda a universidade. O Plebiscito do Provão é uma bela oportunidade para isso.

Educação



Avaliação de verdade

José Dias Sobrinho, professor da Unicamp, autor de *Avaliação da Educação Superior* e editor da *Revista Avaliação*, analisa nesta entrevista o projeto de ensino superior do MEC e discute a suposta neutralidade do provão

Quais as principais características da política de avaliação aplicada pelo MEC? Como poderíamos resumir-la?

A política de avaliação do MEC inscreve-se no cenário do "Estado Avaliador" e no "Modelo de Regulação". Com racionalidade instrumental, quer reunir informações objetivas para regular o sistema e controlar a "qualidade", entendida como produtividade, competitividade, eficiência/eficácia - medida e classificada pela quantificação de produtos observáveis e comparáveis. As informações instrumentalizam as diretrizes centrais (regulação do sistema, controle da "autonomia", credenciamento/descredenciamento, financiamento etc) e organizam os elementos (*rankings*) para orientação dos clientes do mercado educacional.

Quais as mudanças que essa política e, mais especificamente, o provão tem gerado no ensino superior no Brasil?

As mudanças intervêm sobre as concepções fundamentais da Educação Superior: limitação da autonomia (reduzida a flexibilização dos meios para aumentar eficiência administrativa e captação de recursos financeiros, mas com rígido controle finalístico), redução dos sentidos da

Antoninho Perri/Unicamp



"Só há mudança positiva e duradoura em educação com a participação ativa dos sujeitos diretamente implicados"

formação (fim da educação) quase só a capacitação técnica, redução da função social da educação e do conhecimento a direito e bens privados, indução dos currículos, desprofissionalização do magistério, "quase-mercado", concepção instrumental da Educação Superior.

Juntando-se essas características, além do fato do provão ser obrigatório aos formandos, pode-se dizer que é um exame objetivo, ou reflete um projeto político-ideológico? Que projeto seria esse?

O "provão" quer ser epistemologicamente objetivo e eticamente imparcial. Mas, absoluta objetividade e neutralidade não há. Toda avaliação se

inscreve num quadro de valores, tem interesse público e sentido político. Como Exame Geral, orienta-se pela ética individualista (competitividade e sucesso individual). Tecnologia de controle, tem centralidade no projeto de reforma da Educação Superior, em linhas gerais coincidente com as diretrizes do Banco Mundial: diversificação institucional, competitividade, desoneração do Estado, privatização, "quase-mercado" educacional, universidade instrumental (gestão empresarial, eficiência, produtividade, controle dos produtos associado à flexibilização de formas, tempos, contratos, fontes de financiamento etc).

No seu entender, de que modo um projeto de avaliação pode levar a transformações positivas nas universidades?

Só há mudança positiva e duradoura em educação com a participação ativa dos sujeitos diretamente implicados. A avaliação educativa é democrática, participativa e fundada no princípio da autonomia plena e no sentido público e social da Educação Superior. Deve compreender todas as dimensões formativas, acadêmico-científicas, ético-políticas e administrativas, integrando-as num projeto global assumido conscientemente pela comunidade acadêmica. Essencialmente formativa, tem intencionalidade educativa e visa melhorar a formação integral (profissional, científica, ética e cidadã), e não exercitar a lógica punitiva e controladora.

"Eu tenho alguns exemplos muito claros dessa participação da mídia. O caso do provão. O caso do provão foi ganho na imprensa!"

Paulo Renato, na *Revista Imprensa*.

"MEC pretende incluir o resultado do provão no histórico escolar do aluno." Manchete do jornal *O Globo* do dia 18/12/2001.

"Nas universidades, também graças ao exame nacional, chamado de provão, já há casos de cursos sob risco de fechamento - de Direito, de Engenharia e de Veterinária, entre outros - por não corresponderem ao que os especialistas recitam como necessário." *Revista Veja*.

"Não há uma lei ou força externa que possa sozinho melhorar a qualidade da universidade. Só a participação de professores, estudantes e técnicos é capaz de mudar uma instituição."

José Dias Sobrinho, professor da Unicamp, especialista em avaliação, em 20/12/2001.

"Vamos ter problemas para provar que nossa avaliação é mais profunda que a que vem sendo realizada. A sociedade gostou da ideia do provão, da forma simplista do ranking." Cláudio Possani, então assessor da Pró-Reitoria de Graduação da USP, em 20/12/2000.

"Eu me envolvi de corpo e alma nesse trabalho de avaliação educacional. É uma área que comeci a conhecer direito depois que vim para cá."

Maria Helena Castro, presidente do Inep, órgão que aplica o provão, e que hoje também acumula a Secretaria de Ensino Superior, no jornal *O Globo*.

"Desde o surgimento do provão, em 1996, a UNE mobiliza estudantes contra o exame. Para nós, a avaliação deve apontar as deficiências e propor transformações. Por isso, a UNE e executivas convocam todos os estudantes a participarem do Plebiscito do Provão."

Felipe Maia, presidente da UNE.

Na beira do mar

Saiba mais sobre a história do Plebiscito; dos fóruns, reuniões, greves e manifestações onde a participação de estudantes de todo Brasil foi fundamental para esta construção coletiva, bem diferente do ministério...

Dizem que foi numa praia que Paulo Renato de Souza "criou" o Exame Nacional de Cursos. Já a construção do Plebiscito do Provão foi bem diferente. Desde quando a idéia foi lançada, numa reunião do fórum de executivas em Lavras, ainda em 2000, a nossa principal preocupação foi que ela tivesse legitimidade e encontrasse respaldo entre as entidades estudantis pelo Brasil afora, a fim de que tudo, os resultados e a construção, fossem coletivos.

A coordenação nacional do Plebiscito do Provão é composta por quinze executivas e federações de curso e pela UNE. Com muitos objetivos comuns e atuação conjunta em uma série de ocasiões, elas não são excludentes, se somam. Cada entidade tem papéis e prioridades diversas, e é preciso respeitar essas especificidades. Durante a preparação do Plebiscito, essas particularidades conviveram entre si e com a prioridade da realização do Plebiscito.

Tudo começou realmente em maio, no Encontro Nacional das Executivas e Federações de Curso (ENEX), em Botucatu, interior de São Paulo. Foi lá que, após inúmeros ensaios, o Plebiscito do Provão começou a ganhar corpo, quando debatemos seriamente os riscos e oportunidades que teríamos ao colocar nossos esforços num projeto tão grandioso. Foi lá que, definitivamente, achamos que valeria a pena. Marcou-se uma reunião, e tiráramos as primeiras diretrizes de lá.

Mas antes de essa reunião acontecer, ainda haveria muito trabalho pela frente. Dia 10 de junho foi a data do provão, e até esse dia, as executivas e federações e a UNE empenharam-se na campanha pelo boicote. Alguns dias depois, no

feriado de Corpus Christi, aconteceu o 47º Congresso da UNE, em Goiânia. Pudemos nos encontrar por lá, mas, naquele momento, a prioridade era a disputa da nossa entidade nacional, e o Plebiscito ficou um pouco de lado.

No final do mês, aconteceu a reunião planejada no ENEX. Foi em São Paulo, e sabíamos que aquele seria o momento de começar a fazer o Plebiscito acontecer. A partir dali, partiríamos para os encontros com um projeto concreto para apresentar aos estudantes.

A integração da UNE à coordenação nacional do Plebiscito se deu no início de agosto, quando uma reunião da executiva da entidade definiu sua participação. A partir daí, todos os esforços centraram-se na realização de um fórum nacional em que o movimento estudantil pudesse dar forma ao Plebiscito.

Mas havia muito ainda por acontecer. Em agosto, o governo federal editou uma medida provisória colobando, fim-da-exclusividade da UNE na emissão de cartelas estudantis. Poucos dias depois, começaria a se deflagrar uma greve nacional nas universidades federais, congregando docentes, estudantes e funcionários numa mesma luta: a defesa da universidade pública.

Depois de tudo isso, chegamos ao Fórum Nacional de Articulação do Plebiscito do Provão, que aconteceu na UFF. Foram mais de 60 entidades estudantis de todo o país reunidas para planejar a viabilização do Plebiscito do Provão nas universidades. O saldo do fórum foi positivo, e o projeto do Plebiscito tornava-se bem maior que a coordenação nacional. Já fazia parte do movimento estudantil.

Dia 5 de setembro, o Comando

Nacional de Greve e Mobilização da UNE foi instalado em Brasília, e 15 dias depois, centenas de estudantes em greve foram a Brasília. A Esplanada dos Ministérios foi palco de manifestações como há muito não se via.

Enquanto se desenrolava toda essa mobilização pelo país, aconteciam Fóruns Regionais de Articulação do Plebiscito, puxados por entidades que estiveram presentes no Fórum da UFF, e que tinham o objetivo de envolver mais entidades em nível regional. O Fórum Nacional de Universidades Públicas, ocorrido em outubro em Brasília, e a reunião ampliada da UNE com os DCEs das universidades particulares, acontecido na mesma data em Goiânia, também foram ótimos momentos para divulgar informações a respeito do Plebiscito do Provão.

No final de outubro, houve o Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre, e uma reunião ampliada foi convocada para lá. No mesmo dia, foi vitoriosa a mobilização de estudantes, docentes e funcionários para a inviabilização do vestibular da UFRJ. Numa ação incisiva, o exame foi cancelado, vencendo o autoritarismo do reitor, que havia tentado manter a data do vestibular sem considerar os atrasos ocasionados pela greve, atropelando uma decisão do conselho.

Dias depois, aconteceu o lançamento oficial do Plebiscito do Provão, no Encontro Nacional Universitário, em Campinas. A campanha do Plebiscito foi lançada dia 3 de novembro, contando com a presença de centenas de estudantes de todo o país, que aproveitaram a oportunidade para reunir-se em grupos regionais e encaminhar as tarefas do Plebiscito a partir dali.

Dia 12 de novembro. Era a vez de universidades particulares de todo o país se mobilizarem contra a mercantilização da educação, reivindicando redução de mensalidades, sob o slogan "Educação não é Supermercado". Algumas universidades tiveram suas atividades paralisadas, e o movimento tomou força para outras ações no período seguinte.

Em dezembro, foram anunciados os resultados do provão 2001, com muita discreção e bem menos holofotes que os anteriores. A "imprensa oficial" tentou ocultar a vitória do movimento estudantil: pela primeira vez desde a implementação do provão, o índice de provas em branco cresceu; e deve-se considerar o aumento do número de formandos e de cursos que se submetem ao exame.

Foi quando a greve nas universidades federais chegou ao fim, vitoriosa, reforçando o movimento em defesa da universidade pública. Nessa mesma luta, nós continuamos preparando a realização desse Plebiscito nacional com o objetivo de vencer o autoritarismo do MEC, aquele que tem idéias na praia e as impõe a toda comunidade universitária, colocando-se como mero fiscalizador do ensino superior.

O Plebiscito do Provão foi atividade prioritária, mas nunca única. E fazer movimento estudantil é exatamente isso: saber caminhar por diversas trilhas, mas com um final comum. No nosso caso, é a defesa da educação. Eram pessoas diferentes, entidades distintas, histórias particulares, trabalhando por uma mesma causa. A derrota do provão é muito maior que o provão. É uma vitória da defesa da universidade.

calendário

- 03 a 07 de abril
CEPCT (Congresso Estudantil e Popular de Ciência e Tecnologia) - Santa Maria, RS;
- 23 a 26 de abril
CONED (Congresso Nacional de Educação) - São Paulo, SP;
- 17 de abril a 17 de maio
Plebiscito do Provão: votação nas escolas;
- 18 a 22 de maio
Plebiscito do Provão: apuração;
- 23 a 26 de maio
Plebiscito do Provão: análise e divulgação dos resultados;

quem organiza, onde acontece

Se o seu Centro ou Diretorio Acadêmico quer realizar o Plebiscito do Provão e não tem informações, procure a coordenação regional referente ao seu Estado no sítio do Plebiscito:
www.plebiscitoprovao.hpg.com.br
A coordenação nacional do Plebiscito do Provão é composta pelas seguintes entidades:

- ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal;
- CONEP - Conselho Nacional de Entidades Estudantis de

Psicologia

- DENEM - Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina
- ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
- ENEEnf - Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem
- ENEN - Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição
- ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
- ENEV - Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária
- ExNEEF - Executiva Nacional

dos Estudantes de Educação Física

- ExNEL - Executiva Nacional dos Estudantes de Letras
- ExNEPe - Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia
- FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
- FEMECS - Federação do Movimento Estudantil de Ciências Sociais
- FEMEH - Federação do Movimento Estudantil de História
- FENED - Federação Nacional dos Estudantes de Direito
- UNE - União Nacional dos Estudantes



EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

IX EPEPE

Você sabia que faz parte de uma executiva?

Você sabia que, enquanto estudante de pedagogia, tem uma executiva de seu estado que tem realizado uma série de eventos em nossa área? Sabia que alguns estudantes de diversas cidades do estado de São Paulo se encontram mensalmente para discutir diferentes questões relacionadas à educação? Sim? Não? Talvez? Pois mesmo que nem todos ainda tenham conhecimento, a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo existe e apesar de já ter passado por muitas dificuldades, e ainda passar, encontra-se em um momento de muita articulação, debate, campanhas e vontade de crescer cada vez mais. Entidade formada por todos os alunos do curso de Pedagogia, a EEEPe/SP, apesar de já existir há mais ou menos vinte anos, esteve desarticulada por muito tempo, voltando a se articular em 1999, depois do XIX ENEPe (Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia) realizado em Maceió onde se formou uma comissão para realizar o VI EPEPe (Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia) que incrivelmente foi organizado em dois meses e aconteceu em outubro do mesmo ano na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Desde então a executiva paulista tem crescido muito e aumentado o seu campo de atuação dentro do Movimento Estudantil. É importante colocar que a EEEPe-SP insere-se no que chamamos de movimento de área, tratando questões mais voltadas para a Educação; os centros acadêmicos também são entidades que fazem parte do movimento de área e exercem importante função de articulação e discussão dos estudantes através do contato e, em alguns casos, filiação à EEEPe-SP. Vale ressaltar que o Centro Acadêmico Paulo Freire da Faculdade de Educação da USP é um dos CA's que já está filiado na executiva, sendo inclusive sede da mesma.

Além de discutir o papel do pedagogo e o perfil do curso de Pedagogia, que tem uma diversidade muito grande, visto que há, atualmente, 42 habilitações diferentes no curso de Pedagogia no Brasil, a EEEPe-SP tem exercido importante papel de formação dos estudantes, iniciando grupos de

discussão e fomentando também várias discussões nas faculdades. Recentemente, participamos de discussões calorosas sobre o PROVÃO em São Carlos, Marília, Presidente Prudente, São Paulo (não só na USP), Rio Claro, entre outras cidades cujas faculdades organizaram debates em que representantes da executiva pudessem promover um debate proveitoso para todos os alunos sobre esta avaliação imposta pelo governo; além disso já participamos de outros eventos variados, como da Semana de Estudos da Pedagogia da UNESP - Rio Claro e da Semana de Estudos da UNIMEP, entre outros, além de estarmos presentes em eventos em nível nacional, como o XXI ENEPe, que ocorreu em julho do ano passado em Belém do Pará, e também do Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia, o FONEPe, que teve sua realização no final de 2001.

A coordenação da EEEPe/SP é eleita anualmente no EPEPe e conta com estudantes de diferentes faculdades do estado de São Paulo; apesar de já ter crescido bastante, a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo ainda está em processo de reestruturação, buscando manter uma coordenação fixa durante toda a gestão (uma vez que é comum a saída e muitos coordenadores durante o ano) e ampliar a participação dos estudantes nos eventos em que organiza. É importante que cada estudante de pedagogia saiba da importância de existir uma entidade como esta, que, assim como CA's e DA's, têm constantemente batalhado por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, inserida em uma sociedade que valoriza os profissionais da educação que somos. Até o próximo evento!

Andreza Barbosa já foi coordenadora do CAPed - Centro Acadêmico de Pedagogia da UNESP Rio Claro e participou da gestão 2000-2001 da EEEPe/SP. Na gestão atual é Coordenadora de Formação Política. Miruna Genofino foi coordenadora do CA Paulo Freire e também participou da gestão 2000-2001 da executiva. Na atual gestão é Coordenadora Geral.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA SITUAÇÃO ATUAL

A questão da Formação de Professores, no Brasil, deve ser vista dentro do contexto das políticas educacionais em implantação no Brasil desde os anos 90, ou seja, dentro do contexto de redução de verbas para a educação e de vinculação da mesma ao mercado.

Assim sendo, podemos compreender iniciativas como a do Decreto 3276/99 que transferia a Formação de Professores, de Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, do curso de Pedagogia para o Curso Normal Superior. Com isso, determinava que os Institutos Superiores de Educação (ISE's) passariam a ser, exclusivamente, o *locus* privilegiado para a formação desses docentes.

Cabe dizer ainda, que tanto esse decreto presidencial como as atuais iniciativas do governo relacionadas à Formação de Professores são extremamente coerentes com as orientações do Banco Mundial para a educação.

No entanto, frente às manifestações de várias entidades, associações e conselhos de cursos, com relação ao teor do Decreto que baniu a Formação de Professores dos cursos de Pedagogia, transformando o pedagogo em um simples especialista, desvinculado da docência, alterou-se o artigo 3º, parágrafo 2º de tal decreto que estabelecia que "A formação em nível superior de professores (...) far-se-á exclusivamente em cursos normais superiores", substituindo-se o termo "exclusivamente" para o termo "preferencialmente". Essa mudança porém, serviu para acalmar as discussões, mas não alterou muito o teor da proposta, visto que deu-se início a uma crescente expansão de cursos de formação aligeirada de professores como o chamado PEC FOR PROF e a mais recente "Pedagogia Cidadã", da UNESP.

Isso tudo está, ainda, intimamente ligado à dúbia interpretação da LDB com relação à obrigatoriedade ou não da formação docente em nível superior, como podemos observar no texto do parágrafo 4º, inciso IV, do artigo 87 da LDB 9394/96, que diz: "Até o final da Década da Educação, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço".

Para ajudar a compor esse quadro, ainda no ano passado, fomos surpreendidos com o Programa de Educação Continuada para Formação de Professores (PEC FOR PROF) que, sendo realizado

por diferentes universidades, prescrevia as metodologias, o que deveria ser ensinado, a duração, etc. Desconsiderando assim, a autonomia das instituições de ensino superior, uma vez que, a essas só cabia ministrar tais cursos. Isso tudo sem comentar o tão polêmico uso das mídias, que faziam do PEC um curso não presencial, levando-nos ainda mais a conceber iniciativas como essa enquanto uma forma de treinamento e não de formação de professores.

E, para completar, a mais recente proposta apresentada no estado de São Paulo com relação à Formação de Professores, é a Pedagogia Cidadã, da UNESP. Trata-se de um projeto muito semelhante ao PEC FOR PROF, com duração reduzida, não presencial e com ênfase apenas no conhecimento técnico. A diferença se dá, principalmente, na questão do financiamento, pois essa última é uma parceria entre a UNESP e as prefeituras (que usariam a parte do dinheiro do FUNDEF destinada à formação de professores), ao passo que o PEC FOR PROF era uma parceria entre Secretarias Estaduais de Educação e o Banco Mundial.

E, como se já não bastasse, têm estado bastante em pauta, ultimamente, as discussões acerca das diretrizes curriculares para a Formação de Professores, assim como a regulamentação da profissão de pedagogo. O problema, em ambos os casos, é que, no contexto atual, os resultados dessas discussões, numa concepção neoliberal, tende a delimitar a atuação do pedagogo, numa tendência divisionista, que começa a separar o saber e o fazer, a teoria e a prática, o especialista e o educador, facilitando assim, a fiscalização e o controle do exercício profissional.

Faz-se necessário, portanto, tomarmos parte nessas discussões, assumindo a responsabilidade de educadores ou futuros educadores comprometidos com uma educação de qualidade que, por sua vez, não pode ser feita sem uma formação de qualidade para professores. É chegado o momento de pararmos para pensar sobre a real formação que acreditamos ser essencial para os educadores de nosso país; se mostra imprescindível discutir a fundo o que significa formar profissionais que trabalharão na área da educação e quais os princípios fundamentais que devem/deveriam, nortear tal formação.

É chegada a hora de pensar não só na formação que cada um de nós vem tendo individualmente em nossas faculdades, é chegada a hora de pensar na formação de professores como um todo, em um contexto amplo, onde se faz necessário recolocar em pauta a qualidade desta essencial formação.



22º ENEPE
Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia

"PEDAGOGIA E A IDENTIDADE DO/A

SALVADOR - JULHO 2002

Informações e inscrições: www.exnepe.cjb.net

Visite o site da EEEPe/SP
www.eeepesp.rg3.net

Assine nossa lista de discussões enviando e-mail para:
eeepesp-subscribe@yahoogrupos.com.br

ESTATUTO DA EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DE SÃO PAULO - EEPe-SP

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter permanente, sendo desvinculada de quaisquer órgãos estatais e privados, de partidos políticos e de crenças religiosas, com sede à avenida da Universidade, número 308, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º - São membros da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo:

I - Centros e Diretórios Acadêmicos devidamente filiados junto a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;

II - alunos interessados e representantes legitimados pelos estudantes de suas instituições devidamente filiados à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;

§1 São filiados a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo as entidades que, comprometidas com os princípios da executiva, contribuam com a sua manutenção com uma anuidade de 1 salário mínimo para as instituições que possuam C.A.s/ D.A.s e ½ salário mínimo para as que não possuam C.A.s/ D.A.s.

§2 Os Cursos de Pedagogia que vierem a ser criados no período de 1 ano anterior ao EPEPe estarão isentos da taxa de filiação.

CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 3º - São deveres da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo:

I - coordenar o movimento estudantil de PEDAGOGIA do Estado de São Paulo;

II - congregar, representar e defender o conjunto dos estudantes de pedagogia do Estado de São Paulo;

III - lutar em defesa de um sistema educacional público, gratuito, democrático e de qualidade para todos no Estado de São Paulo;

IV - lutar em defesa da qualidade de ensino dos cursos de Pedagogia, sejam eles públicos, privados ou subsidiados.

V - defender uma universidade pública, gratuita e democrática;

VI - promover e incentivar a formação crítica dos estudantes de Pedagogia;

VII - promover o intercâmbio e o desenvolvimento cultural, científico e político dos estudantes de Pedagogia;

VIII - manter contato e intercâmbio entre as entidades representativas de estudantes;

IX - representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo frente a outras entidades e em eventos de interesse dos mesmos;

X - manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;

XI - lutar pelos interesses dos estudantes na questão das mensalidades, taxas diversas e outras cobranças abusivas.

XII - promover e incentivar a criação e aplicação de políticas públicas educacionais e de inclusão social.

XIII - incentivar e apoiar a formação de C.A.s e D.A.s de Pedagogia do Estado de São Paulo.

Parágrafo Único: Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS E ADMINISTRATIVAS DA EXECUTIVA

Art. 4º - As instâncias de deliberações políticas e administrativas da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, pela ordem são:

I - Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia - EPEPe

II - Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia - COPEPe

III - Coordenação Estadual da EEPe-SP

IV - Entidades estudantis de Pedagogia (Centros e Diretórios Acadêmicos)

SEÇÃO I

DO ENCONTRO PAULISTA DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Art. 5º - O Encontro Paulista dos Estudantes de Pedagogia (EPEPe) é a instância máxima de deliberação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 6º - O EPEPe terá como objetivos a conclusão de plano de luta para o cumprimento dos deveres da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, a integração científica, política e cultural, assim como a troca de experiências entre seus participantes.

Art. 7º - Será realizado anualmente, em data e local definido na Plenária Final do encontro anterior.

§1 A escola que sediará o próximo EPEPe deve atender a critérios como participação no movimento estudantil de Pedagogia, estrutura física e recursos humanos.

§2 A(s) escola(s) interessada(s) deve(m) apresentar projeto estrutural no EPEPe para aprovação na Plenária Final.

§3 Se a(s) escola(s) não possuir(em) a estrutura necessária ou nenhuma escola se candidatar durante o EPEPe, o primeiro COPEPe após o EPEPe terá o poder de escolher a escola sede, dentre as escolas presentes ao COPEPe.

Art. 8º - Poderão participar do EPEPe todos os estudantes do curso de Pedagogia, dos cursos de pós-graduação ligados à área da educação do Estado de São Paulo, com direito a voz e voto.

§1 Poderão participar observadores, sem direito a voto, desde que inscritos sob os mesmos critérios dos demais participantes.

§2 A comissão organizadora é formada pela coordenação estadual e pela escola sede do encontro.

Art. 9º - O EPEPe terá um regimento interno aprovado em sua Plenária Inicial.

Parágrafo Único: Os regimentos internos devem contemplar os seguintes aspectos: garantir a segurança e a seriedade do encontro, regulamentar as diferentes formas de participação no encontro de acordo com direitos e deveres.

Art. 10 - As plenárias do EPEPe terão quorum de maioria simples dos inscritos aptos a votar, ou seja, 50% mais um.

Art. 11 - As deliberações do EPEPe serão tomadas em plenária por maioria simples dos presentes.

Parágrafo Único: Se em votação ocorrer a maioria simples de abstenções, a matéria será discutida e votada novamente até, no máximo, três vezes. Quando então, valerá o resultado vencedor descontadas as abstenções.

Art. 12 - Que em todos os EPEPes seja promovido um espaço para discussão e esclarecimentos acerca da estrutura e funcionamento da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 13 - O tema do EPEPe será decidido na Plenária Final do EPEPe anterior, mediante votação direta dos temas indicados.

§1 As propostas de temas deverão ser apresentadas à secretaria do EPEPe até o dia anterior a Plenária Final.

§2 As propostas de temas deverão ser apresentadas na forma de área temática, acompanhada ou não de sugestão de título, que será avaliada posteriormente pelo COPEPe.

SEÇÃO II

DO CONSELHO PAULISTA DE ENTIDADES DE PEDAGOGIA

Art. 14 - O COPEPe é o Conselho Paulista de Entidades de Pedagogia, sendo o fórum que reúne Centros e Diretórios Acadêmicos, assim como representações legitimadas pelos estudantes de suas respectivas instituições devidamente filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 15 - O COPEPe é a instância decisória imediatamente inferior ao EPEPe.

Art. 16 - O COPEPe tem por objetivo:

I - encaminhar as deliberações do EPEPe, assim como discutir e decidir sobre assuntos pertinentes ao movimento estudantil desde que não fiquem as deliberações do EPEPe;

II - coordenar, avaliar e fiscalizar a atuação da Coordenação Estadual;

III - destituir, através de impedimento, desde que devidamente justificado, qualquer coordenador da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, necessitando, para isso, de quorum de ¾ do COPEPe.

Art. 17 - Realizar-se-á ordinariamente o mínimo de 1 COPEPe por semestre, sendo que cada um deles será convocado pelo anterior.

Art. 18 - Extraordinariamente, poderá ser convocado por um mínimo de 30% (trinta por cento) das entidades filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 19 - O COPEPe se instalará com o quorum mínimo de 40% (quarenta por cento) das entidades filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 20 - No COPEPe terá direito a voz qualquer estudante e voto e voz qualquer entidade filiada à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo, sendo que cada entidade corresponderá a um voto.

Art. 21 - Os Centros e Diretórios Acadêmicos (CA's e DA's) devem apresentar a ata de posse da diretoria, devidamente registrada em cartório, assim como a ata da reunião que indicou o delegado da entidade à mesa de cadastramento do COPEPe.

Parágrafo Único: Essas entidades terão direito a voz e voto no primeiro COPEPe, desde que não tenha havido participação no ano anterior devendo, para manter esse direito nos próximos COPEPes, filiar-se à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art. 22 - As instituições que não possuem CA's e DA's poderão ser representadas por delegados legitimados por seus pares, seguindo os seguintes critérios:

a) serem eleitos em assembleia tendo a presença mínima de 20% (vinte por cento) dos estudantes da instituição, ou

b) serem eleitos por voto em eleição com uma tendo o quorum mínimo de 30% (trinta por cento) dos estudantes da instituição.

§1 Cada delegação deverá apresentar no credenciamento do COPEPe a lista de alunos regularmente matriculados no período que se deu a eleição, sem a qual, estará vetada a inscrição da respectiva delegação.

§2 Somente terão direito a voto as instituições que estiverem devidamente filiadas.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO ESTADUAL

Art. 23 - A coordenação estadual tem as seguintes atribuições:

a) encaminhar as deliberações das instâncias deliberativas hierarquicamente superiores da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;

b) articular a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo com outras entidades estudantis;

c) participar da comissão organizadora do EPEPe;

d) garantir o bom andamento das atividades da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;

e) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;

f) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Art. 24 - A Coordenação Estadual será composta pelas coordenações: Geral, Regionais, de Secretaria, de Finanças, de Assuntos Educacionais, de Cultura e Extensão Universitária, de Formação Política, de Comunicação e Coordenação de Escolas Pagas.

I - A Coordenação Geral será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:

a) representar os estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo perante o Movimento Estudantil e a sociedade civil organizada e, em juízo isoladamente ou em conjunto.

b) coordenar as reuniões e grupos de trabalhos entre outras atividades que se fizerem necessárias ao bom funcionamento da entidade atendendo às decisões do EPEPe e do COPEPe.

II - As coordenações regionais serão compostas de acordo com a representação no EPEPe cujas atribuições são:

a) garantir o bom andamento das atividades da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo em sua regional divulgando seu trabalho, a fim de incorporar novos participantes;

b) promover atividades de intercâmbio político, cultural e científico nas faculdades de sua regional.

III - A Coordenação de Secretaria será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:

a) coordenar a elaboração e a organização da documentação e dos arquivos da Executiva Estadual dos

dantes de Pedagogia de São Paulo;
laborar e enviar as atas e as convocatórias das reuniões da Coordenação Estadual.
A Coordenação de Finanças será composta por até dois estudantes cujas atribuições são:
uscar recursos e formas alternativas de viabilização dos trabalhos da Coordenação Estadual.
laborar a prestação de contas e confeccionar balancetes mensais;
responsabilizar-se pela movimentação das contas bancárias, pela assinatura de cheques e pela administração financeira em geral;
colher a anuidade das entidades estudantis filiadas à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo até o próximo EPEPE;
fazer pelo patrimônio da entidade.
laborar e enviar a prestação de contas do EPEPE e do COPEPE às entidades participantes.
A Coordenação de Assuntos Educacionais será composta por até dois estudantes, cujas atribuições

incentivar e coordenar a formação de CECOE's - Centros de Construção Educacional;
promover estudos sobre o curso de Pedagogia no Estado de São Paulo;
promover a discussão das políticas educacionais, principalmente as implementadas no Estado de São Paulo;

participar de eventos de interesse dos estudantes de Pedagogia do Estado de São Paulo;
manter contato e intercâmbio com as entidades representativas dos profissionais da área de educação;
fomentar o ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis;
fomentar a qualidade de ensino dos cursos de pedagogia do Estado de São Paulo e a valorização do profissional no que diz respeito à formação, especialização e campo de atuação.

A Coordenação de Cultura e Extensão Universitária será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:

promover e incentivar discussões sobre extensão universitária;
promover o intercâmbio de projetos realizados pelas faculdades;
promover e desenvolver atividades culturais, artísticas e de lazer.

A Coordenação de Formação Política será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:
incentivar e apoiar a formação de CA's e DA's de Pedagogia do Estado de São Paulo;
promover e incentivar discussões sobre questões do movimento estudantil, da juventude e outros assuntos de interesse dos estudantes de Pedagogia.

Expandir as coordenações para locais onde não existam regionais.

A Coordenação de Comunicação será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:
divulgar as atividades da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;
divulgar atividades e eventos na área educacional;
publicar os anais do EPEPE.

A Coordenação de Escolas Pagas será composta por até dois estudantes, cujas atribuições são:
 lutar pelos direitos referentes à qualidade de ensino, mensalidades, matrículas, extensão nas escolas pagas;

divulgar e tornar de conhecimento de todos as mudanças na legislação específica das escolas pagas;
 lutar por mensalidades mais baixas e bolsas-auxílio aos alunos mais carentes.

Parágrafo Único. Havendo número insuficiente de estudantes para a composição das coordenações, forme determinações anteriores, garantir-se-á o mínimo de um estudante por coordenação.

25 - A eleição da Coordenação Estadual ocorrerá por voto direto na Plenária Final do EPEPE, na forma de chapa(s) formada(s) por estudantes de Pedagogia.

O mandato da coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo terá a duração de um ano, com o compromisso da gestão anterior participar das três primeiras reuniões da nova gestão.

A posse da diretoria eleita será após a Plenária Final do encontro.
A prestação de contas e a entrega do relatório de atividades se efetuará no COPEPE a se realizar até 30 (trinta) dias após o EPEPE, sendo acompanhado dos respectivos balancetes.

As chapas deverão ser formadas por estudantes de pedagogia de, no mínimo, 03 faculdades diferentes.

A forma de eleição da Coordenação Estadual deverá ser apresentada e esclarecida na plenária inicial de cada EPEPE.

CAPÍTULO V

DOS CENTROS DE CONSTRUÇÃO EDUCACIONAL (CECOE'S)

26 - Os Centros de Construção Educacional são equipes de trabalho e estudos em educação com o apoio de assessoria à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

27 - Cada CECOE será constituído por um CA/DA ou por um grupo de, no mínimo, 3 estudantes, podendo ser de diferentes faculdades.

28 - Cada CECOE terá uma temática norteadora de sua atuação, podendo existir mais de um CECOE para a mesma temática.

29 - As atribuições dos CECOE's são:
centralizar informações sobre determinado assunto, promover debates sobre o mesmo, publicar textos e subsidiar a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo sobre a temática desenvolvida.

Entregar relatórios de trabalho nos COPEPE's e no EPEPE.

30 - Os CECOE's não se constituem enquanto instâncias deliberativas da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

31 - Os CECOE's podem ser constituídos em qualquer época do ano, basta comunicar a Coordenação de Assuntos Educacionais da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

32 - Cada CECOE terá duração de um ano, podendo ser prorrogado comunicando à Coordenação de Assuntos Educacionais da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.33 - São consideradas infrações graves à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo:

- a) o não cumprimento do estatuto pelas entidades ou por seus membros;
- b) qualquer posicionamento que não seja representativo do Movimento Estudantil de Pedagogia do Estado de São Paulo tomado pela coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo;
- c) a não organização do EPEPE, sem justa causa pela escola sede;
- d) o desvio de verba da entidade ou alienação do patrimônio por integrantes da coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art.34 - As penalidades serão aplicadas segundo deliberação das instâncias da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art.35 - São penalidades aplicadas às entidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa que poderá ser de 1/2 a 2 anuidades;
- c) suspensão do direito de voto por um ano.
- d) exclusão da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo até que haja ressarcimento dos prejuízos.

Parágrafo Único. As entidades e estudantes filiados à Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo não poderão ser responsabilizados por nenhum ato tomado pela coordenação.

Art.36 - São penalidades aplicadas aos coordenadores:

- a) advertência por escrito;
- b) ressarcimento dos danos causados às entidades;
- c) suspensão do cargo;
- d) destituição do cargo, sem prejuízo do ressarcimento devido dos danos causados.

§1 Estará automaticamente destituído o coordenador que faltar a duas reuniões consecutivas ou três alternadas sem justificativa por escrito aceita pela coordenação.

§2 A coordenação da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo deliberará sobre os critérios para a justificativa de faltas.

§3 Caso ocorra a destituição de um coordenador a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo encaminhará no COPEPE a substituição desta coordenação por outra pessoa.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.37 - A dissolução da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo ocorrerá somente através de votação em plenária do EPEPE convocado exclusivamente para este fim.

§1 - Será necessário 2/3 dos votos dos estudantes presentes na plenária para que seja aprovada a dissolução da entidade.

§2 - Somente o EPEPE poderá convocar o encontro de dissolução da entidade de acordo com as disposições deste estatuto.

§3 - Caso seja aprovada a dissolução da entidade os bens que por ventura possuir serão doados para entidades afins ou para as que a plenária decidir.

Art.38 - O presente estatuto somente poderá ser alterado nas plenárias finais dos EPEPE's.

§1 Que haja espaço na programação do EPEPE para a discussão acerca do estatuto, feita antes da Plenária Final, dando subsídios para os participantes poderem deliberar acerca das modificações do mesmo.

Art.39 - Todos os casos omissos a este estatuto serão discutidos e resolvidos pelas instâncias deliberativas da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo.

Art.40 - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo nomeará dois representantes para a ExNEPE podendo estes serem ou não da coordenação estadual.

Art.41 - A forma de reintegração de uma entidade excluída será julgada pelo COPEPE, de acordo com a infração cometida.

Art. 42 - A Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo será administrada e representada por uma diretoria eleita no ato da fundação, com mandato de até a realização da plenária final do Encontro Paulista de Estudantes de Pedagogia, onde será eleita a coordenação do estado conforme preceitua o artigo 24 do estatuto.

São Paulo 1º de Maio de 2001

IX EPEPE

Realização:

Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia - SP
Centro Acadêmico de Pedagogia - UFSCar

Apoio:

C.A. Mauricio Tragtemberg - UNESP/Araraquara
C.A. Prof. Paulo Freire - USP

EXECUTIVA ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA - SP

Av. da Universidade, 308 - Cid. Universitária - Butantã - CEP 05508-900

São Paulo / SP - Fone: 3091-3293 Fax: 3091-3149

site: <http://www.ccepesp.org3.net> e-mail: ceepesp@icg.com.br

Provão: porque demos E para o MEC.

Muito antes da criação do Exame Nacional de Cursos (Provão), a discussão sobre Avaliação Institucional já era realizada em algumas universidades brasileiras. Em 1996, com a criação do Provão, uma atitude unilateral do MEC, foram desconsideradas avaliações institucionais anteriores, como por exemplo, o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), que vinha sendo construído por vários agentes da universidade e sociedade e tinha como princípio a auto-avaliação das instituições, levando à identificação de deficiências e estabelecimento de objetivos.

Pela forma que o Provão é instituído e principalmente pela generalidade da lei que o criou, já no primeiro momento, surgem resistências não só por parte dos estudantes mas também de mantenedores e direções das instituições. A oposição ao Provão vinha de setores muitas vezes divergentes, mas que diante de uma proposta completamente vaga, temiam pelo que de fato ocorreria. Neste sentido o primeiro Provão foi retrato dessa indefinição, com grande número de protestos, boicotes e medidas judiciais contra o exame do MEC.

No momento seguinte, devido às características do exame realizado e pelo uso dos resultados na mídia, fica claro a que setores e a qual propósito ele se destinava. A resistência passou a ficar restrita então ao movimento estudantil e algumas entidades docentes, ao mesmo tempo que o Provão passa a receber amplo apoio dos setores ligados ao ensino privado, em especial das grandes empresas educacionais, em ampla expansão desde então.

Desde a implantação do Provão entidades estudantis representativas de vários cursos realizam discussões sobre a validade e implicações do exame. A Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia pautou essa questão nos vários eventos que realizou nos últimos dois anos, mesmo antes da inclusão do curso na Avaliação Nacional de Cursos, em especial os três Fóruns Nacionais de Entidades de Pedagogia (FONEPe) voltados especialmente para o assunto.

No I FONEPe foi deliberado o indicativo de boicote ao Provão, não por temer a avaliação mas por considerar que o Provão não é uma avaliação e sim um instrumento político para a implementação de projetos que o governo idealizou para a educação nacional. No II FONEPe se aprofundaram e ampliaram essas discussões, de forma que os estudantes se sentiram seguros para efetivamente optarem pelo boicote, ao mesmo tempo que sentiram a necessidade de elaborar um projeto alternativo de Avaliação Institucional que possibilitasse um enfrentamento maior ao projeto do MEC, algo que se iniciou no III FONEPe.

Mas quais foram as críticas ao Provão que efetivamente levaram os estudantes de pedagogia a se contrapor e lutar abertamente contra o Provão?

O Provão não se caracteriza como parte de um processo de avaliação institucional, mas sim como instrumento de implementação de uma política mais ampla. No bojo das concepções aceleradas a educação não é vista como um direito social, tampouco é dado a ela qualquer papel transformador, sendo tratada como um produto a ser explorado, e que se adequará e aperfeiçoará a partir da competição entre as instituições e com vistas a atender as demandas do mercado, que não necessariamente são as demandas sociais. Essa intenção fica clara principalmente pela preocupação central em classificar as instituições, criando um ranking facilmente explorado como instrumento de propaganda, mas principalmente pela ampliação descontrolada de instituições e cursos no setor privado enquanto que o setor público não teve qualquer crescimento. O MEC abre mão do seu papel fiscalizador no momento de autorizar a abertura de instituições e cursos, deixando para que um momento de competição entre as universidades e faculdades, decida sobre as instituições que não se adequam à determinados padrões. Por que não analisar com maior cautela os cursos que estão querendo ser abertos no Ensino Superior? Por que deixar para que, depois de abertos, os cursos sejam supostamente fechados?

Em momento algum o Provão demonstra uma preocupação em intervir no aperfeiçoamento dos cursos, pois não retorna à instituição informações que as auxiliem na identificação de seus problemas e experiências bem sucedidas. Além destas questões o Provão causa um efeito modelador sobre os cursos e as instituições pois interfere diretamente na autonomia para a elaboração de seus projetos pedagógicos e conteúdos curriculares, ignorando o contexto na qual a instituição está inserida.

Ao tentar avaliar a instituição observando apenas alguns conteúdos acumulados pelo estudante o MEC desconsidera os aspectos mais amplos da formação ao mesmo tempo que foca apenas uma das partes que compõem a instituição responsabilizando apenas os estudantes pelo desempenho na prova.

Compreendemos Avaliação Institucional como um processo contínuo, cujo objetivo é diagnosticar a real situação da instituição visando seu aperfeiçoamento, sendo que para isso necessita da participação de todos os segmentos da instituição, tanto na elaboração quanto na execução do processo.

Nossa decisão em boicotar o Provão tem origem em todos os argumentos citados acima, mas também pelo pouco ou nenhum espaço de diálogo com o governo. Boicotar, antes de tudo vem sendo uma ação política com o objetivo de resistir ao Provão e principalmente as políticas do atual governo federal. Ao boicotar tentamos alcançar três objetivos: manter o debate sobre a avaliação institucional mostrando que não existe uma aceitação ampla do Provão como o MEC faz parecer; tentar abrir espaços na mídia para essa discussão e principalmente criar uma situação onde a credibilidade da classificação feita pelo Provão possa ser questionada pela sociedade.

O boicote realizado pelos cursos de pedagogia no ano passado, apresentou como principal característica o envolvimento dos estudantes com as discussões realizadas em diversas instâncias, evitando-se qualquer ação dissociada de uma reflexão prévia sobre o significado do boicote e sobre todas as implicações do Provão, tanto as decorrentes do boicote quanto da realização da prova.

O boicote foi feito por um número reduzido de estudantes de pedagogia, principalmente pela dificuldade em levar-se o debate ao enorme número de formandos do curso, no entanto convém analisar politicamente os resultados dessa ação. Se quantitativamente o resultado do boicote foi muito pequeno, mas, vale a pena ressaltar, no que diz respeito aos resultados políticos o que se conseguiu não é insignificante. O boicote ocorreu de forma maciça em instituições públicas e privadas, e que muito antes de qualquer exame já tinham o reconhecimento de sua qualidade pela sociedade e sempre exerceram uma importante função social, principalmente na formação de professores e na produção de conhecimento sobre educação. Entre essas instituições estavam, por exemplo, UnB, UNICAMP, UNIMEP, UFSC, UNEB, UEPA, USP, UNESP, UFSCar, PUC, entre outras.

A precariedade da própria prova, com questões mal elaboradas e descontextualizadas, que não atendiam nem ao menos as expectativas daqueles que eram favoráveis ao instrumento, somada ao impacto dos boicotes evidenciaram a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. Nesse ano além do surgimento da discussão sobre a validade ou não da prova, em muitas outras instituições inicia-se também nos cursos, em várias instâncias do movimento estudantil e entre os docentes, o debate sobre a importância da elaboração de propostas de avaliação institucional, não apenas em oposição ao Provão, mas como uma necessidade no processo de aperfeiçoamento das instituições.

Para o curso de pedagogia esse enfrentamento com o Provão toma uma importância ainda maior diante das várias mudanças que estão sendo implementadas, na maioria das vezes de forma autoritária, para o curso de Pedagogia e para a formação de professores e que desconsideraram todo o debate existente entre entidades e profissionais envolvidos com essas questões ignorando e atrapalhando um processo de debate entre concepções divergentes, mas que vinha contribuindo muito na construção de propostas mais sólidas para esses cursos e na definição mais clara da identidade do curso de pedagogia.

Ampliar o boicote em 2002 significa principalmente levar os estudantes de Pedagogia a discutirem todas as implicações desse instrumento, refletindo à luz das concepções presentes na nossa própria formação sobre a validade de se aceitar um instrumento que pouco ou nada tem de avaliação.

Tatiane Cosentino Rodrigues, 4º ano UFSCar

Telma Lúcia Kobori, Pedagoga, UFSCar

José Ibiapino Ferreira, 4º ano USP

Lei 9131 de 24 de Novembro de 1995

Campanha Amigos da Escola: O que se esconde por trás da carinha feliz?

Desde que o Brasil inteiro foi bombardeado com a campanha televisiva da Rede Globo, tratando da questão dos Amigos da Escola - voluntários que ajudariam as escolas públicas realizando algumas atividades - a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia (EEEPe-SP) iniciou uma ampla discussão à respeito do voluntariado que, por sua vez, tem sido um termo bastante utilizado, nos últimos tempos, por diferentes veículos de comunicação.

Além de marcar nossa postura contrária a esta campanha, que foi colocada à sociedade como uma possibilidade de mudar a situação em que a educação pública brasileira se encontra, marcamos fortemente nossa postura ao ressaltar e reafirmar a importância da valorização dos profissionais da educação, estes sim os trabalhadores que devem ser inseridos em nossas escolas.

Contudo, temos consciência de que a discussão que envolve o voluntariado não é fácil, e de que muitos se colocarão contrários à nossa campanha. É necessário notar que vivemos em um país com um estado que se apresenta como falido para toda a sociedade, um estado com suposta falta de recursos e necessidade de ajuda de todos para que possa "ir para frente". Com isso, acaba-se tomando consenso a idéia de que vivemos atualmente uma situação na qual as instituições públicas carecem de ajuda de todos os tipos para que possam continuar funcionando: recursos, materiais, pessoas que possam realizar algumas atividades, etc. Precisando assim, da colaboração de todos e, de certa forma, transferindo a responsabilidade de que a melhoria do ensino depende da intervenção da população.

Esta campanha, portanto, à medida que pede a ação voluntária de cada um para que melhorem "conjuntamente" os espaços públicos, vai de encontro a este consenso sobre o mau funcionamento do estado e de suas instituições: precisam do apoio de todos, pois estão em situação

calamitosa.

Sabemos também que esses voluntários têm uma vontade de ajudar a reverter esta situação, que se estabeleceu de forma bastante clara nos últimos tempos. E, em muitas situações, percebemos que esta vontade deixa de focar um outro lado da questão: enquanto indivíduos vão assumindo lacunas nas escolas, o Estado vai se eximindo de sua função primeira de garantir a educação para toda a sociedade. Não se trata aqui de afirmar que somos contra aqueles que estão dispostos a ajudar, mas, antes de tudo, que somos defensores da valorização dos profissionais da educação e de que o Estado assumira todas suas funções, fazendo com que sejam cumpridas para todos os cidadãos. A solidariedade das pessoas não pode ser usada para que os governos deixem de lado as suas responsabilidades. Temos que realizar um debate profícuo sobre o que significa participação no âmbito escolar.

A discussão sobre esta questão está longe de chegar ao seu final. Ainda pretendemos debater de maneira intensa todos os aspectos que envolvem o voluntariado. Sabemos que existem diferentes formas de ser voluntário, e especialmente diferentes situações em que indivíduos assumem este papel, pois não estamos falando daqueles que ajudam uma cidade em um momento de calamidade pública, mas sim daqueles que, cientes disto ou não, acabam por assumir não só locais de trabalho de profissionais formados para tal função como, de maneira global, colaboram para que o Estado deixe de lado muitas das suas funções primordiais, inerentes à sua existência nos dias de hoje. Não somos corporativistas, mas defensores da valorização dos profissionais da educação. Profissionais da Educação SIM, Amigos da Escola NÃO.

**Eu Entendo de Educação.
Não avalie com o Provão!**

**Não quero
~~Amigos da escola~~
quero profissionais
da Educação**

Campanha pela Valorização dos Profissionais de Educação

"O Exame Nacional de Cursos (Provão) em Debate"

20/05/2002

Debatedores:

Prof. Dr. Jocimar Archangelo -INEP/Brasília

Prof. Dr. Luís Enrique Aguilar -FE/Unicamp

Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas -FE/Unicamp

Profª. Drª. Maria do Carmo Martins - FE/Unicamp

Acadêmico José Ibiapino -FE/USP

- Profª. Dra. Maria do Carmo Martins:

Pensando com os estudantes qual seria nossa pauta de discussão para este ano, uma abertura constante para discutirmos as responsabilidades dos cursos de formação, especialmente o curso de formação de professores, então nós conseguimos agendar, montar essa mesa. E nossos convidados são quatro: tivemos que acertar a agenda de todos - não foi fácil; eu e a Ângela Soligo, que é coordenadora associada do curso de Pedagogia, tentamos fazer esse debate antes do Plebiscito do Provão que estava ocorrendo aqui na nossa Universidade. Em função da agenda de todos nós conseguimos a data de hoje, e de antemão agradecemos a presença de todos vocês aqui; digo que pra essa coordenação é um momento importante fazer esse debate. Ele não se encerra aqui, na medida em que temos um conjunto de ações pra pensar, como sempre, discussões da qualidade dos cursos de formação.

Eu vou chamar para compor a mesa na ordem que eu gostaria que as pessoas que eu combinei, que nós pudéssemos nos manifestar. Eu vou chamar então o professor Jocimar Archangelo, um antigo companheiro da Universidade de Campinas, que hoje vem falar do Sistema Nacional de Avaliação a partir do INEP; ele coordena todo o processo do CNA. O estudante da USP, José Ibiapino, representando a Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia. Professor Luiz Carlos de Freitas, Professor da Faculdade de Educação, que tem nos auxiliado bastante na discussão da avaliação. Professor Luís Enrique Aguilar, também da Faculdade de Educação, a quem eu convidei especialmente para me auxiliar no debate.

Eu queria antes de passar a palavra para os convidados agradecer imensamente à professora Ângela e à Giovana, que subsidiaram a elaboração e a indicação dos colegas estudantes, pois eu não sabia quem chamar no grupo dos estudantes para discussão; me passaram alguns nomes, eu achei pertinente que essa mesa tivesse uma vasta gama de discussões e posicionamentos para se ouvir. Então, de antemão, agradeço a todos que trabalharam arduamente na montagem da mesa. Eu começo passando a palavra para o professor Jocimar.

- Prof. Dr. Jocimar Archangelo:

Obrigado, Ângela, pelo convite; fico muito feliz de estar de volta à casa e reencontrar grandes amigos.

Eu queria ir um pouco além da proposta que eu recebi, que dizia que o tema do debate seria Exame Nacional de Cursos, em debate; o Provão faz parte de um sistema que está sendo construído a seis, sete anos. Eu gostaria de apresentar o

sistema como um todo, para que a gente pudesse discutir em cima das mesmas informações; para não haver informações diferenciadas, minha expectativa seria essa: dar uma rápida panorâmica de todo o sistema, começando com o Provão, e depois fico aí à disposição para os debates e pelo tempo que vocês desejarem.

Eu estou aqui na casa dos educadores e vou fazer duas ou três afirmações a respeito de avaliações. A primeira é que seria importante um elemento para as nossas discussões: é que qualquer processo avaliativo apresenta limites e possibilidades. É importante que a gente tenha clareza que nenhum processo que busque melhoria e qualidade pode prescindir de avaliação. Essa seria uma referência inicial.

A segunda é que a avaliação é sempre um processo muito complexo; desde a avaliação que fazemos com trinta, quarenta alunos que conhecemos e trabalhamos com eles cultivando, mesmo com eles a avaliação é um momento tenso, delicado e mais complexo.

Se para avaliar esse grupo de alunos temos algumas dúvidas, questões que não dizemos quando pensamos em avaliar um curso, nós pensamos avaliar uma instituição e aumenta muito mais a complexidade; é muito maior quando a gente se propõe em avaliar um sistema.

Esse é o desafio que nós nos propusemos a enfrentar seis anos atrás: avaliar, construir um sistema de avaliação que permitisse ter informações, uma possibilidade de interferência num grande sistema de avaliação do ensino de graduação no país.

(Gostaria que você mostrasse as transparências, obrigado.)

Há seis anos, nós não tínhamos nenhum instrumento de avaliação dos cursos de graduação. Era um momento que estava uma pasmeira geral; todo mundo se lembra disso, não é?

Nesse período nós iniciamos a construção do sistema. Antes disso haviam dois processos: o PAIUB, sendo um dos seus principais mentores o Professor José Dias Sobrinho, e o SINAEM, de Medicina. Eram avaliações institucionais que tinham outra característica. nós iniciamos esse processo com o Provão em 1996, a partir de uma lei aprovada no Congresso Nacional; foi o primeiro elemento de avaliação dos cursos de graduação de nosso país. Isto estimulou um grande debate, e provavelmente este debate estimulou que os cursos de graduação, que são estratégicos para qualquer processo de desenvolvimento que um país se propõe a ter, eles começaram a fazer parte da agenda nacional. A partir daí se passou a discutir com enfoque na qualidade - que era preciso ter elementos para melhorar a qualidade dos cursos, que havia uma imagem geral de que a qualidade era ruim; merecida ou não, esta era a imagem que se tinha na época. Mas era apenas uma imagem, não se tinha nenhuma espécie de informação mais precisa a respeito dos cursos. Aí, nós começamos a recolher informações, dados; a partir daí eu disse que nosso desafio é avaliar o sistema - para dar uma idéia desse desafio, nós temos esse quadro (projeta o quadro na parede). Esse é o censo de 2000: o país tinha 1180 Instituições de Ensino Superior, 10.585 cursos, 2 milhões e 700 mil alunos, e um milhão e tantas áreas. Esse é o sistema que nós estamos querendo avaliar.

Que objetivo se estabeleceu na época para esse sistema, o que se esperava? O objetivo é estimular os aperfeiçoamentos das instituições, subsidiar diagnósticos que é uma palavra chave, substituir os processos burocráticos de controle por indicadores de desempenho, assegurar a transparência das informações disseminando resultados prestando contas à sociedade, orientar a formulação e o monitoramento de políticas direcionadas à promoção da qualidade e permitir o controle social da educação dada no país.

Que elementos temos para dar conta destes objetivos? Vocês têm um logotipo ali em cima que fala no sistema fala do Provão, do Censo Avaliação Institucional e Avaliação das Condições de Ensino;

todos estão a partir do ano passado alocados numa mesma diretoria do INEP. Até o ano retrasado, o Provão era alocado no INEP; o censo era também no INEP, mas numa outra diretoria. Um trabalho independente de avaliação das condições de ensino e avaliações das condições de oferta estava na (SESu), outro departamento do ministério, então havia uma fragmentação bastante grande que nós procuramos a partir do ano passado unificar esses elementos todos.

Do que é composto o Exame Nacional de Cursos que é o que nós mais vamos falar. O Exame Nacional de Cursos (ENC) é composto por uma prova e um questionário de pesquisa que é elaborado por representantes da comunidade acadêmica. Acho que essa é uma questão importante de ser pontuada, de todos esses elementos do processo de avaliação a comunidade acadêmica que tem um papel preponderante, porque somente a academia que tem condições/ possibilidades de fazer esse tipo de avaliação; não haveria o mínimo de possibilidade de ser feito de fora, por uma equipe burocrática ou qualquer coisa desse tipo.

Essa é a composição do Provão. Gostaria de insistir que é uma prova e um questionário de pesquisa, prá gente depois falar um pouco sobre ele.

(Sobre) a avaliação das condições de ensino, até o ano passado havia uma avaliação das condições de oferta e era um trabalho feito individualmente por comissões de especialistas - especialistas da Pedagogia, Medicina, cada uma tinha uma diretriz, uma filosofia, tinha um instrumento. Então eram 44 instrumentos diferentes que eram aplicados por professores universitários, que faziam a avaliação a partir daqueles critérios. O que fizemos durante o ano passado todo foi reunir todas as informações, todas questões que estavam reunidas nesses questionários, nesses documentos, procurando unificar as questões que eram comuns a uma grande gama de cursos e abrindo espaço para especificidades. Então o curso de matemática tem uma série de constituição a serem avaliados que são muito parecidos com o curso de letras, medicina, embora existam as especificidades. Trabalhando nesse processo de construção desse instrumento, que tem de um lado uma unidade e do outro lado a especificidade do curso, você tem 400 professores das Universidades Brasileiras: professores que vinham trabalhando na normalização do Provão, professores que vinham trabalhando nas condições de especialistas da (SESu), especialistas que não estavam trabalhando em nenhum desses elementos de avaliação, os representantes das diversas associações desde conselhos de reitores até associação de centros universitários - uma série delas: fórum de pró-reitores,... toda essa gama de pessoas participou nesses debates que levaram à construção desse manual geral, e depois cada especialista se aprofundou na sua área (eu tenho alguns aqui e posso deixar com vocês).

Nós temos aí, no caso das condições de ensino, duas coisas importantes: a primeira é essa unificação toda do material, para dar uma certa uniformidade no trabalho para todos os cursos de graduação; por outro lado há a definição dos períodos em que se deram as avaliações. Vocês se lembram da LDB, que se dizia que os reconhecimentos dos cursos seriam a partir daí periodicamente renovados, e que essa renovação se desse a partir de então... a partir de agora nós temos o Provão, que tem ciclo anual, e temos essa avaliação das condições de ensino que se constitui em uma verificação *in loco* feito por pares, que vai se dar a cada quatro anos. Este ano temos Engenharia Civil, Engenharia Química, Direito, Administração, Odontologia e Veterinária: esses seis cursos serão avaliados, todos os cursos dessas áreas serão avaliados por professores universitários neste ano, todos esses cursos serão avaliados novamente daqui quatro anos, de maneira que se tem uma série histórica destes resultados.

Este mesmo sistema de avaliação vai servir para reconhecer cursos novos. Vocês sabem que, para os cursos novos, devem ser reconhecidos quando tiveram

seu primeiro grupo de alunos se formando. A partir do segundo ano as instituições já se devem pedir o reconhecimento - esse reconhecimento também era feito por um instrumento diferenciado anteriormente e hoje nós temos um instrumento único que vai avaliar para reconhecimento e recadastramento nessas avaliações periódicas.

(Quanto à) Avaliação Institucional, temos aí uma avaliação mais complexa ainda. Nós vamos iniciar o processo neste segundo semestre para credenciamento e credenciamento de centros universitários: então cerca de sessenta centros universitários, o que é um novo elemento de organização que existe e foi criado há pouco tempo, mas que já foi criado com a norma da LDB de que ele deve ter seu credenciamento renovado periodicamente - então esses centros já estão com seu vencimento do prazo de validade e serão avaliados agora. A estrutura do manual de Avaliação Institucional é muito parecida com a estrutura de avaliação de todos os cursos.

Bom, as estatísticas da educação superior, compostas de um cadastro geral de cursos com censo do ensino superior que é anual e que nós temos e estamos fechando agora a coleta de dados, até setembro devemos ter o censo de 2001.

Qual o trabalho que nós estamos fazendo para tentar transformar todos esses elementos, todos os dados, todas as informações para construir efetivamente o sistema? Primeiro é garantir a integração desses elementos todos dentro de um mesmo organismo que é o INEP, que está cada vez mais se capacitando e ficando responsável pelo processo de avaliação. Segundo lugar é essencial que todos os dados estejam em uma mesma base, então nós estamos integrando todos os dados em uma mesma base: Cadastro, Censo, Provão, Condições de Oferta; tudo isso em um grande banco de dados em que se unificou todas essas informações.

Depois, duas coisas que são importantes: que é o mesmo padrão conceitual uma das coisas que eu costumo brincar com meus colegas do MEC é que em cada sala temos um dialeto diferente, os conceitos são utilizados das maneiras mais livres possíveis em todos os lugares. Estamos em busca de um glossário; temos a proposta de um glossário que já está sendo utilizada, é a mesma classificação. Cada grande organismo (CNPq, CAPES, MEC), cada um usa um sistema de classificação. Estamos em busca de unificar, num sistema de classificação em que nós copiamos classificação internacional das áreas de conhecimentos (que vem da UNESCO, da CDE, ESTAT) para que possa cada vez mais ter possibilidade de comparabilidade das instituições internamente e externamente, o principal elemento de integração é que tivessem procedimentos compatíveis. Nós tínhamos instrumentos diferentes de avaliação: manuais, grupos de especialistas diferentes, cada um trabalhando na sua faixa, obviamente havia uma série de procedimentos que eram muito diferentemente aplicados de maneiras bem distintas. Em primeiro, diminuía a possibilidade de comparabilidade; segundo, gerava situações conflituosas dentro das instituições: como tínhamos duas comissões de especialistas avaliando até dois cursos muito próximos e cada grupo com critérios e maneiras diferentes de avaliar? Isso gerava situações bastante complicadas.

Então o que nós vamos fazer para garantir a integração e a comparabilidades desses cursos? Primeiro foi esse trabalho, que durou um ano e pouco, que discutimos e montamos esse instrumento geral de avaliação com suas especificidades para cada curso. Segundo, nós estamos fazendo um trabalho de capacitação dos grupos de avaliadores, como fizemos isso? Primeiro, nós abrimos pela Internet a possibilidade para que todos os professores universitários que atendessem a alguns requisitos, pudessem se inscrever se tivessem no mínimo cinco anos (de experiência), as titulações possíveis; então os professores que se interessassem em trabalhar no processo de avaliação geral, que se inscrevessem: nós tivemos cinco mil e tantos inscritos até a semana passada.

Destes grupos, nós começamos um processo de capacitação e até Sexta-

feira nós terminamos. São oito grupos: já temos 720 professores que passaram pelo processo discutindo os manuais, critérios, regras éticas, e se capacitando para poder utilizar formulário eletrônico. Mais de cem aspectos serão analisados! É claro que foi feito eletronicamente, para que não tivesse que ficar usando todo seu tempo anotando, fazendo contas... nós temos um sistema computadorizado muito interessante, que vai facilitar demais o trabalho do avaliador e vai permitir que esses dados sejam incluídos rapidamente nesse nosso grande banco de dados.

A capacitação dos avaliadores é um ponto muito importante. São dois dias de trabalho; nossa expectativa é que passe por esse processo de capacitação, por ano, cerca de mil e duzentos professores - ou seja, as Universidades Brasileiras teriam, em oito anos, cerca de dez professores que teriam passado por esse processo, teriam trabalhado nesse processo, provavelmente contribuiria para a disseminação da cultura de avaliação em seus estabelecimentos: essa é uma expectativa que se tem.

Bom, o Provão tem uma imagem pública que é dada devido à divulgação dos resultados que, de um modo geral, a imprensa foca no conceito e esta é de um modo geral a informação que temos a respeito do Provão: classifica os cursos em A-B-C-D-E, como nós entendemos, e que precisa contribuir com a melhoria da qualidade, não é divulgando resultados ou conceitos que se vai obter isso, mas é preciso que haja um trabalho dentro da instituição, dentro do curso, para que efetivamente se tenha uma ação de melhoria. Mas temos uma série de informações que devemos fornecer ao gestor de curso, coordenador de curso, uma série de dados que permita que essa coordenação transforme essas informações, que podem ser úteis ou não para o seu trabalho.

Eu queria mostrar um pouquinho que tipo de informações que estamos passando, quando se diz lá nós objetivos que é fornecer à sociedade informações a respeito dos cursos que existem. Isso é feito através de um grande relatório; todo ano sai um relatório como este (mostra uma pilha de papéis), que é distribuído para todos os reitores, diretores e para a imprensa, e é a partir daqui que a imprensa faz a ligação com a sociedade, mostrando todas as informações do Provão aquele ano.

Então é este que nós chamamos de relatório-síntese, o que é divulgado de modo geral, e aquela primeira letra "Aquele Universidade teve um conceito 'A', a outra teve um conceito 'E' ", isso que as páginas, as manchetes mostram; mas eu queria mostrar para vocês que nesse relatório nós ratificamos aquele resultado: primeiro, quando falamos em série histórica nós temos ali o resultado de todos os anos, em seguida temos o número de alunos que estavam presentes, na faixa seguinte o número de alunos que responderam a prova. Então, vejam naquele bloco de cima: Em 1998 aquele curso teve conceito "E" porque apenas 12% dos alunos fizeram a prova. Então, veja que no ano seguinte 100% dos alunos fizeram a prova - o conceito desta instituição chegou onde deveria estar desde o começo. A outra coluna é a evolução, e no lado de cá o percentual dos alunos em cada um dos partís. nós temos a distribuição geral dos alunos no país: cinquenta mil alunos de Pedagogia - é mais ou menos isso, né? Na distribuição de todos esses alunos temos dos 4 partís, eu vejo que na minha instituição em 1999 eu vejo 6% dos meus alunos com desempenho que os coloca entre os 25% piores desempenhos do país (ele analisou justamente onde tem boicote, pois somente 12 responderam para tirarem "E"); nos anos seguintes, eu vejo que este grupo desaparece: nos anos 2000 e 2001 neste curso deve ter havido um trabalho do coordenador/ dos professores que levou à homogeneização do grupo de alunos deste curso. Esta é uma informação importante para o coordenador: se ele de fato trabalhou nesse sentido, de fato esse coordenador estava no caminho certo.

No caso de baixo, veja que não aconteceu nada; este curso em 1998 já existia, e porque somente 26% fizeram a prova, nós anos seguintes temos 100% e continuam com (100%), e portanto o desempenho continua ruim mesmo sem

boicote nenhum.

Veja, além deste relatório nós publicamos outros, como um que chama Relatório do Curso: este é público e geral, mas este é só para o curso; nós publicamos uma série de tabelas e de informações que são privativas do curso, que vão aprofundar aquelas informações iniciais, temos todos os anos de 1996 até 2001 em tabelas como esta, em que nós padronizamos as notas para facilitar a comparabilidade. E nós vemos nesse curso aqui, com 3200 alunos no Brasil todo, a média em 500 e o desvio padrão em 100; depois eu posso ver como meus alunos - veja na última linha a instituição em cima - posso ver como meus alunos se posicionaram perante o total de cursos no Brasil, dá para comparar com todos os outros.(...)

Vamos procurar saber como meus alunos estão questão por questão: isto vale para questões de múltipla escolha e questões discursivas; o que nós temos, nesta tabela, a média do Brasil na questão número 1 - ficou em 60%, já minha instituição foi 55%. Na (questão) 2 inverte, a média do meu curso foi 60% e a média do Brasil foi 48%. Eu posso detectar em que áreas do curso meus alunos estão tendo bons resultados e onde estão os problemas, se os problemas se repetem é preciso que haja uma investigação no que está ocorrendo. Pode estar ocorrendo muitas coisas, inclusive que as questões são imbecis.

Nessa outra tabela me diz o resultado da minha instituição como os meus alunos responderam. Vejo que o resultado esperado era a letra "A", mas 55% dos meus alunos acertaram, já na (questão) 2 o resultado correto é dado como "B" de bola; mas eu tenho 42% no "C". Esperamos que o coordenador de curso verifique esse tipo de incidência para saber quais os conteúdos envolvidos e tentar detectar o que está ocorrendo; poderia ser que a questão induzia a erro ou o ensino que é dado que está induzindo à erro.

São muitos dados: o debate, a discussão, a investigação é papel do coordenador, promover o debate em cima de várias informações que estão sendo passadas.

O questionário de pesquisa e a voz do aluno nós temos aqui: a opinião de mais de cinquenta mil estudantes de Pedagogia sobre o curso que fizeram. Na minha opinião, os alunos são as pessoas que viveram o curso, passaram quatro ou cinco anos, passaram por professores, bibliotecas e tudo mais. É uma palavra importante para a gente, nós apresentamos dois tipos de quadro onde está a média do Brasil e do meu curso, e aí que eu vou ver como está, acima ou abaixo da média, a opinião dos meus estudantes.(...)

Quem elaborou as questões específicas do curso de Pedagogia? A comissão do curso de Pedagogia, e assim por diante; cada curso elabora suas questões procurando enfocar os pontos em que julgam ser mais relevante que os alunos se manifestem.

O aluno é o ator principal deste processo, o aluno que participa colaborou com sua participação no fornecimento de todos esses dados, que pode ser trazido para minha instituição para discutir suas qualidades e possíveis defeitos. Tem que ter a resposta ao seu trabalho: se o reitor recebe e o coordenador, recebe o relatório do curso, o aluno recebe este boletim, mostrando como foi meu desempenho em relação à minha turma, ao Brasil.

Bem, o que nós estamos procurando com isso é fornecer aos gestores das instituições dados que possam ser transformados em informações, que permitam o trabalho de pesquisa, que deve ser o trabalho de cada um dos coordenadores. Nossa perspectiva é que cada coordenador de curso esteja gerenciando seu projeto pedagógico, esteja avaliando o quanto se atinge ou não os objetivos que se tem no projeto pedagógico, esteja subsidiando este trabalho. O diagnóstico do coordenador - é claro que o diagnóstico do coordenador tem que ir muito além, mas a expectativa é que esses sejam elementos úteis para esse trabalho.

Avaliação das condições de ensino: então, outro elemento deste sistema que estamos querendo construir, esta avaliação que se constitui em uma verificação *In loco* em todas as instituições - dois professores altamente capacitados vão visitar os dez mil e tantos cursos que temos a partir de certos critérios, as quais são as grandes dimensões que serão avaliadas: a organização didático pedagógico, o corpo docente e as instalações... isto já vem sendo feito há algum tempo, o que nós fizemos foi dividir essas três grandes dimensões em categorias de análises. O corpo docente está sendo avaliado, sua formação acadêmica, condições de trabalho e da atuação, desempenho no dia a dia. (...) São cento e tantos critérios que são trabalhados por esse grupo de professores que visitam as instituições e, como eu já tinha dito, isso tudo é feito a partir do formulário eletrônico. E nós temos então esse manual que demorou um ano para ser construído e, de outro lado, capacitação que permite que essa avaliação possa ser o mais consistente possível.

Bem, a Avaliação Institucional também vai ter este mesmo formato, só que aí a visão é outra, já que no curso nós estávamos olhando a árvore, e no caso da Avaliação Institucional nós estamos vendo a floresta. Então, há uma diferença de enfoque, o que nós estamos esperando, e que no transcorrer do tempo nós possamos construir o sistema. É claro que o sistema não está pronto, mas é claro que ele está num estágio muito mais avançado do que estava há seis anos atrás. Tivemos seis anos de trabalho na construção de um sistema que possa se constituir numa avaliação bastante abrangente dos cursos de graduação, então o Provão é um dos instrumentos, o primeiro que gerou o maior debate, maior discussão; os outros já estão implementados, já estão sendo colocados dentro de um sistema mais unificado. A expectativa que se tem é que a cultura de avaliação vai se dizimando cada vez mais dentro das instituições do meio acadêmico brasileiro, de maneira que se vá aperfeiçoando paulatinamente esse sistema, e que dentro de alguns anos nós tenhamos um bom sistema de avaliação, sempre com a clareza de que é importante ter um bom sistema. A gente espera chegar num sistema ótimo, mas nós não podemos ficar esperando e não fazemos o bom que podemos fazer agora .

É isto que eu tinha que dizer para vocês: dar essa panorâmica. Agora, gostaria de ouvir com muita atenção nossos colegas aqui para termos um debate final. Criar cultura de avaliação que paulatinamente esse sistema aperfeiçoa, ter clareza que o importante é ter como objetivo um ótimo sistema.

- Acadêmico José Ibiapino:

Boa noite, em primeiro lugar eu queria agradecer o convite para estar nesse espaço debatendo, fazendo aquilo que o Movimento Estudantil tem se proposto há algum tempo, não só do Provão, mas da Avaliação Institucional. Vou começar falando da iniciativa do Plebiscito do Provão. A iniciativa do plebiscito partiu das Executivas e Federações de cursos de varias áreas, umas que boicotam, outras que não boicotam, umas que têm discussão sobre avaliação, umas que fazem parte do Provão, outras que não...; na verdade, a idéia principal do Plebiscito é pautar a discussão mais do que o processo de votação em si. O processo eleitoral pode, por assim dizer, motivar a discussão em lugares e cursos entre pessoas que não estavam envolvidas na discussão porque não eram formandos. Pessoas de cursos que fazem o Provão se opunham ao boicote por princípio e a discussão muitas vezes era só levada em função do boicote. A idéia era fazer discussões bem mais amplas que nos permitissem realmente fazer uma construção coletiva sobre o assunto.

O Provão: a formulação toda girou em cima de três eixos, há uma série de críticas levantadas desde seu início, principalmente no seu início e depois de muitos anos, a respeito do Provão, desde questões técnicas até questões mais amplas. A gente acabou focando em cima de três eixos; eu vou me deter a esses três eixos para não estender muito a minha fala no debate e o enriquecer aqui, no caso.

O primeiro eixo foram as Políticas Educacionais que estão sendo

implementadas nos últimos anos; o segundo eixo é a questão da avaliação em si, o mérito deste instrumento como fórmula de avaliação – Provão; o terceiro eixo é a obrigatoriedade e a forma que vem sendo construída essa proposta.

Vou começar falando pelo último eixo, diferente da proposta do Plebiscito. Em primeiro lugar, o Provão enfoca um único aspecto da instituição que é o estudante, e do estudante enfoca um único aspecto: um conteúdo eleito por uma comissão, mas um conteúdo que pode ou não contemplar a diversidade que a gente tem entre os cursos no país inteiro.

O que nós colocamos é (sobre) a forma que isso vem sendo feito. Nós tínhamos um processo, onde se tinha experiência de Avaliação Institucional como um processo em que envolvia e contemplava vários setores na construção. E a gente tem logo em seguida o Provão, que não contempla de fato essa construção, por mais que se tenham comissões representativas, que tenham seminários... a gente vê que é um processo fechado, que não teve alteração nenhuma tirando a questão da curva de Gauss para o desvio padrão; foi a única alteração que houve nos últimos anos.

Até a forma técnica não tem um espaço de construção da forma que achamos adequado. Já se perde, pois só construir o instrumento é um processo enriquecedor, para pensar o formar-se – docentes e discentes. A obrigatoriedade, vínculo ao diploma: que sentido há nisso de fato? Um instrumento não tem o trabalho de convencimento, ele não consegue me convencer que ele é importante ou não e de que ele vai contribuir para minha formação, sobre o pretexto de que eu não vou estar recebendo meu diploma, que em tese diz que eu cumpri meu curso de forma adequada, que fui avaliado pelos meus professores,... qual a vinculação que se faz? isso é um questionamento sério que a gente tem; é um instrumento de legitimação no momento que se ouve falas do tipo da crescente adesão/ aceitação, sendo que é obrigatória que a adesão é essa, sendo que é obrigatório estar lá? Eu não tenho a opção de não estar lá.

A segunda questão é o instrumento em si. Temos vários questionamentos dentro da Executiva de Pedagogia, até pelas discussões que temos a respeito de avaliação: até que ponto nos fornece dados que nos permita avaliar a instituição, o curso? Até o momento nenhuma entidade ligada ao Movimento Estudantil nega a avaliação: não temos medo de sermos avaliados. As entidades não são contra avaliar, mas não acreditamos que o Provão consiga fazer minimamente o que consideramos princípios básicos de uma avaliação e de uma Avaliação Institucional, que é fornecer um diagnóstico e fornecer dados que realmente permitam, de fato, o aperfeiçoamento das instituições e cursos. Na medida em que é, ele acaba incentivando uma comparação e competição, não informa de forma efetiva como atuar dentro do nosso planejamento e dos objetivos que a gente tem para cada curso e que, de certa forma, restringe o processo de formação dos cursos.

Na medida que temos um instrumento padronizado nacionalmente, uma das coisas que por princípio é atropelado é a construção do debate. Dentro da Pedagogia há divergências sobre o que é o pedagogo, o perfil a que vem a ter esse profissional - um debate que não está encerrado; muito pelo contrário, está em construção. Mas de repente é atropelado por uma prova que padroniza uma abordagem sobre o curso, com questões que podem 49% estar corretas e 51% erradas - não porque a questão esteja mal formulada, mas talvez aquela abordagem tenha mais de uma interpretação possível - como validar um instrumento tão pontual? Ainda em cima desse instrumento, ele não dá conta de uma série de coisas como ensino, pesquisa e extensão, ainda que se fale que fica por conta da análise das condições de ensino ou por outras partes do sistema. O que a gente tem visto de fato é uma série de incoerências na mídia. Podemos ver a greve que está tendo na Faculdade de Ciências e Letras da USP, "A" nos últimos anos do exame, mas os alunos estão em greve para ter aula - por mais que pareça contraditório - porque não há professores, não há espaço físico, as disciplinas do próximo semestre não estão garantidas... Em

que medida o instrumento tem contribuído para que isso fique claro, em que medida esse "A" não tem contribuído para os alunos de Letras ter uma mensagem no ego, mas dia a dia tem se mostrado que o curso não é "A", e aí não sei como me provam que não tem uma relação direta entre as condições e o rendimento, por assim dizer, desse curso.

Vou entrar no último eixo e aí vou acabar retomando uma série de coisas que têm a ver com os outros dois, que é a questão das políticas do MEC. O que a gente vê é que o direito social à educação vem sendo encarado como um produto (classificatório - Classe A-B-C-D-E-F) e menos como um direito, na medida que é um produto e tratado de forma classificatória, sim, que podem ser consumidos por classes A, classes B, classes C, classes D, classes E; ou seja, há uma diferenciação, e é isso efetivamente que tem sido provocado com o Provão: uma mera classificação que nos dá referência, um "ranking", para consumirmos cursos A-B-C-D-E, não permite, não dá informações para avançar, para aperfeiçoar; virou competitividade, não é só nesse campo. Hoje, o que se vê é a cultura da competitividade, até convivência virou competitividade. É só ver os programinhas da TV que convivendo conta pontos e no dia a dia se elimina as pessoas pela convivência.

Isso está intrínseco nessas propostas. Que sentido tem essa classificação quando quer colocar as Universidades (uma) na frente da outra, que sentido se tem, no que isso de fato contribui para solucionar nossos problemas?

Por isso nós evitamos fazer a discussão técnica do instrumento em si. Não adianta apontar o problema do instrumento, porque não é uma simples correção técnica do instrumento. Um exemplo é a curva de Gauss: houve uma série de protestos sobre essa questão; houve uma mudança, mas não no cerne da questão, que é qual é o significado de se classificar. Se deixa de fazer a classificação do primeiro para o último e se faz do meio para os extremos.

O Provão prejudica a discussão que estava em andamento sobre as especificidades/ diretrizes dos cursos de Pedagogia; exemplo: trocam as aulas por cursos preparatórios aos sábados para o Provão. A instituição abriu mão de seus objetivos e está se moldando a uma proposta externa, proposta única e que vem de cima, que está ignorando o que já está sendo colocado.

Só vou tocar em mais um assunto e não vou me estender muito, é a questão dos boicotes e o porquê desses boicotes e ações que vem sendo tomadas pelo Movimento Estudantil. Aconteceram como uma ação política - e isso tem que ficar bem claro, porque às vezes parece que é um protesto pelo mero protesto. Na Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia saiu deliberação congressual pelo boicote ao Provão, e isso foi construído ao longo de dois anos de discussão, inclusive com representantes do INEP em fóruns nacionais, em fóruns estaduais e debates - inclusive aqui, nesta sala desta faculdade, fizemos vários. Foi uma construção coletiva, e porque a opção pelo boicote não é uma outra forma qualquer. Primeiro, o que se tem visto não é o problema de se propor mudanças; o diálogo com o MEC é complicado, não só em relação ao Provão mais em várias áreas, é só tomar como exemplo o Plano Nacional de Educação, a proposta da sociedade, em que fomos ouvidos? Foi por não termos proposta? Propostas temos, embora elas não tenham sido ouvidas. O diálogo tem sido feito de forma muito complicada, se é que podemos chamar de diálogo, e o boicote tem sido um instrumento de luta política, principalmente porque a mídia tem sido incentivada a divulgar o A-B-C-D-E. Não vejo a divulgação ampla dos dados da análise das condições de oferta - não se divulgam os outros aspectos, estimula-se essa cultura de avaliação que, ao meu ver, é uma cultura da competitividade, cultura de uma referência para o mercado a ser consumido. Na verdade, isso que tem sido A-B-C-D-E, tem se explorado isso na mídia, uma série de instituições.

A segunda questão a respeito do boicote é que tem sido um espaço que sobra na mídia, eu já ouvi em muitas mesas como esta que ir e assinar e deixar a prova

em branco é uma atitude covarde: entregar a prova em branco é uma atitude de coragem, pois seria mais fácil não comparecer à prova, principalmente para instituições que ficaria sem conceito.

O terceiro: quando temos ido à prova e entregamos em branco é proposital, porque quando instituições como USP, Unicamp, Unesp Rio Claro, Unesp Araraquara, UFSCar, UnB, uma série de Universidades do país tirando "E" em protesto quebra-se com a lógica do ranqueamento das melhores e minimamente a gente faz com que a sociedade pare para discutir.

Não estamos querendo que se tenha um posicionamento a priori contra o Provão, mas queremos chamar a atenção minimamente para que não é um consenso a aceitação deste instrumento. Isso tem sido a saída de manter a discussão, isso faz com que a sociedade pare para discutir; se o problema é esse "E" tirado, até isso é discutível, porque como você estatisticamente considera o "E" para uma prova em branco, conceitualmente também está errado, pois como se considera uma prova entregue em branco deveria ter um campo em branco para esse caso, uma coluna dizendo "não se aplica". Como uma pessoa que colou um adesivo dizendo que não concorda com a prova pode ser avaliada por conteúdos que foram exigidos e tirar um "E"? É um erro considerá-lo dentro da média estatística, se quiséssemos questionar o instrumento seria muito mais fácil discutir os problemas que levantamos, seria muito mais tranquilo; eu levantei uma série de coisas, mas a discussão básica é sobre as políticas públicas e das políticas na área educacional como um todo. A questão da obrigatoriedade é outra coisa que está sendo discutida no Movimento Estudantil, é construir coletivamente um instrumento avaliativo. Isso parte do princípio que somos capazes de nos avaliar, não é uma simples questão de levantamento de dados, porque às vezes um levantamento de dados quantitativos não é capaz de nos dizer quais são nossos problemas, qual a dinâmica de cada instituição; não é simplesmente a titulação do professor, o número de professores; a relação que me garante o funcionamento como um todo em algum momento. Eu tenho que ter espaço para fazer a discussão de como é a dinâmica desta instituição. Isso não está contemplado em nenhum dos instrumentos que foram apresentados, essa dinâmica só pode ser compreendida pelos atores que estão no cenário, não dá para colocar essas pessoas de fora do processo de avaliação. Ou a gente consegue fazer esse envolvimento numa construção coletiva do processo de avaliação ou não teremos avaliação; no máximo teremos um retrato estático de um certo momento com alguns números que pode não significar nada. Obrigado.

- **Prof. Maria do Carmo** - Vou passar então a palavra ao professor Luis Aguilar e depois Luiz Carlos, aí inverter um pouco o que eu tinha falado.

- **Prof. Dr. Luis Aguilar:**

Na verdade, as discussões das Políticas Avaliativas para a América Latina fazem parte do leque geral das políticas dos últimos 10 anos. É uma oportunidade única para nós, porque nessa mesa temos um leque importante de opiniões autorizadas - não digo porque eu estou aqui, mas pelos colegas Luiz Carlos, colega do MEC, o representante dos alunos; traz nesse momento com distinta sensibilidades as Políticas Avaliativas para a América Latina (perceberam que eu não sou brasileiro); ela tem uma origem que é explicitar. Em 1990, todos países Estados Latino Americano assumiram explicitamente a sugestão de avaliar redes e sistemas que deviam disponibilizar um conjunto de estratégias que o próprio Estado assumiria. Nesse mesmo contexto vemos, assim, sem muita opção, um redesenho do papel do Estado, que se tornou um regulador e talvez um promotor de novas situações. Essa leitura às vezes ingênua de um Estado promotor nos levaria a compreender o significado das políticas que formulou ou elaborou. As políticas avaliativas estão dentro dessa promoção porque a qualidade dos sistemas estaria fortemente

implicada a implementação dessas políticas avaliadas. Isso, em tese, eu queria dizer que tem uma enorme quantidade de tema aqui, à medida que foram citando as posições eu fui anotando algumas coisas: essas anotações se tornaram um emaranhado, peço desculpas se durante meu texto não sou tão coerente quanto desejava.

Então, a partir desse momento que estamos assistindo a implementação de políticas avaliativas é muito interessante o significado que elas têm em nossas práticas e como elas se manifestam. Eu sempre tive a preocupação de dizer de que lugar estou falando: sou um pesquisador de estudos comparativos, é desse lugar que eu vou falar desta questão.

As políticas avaliativas como o Provão ou outras que se implementa no Brasil ou na América Latina tem a lógica das avaliações comparativas que são políticas que se definem por seu caráter comparativo.

Elas tem umas peculiaridades sobre as quais vou me referir. É importante que nós pensemos nelas para sabermos em que medida tanto lá quanto aqui nós estamos construindo nosso discurso através do embate desta caráter comparativo das políticas avaliadas.

A primeira questão é desde que os países se comprometeram a avaliar suas redes e sistema, fazer essas políticas avaliadas, que por sua vez, nós assistimos ao fenômenos de indução dessas políticas, que nada mais é que os organismos internacionais induzem o Estado, este por sua vez, induz para o interior do Estado um conjunto de políticas, a indução é uma característica das políticas públicas, destes últimos 10 anos.

Ele é um fenômeno violento, e como tal é importante que nós compreendemos como se desenvolve o fenômeno da indução.

A uma palavra que o representante dos alunos comentava, tão puro como ele a parece o fenômeno da construção do consenso, nenhuma política de indução teria sucesso sem por traz dela, o fenômeno de construção do consenso.

Na ultima década grande parte das políticas que se implementa se fazem em virtude da construção do consenso alguns casos esses consensos, pode ser altamente falsificado.

O consenso construído coercitivamente é um consenso falso, porque se nutre de elementos que não são próprios, temos o caso específico dos dilemas que tem construídos nas instituições e também nos alunos e nos professores, nesse dilema de fazer ou não fazer o Provão, existe entorno desta questão a construção de um consenso coercitivo.

Não foram as políticas explicitamente que construiu esse consenso senão a disseminação do resultado da avaliação, criamos um consenso fortemente através da mídia que assumem um papel violento na medida em que eu estava cortando meu cabelo e o cabeleireiro disse: Quer dizer que vocês tiraram E? - Virei para traz e disse: como assim? - Eu vi na Playboy que vocês tiraram E. Eu disse: posso discutir essa questão um pouco mais, - Não, minha filha esta querendo estudar e eu disse para minha filha nem por os pés lá. Tentei ficar explicando um monte de coisas... como que é que o consenso se dissemina socialmente e depois volta para você e você não consegue explicar, porque ha uma quantidade de elementos que são analíticos que motivariam fortemente as instituições da riqueza da avaliação, mas se ela não estivesse atrelada a construção, a uma avaliação de qualidade, na construção de indicadores que na verdade não sei se realmente acabam tendo utilidade pelo menos a finalidade inicial.

Na construção desses consensos ha Institucionalmente um forte disciplinamento, isso é uma forma característica de implementar políticas, e as vezes é necessário que você tenha estilos de se implementar políticas, o disciplinamento é um elemento importante.

Então em todos os níveis que se aplicaram políticas avaliadas, houve como

decorrência de sua implementação disciplinamento em alguns casos gerou o extremo; as pessoas criam artifícios, dispositivos para driblar a avaliação, como o colega se referia, existem instituições que faz por exemplo escolha entre os melhores alunos para responderem as questões. Aí podemos observar as formas de disciplinamento das mais variadas manifestações.

Acho importante dizer quatro questões gerais que estão dentro das políticas avaliadas; implementada para qualquer que seja o nível, é muito importante pensar que estas instancias avaliadas podem ser ideal para o conhecimento isto é, no curso de Pedagogia da faculdade podemos entender o resultado como auto-conhecimento, mas devemos entender que pela via do auto-conhecimento podemos resgatar o projeto de formação que temos, replanejar, rever, uma questão que todas as políticas avaliativa estão presentes e que não se vê e não se diz de lado nenhum, e aí esta seu caráter homogeneizante, que das instituições que estão sendo avaliadas elas tem percursos históricos de formação diferentes, ritmos diferentes, pontos de partidas diferentes. Não ha aparentemente duas explicações para dois "As", são diferentes, não há uma explicação concreta sobre o que significa dois "As".

Quando nós olhamos para as recomendações da avaliação, as recomendações dos resultados tem como destinatários os resultados os coordenadores, e as instituições, como se eles tivessem preparados para reinterpretar e corrigir seus erros. Mas o que não esta sendo colocado é que toda a avaliação comparativa deve ser explicativa, e deve dizer explicar, fundar suas explicações em causas, e as causas pelo que se vê no escopo das orientações destas avaliações, é que se acaba somente na figura do coordenador, no que ele deve fazer para consertar os resultados da avaliação. Quando na verdade o que nós deveríamos estar pensando quanto essa casualidade dos problemas que observa o ENC não oferecer elementos de realidade causal para entender o ponto geral das políticas educacionais Brasileiras, especialmente nas instituições públicas, compreender seu percurso suas causas mais gerais. E nesse contexto reinterpretar os resultados, este me parece que é o grande desafio das políticas avaliadas e quando elas raramente se tornarem causas.

- Prof. Dr. Luis Carlos de Freitas:

Boa noite a todos colegas de mesa.

É uma grande satisfação, agradeço o convite por poder estar aqui trocando algumas idéias sobre avaliação que não toma conta só do ensino superior mas sim da pré escola pra cima, vai pegando todos os níveis de ensino e dentro deste espirito que foi anunciado pelo colega que me antecedeu, ou seja as políticas públicas estão demandando novos interesses pela avaliação.(avaliação como já foi citada anteriormente)

Nós tivemos um movimento próximo disso na década de 70 que não chegou a constituir-se enquanto avaliação especificamente, mas que também mostrava que se você aprimorasse os controles, poderia resolver os problemas intra escolares.

Na realidade nós temos uma nova formatação dessa realidade nós estamos vivendo na luz de todo um processo de reestruturação produtiva, que é a raiz de todo esse fato as teorias do Estado mínimo, as teorias que apertão os custo no nível de ensino de 1º grau, as teses da não repetência e não evasão, estão calcadas em análises de custo, e não em análises de promoção humana, mas é quanto tempo o aluno repetente passa dentro da escola, quanto custa um aluno repetente para o Estado, quanto custa rete-lo dentro do processo de ensino, ha uma serie de facetas dessa ordem que estão colocadas dentro das políticas públicas e dentro da própria avaliação, dentro dessa nova concepção do Estado chamado Estado Avaliador, ha um processo de substituição daqueles controles feitos por todo

um procedimento burocrático, uma concepção de avaliação,(uma) cultura de avaliação cujo objetivo é cumprir com a mais precisão e eficácia os mesmos desejos anteriores.

Todo governo tem o direito de avaliar, não sou contra isso em tese, acho que o Estado tem todo o direito de saber o que ocorre na ponta do sistema isso é legítimo.

Acho que as instituições, não separo as escolas e as Universidades, acho que são duas estratégias diferenciadas de avaliação, o governo esta interessado em saber se os recursos disponibilizados, se os compromissos que ele assumiu enquanto governo, estão ou não sendo atingidos, e as instituições tem que saber se seus projetos políticos pedagógicos, a avaliação das

instituição tem que ter como referência esse projeto político pedagógico constituído, sobre o qual as Universidades, no caso específicos das Universidade não cabe ao governo avaliar, pois elas tem autonomia, para criar seus projetos políticos pedagógicos.

O governo pode cobrar, sim, dentro das políticas públicas.

Não se deve induzir os projetos políticos pedagógicos nas instituições que tem autonomia.

Acho que a questão da avaliação do ensino superior tem tido explicações porque na realidade eu tenho procurado ser um bom ouvinte as vezes eu tento me deixar convencer.

O argumento que mais aparece a favor do Provão: é a questão da transparência da qualidade, para que o cidadão conheça, tenha acesso, possa escolher.

A segunda argumentação que eu ouço em defesa do Provão: é que antes era muito inadequado, que anteriormente não se tinha um sistema de avaliação e então esse sistema apesar de apresentar problemas é melhor do que não ter.

Do ponto de vista das políticas públicas, ambas argumentações estão erradas e imprecisas, porque a questão da transparência que é vendida para nós,... é preciso que se intenda que no nosso Estado atual a transparência não é uma exigência do cidadão mas é uma imposição das grandes corporações que exigiu ao Estado que ele fosse transparente, hoje sem essa informação eu não consigo fazer o plano estratégico das grandes corporações. E é necessário saber o que o governo esta planejando.

O que eu queria alertar é que esse discurso da transparência não é originado na transparência para o cidadão, ele é originado nas contas do governo, das estratégias de investimento do governo para que ele possa orientar as estratégias de investimento do grande capital, e obviamente sobra a transparência para o cidadão.

Nós tínhamos um esforço, havia o PAIUB, não era exatamente uma pasmeceira, ali existia uma forma de avaliação diferenciada daquela que seria posto em pratica pelo Provão, e na minha modesta opinião o grande equivoco do governo é ter abandonado as políticas do PAIUB porque ele poderia ter perfeitamente feito um casamento nesse nível se desse um pouco nós conceitos em jogo e trabalhasse com mais que um parâmetro, mas o governo fez uma opção clara, nós vamos optar pelo ENC que tem outros conceitos dentro dele.

Já que eu não consegui provar que o Provão me satisfaz no campo das políticas públicas, eu passo a tentar me convencer de que ele é bom no campo dos conceitos de educação, quais são os conceitos que estão nessas estratégias? Toda a proposta que esta montada no Provão tem outros conceitos, outros pressupostos, toda a proposta montada para o Provão esta calcada no conceito do controle para que elas tenham qualidade. E esse controle é feito por mecanismos desenvolvidos por organismos do governo que é feito por dar conhecimento público do ranqueamento e criar um efeito social sobre o ranqueamento.

Transforma usuários em clientes, ou seja, o que usa é aquele que não pode escolher, já o cliente é aquele que pode escolher.

As políticas públicas caminham no sentido de transformar usuários em clientes.

O cheque- escola que é dado para o pai escolher a escola de seu filho.(azul a melhor, o vermelho o pior, ranqueamento por cores) O dinheiro vem para escola via os pais, num quase mercado, é claro que essas coisas ainda não estão postas no ensino superior, ainda por que tem um problema muito grave para ser discutido, ainda que a questão da gratuidade ou não, do ensino superior, e essa questão no Brasil esta travada, mas em outros níveis já se chegou a esse ranqueamento por cores... e já se comenta abertamente na possibilidade de se avançar, quase mercado, onde o usuário deixa de ser usuário e passa a ser cliente.

Eu acho que essa questão já esta posta, e vejo que a estratégia do Provão e o SAEB não é diferente, o ENEM não é diferente, o SARESP no Estado de São Paulo, é uma marca das políticas públicas, tudo igual é uma forma de entender a avaliação, mas existe uma outra forma de entender a avaliação que estava lá no PAIUB, e com o qual podia ter sido feito algum grau de entendimento, desenvolvimento simultâneo, que levasse ao não aleijamento puro e simples do PAIUB, mas sim, continuar num processo de investimento nele , não deixar morrer a mingua , assumir, para que ele pudesse continuar fazer um aspecto importante da avaliação que era o que depois vai ser chamado no plano do ministério uma Avaliação Institucional que o PAIUB fazia dentro de uma metodologia muito mais completa e muito mais eficaz.

A avaliação como está agora vai ter problemas de captar o ambiente interno e para ser aquilo que se quer, ou seja, promotora de melhoria. Internamente eu acho que foi um grande equívoco do governo quando ele rompe como PAIUB e aborta, de fato, eu acho que com um pouco de esforço já que são conceitos diferente, poderia ter sido feito uma convivência, desde que tivesse acertos na dinâmica das avaliações que estão caracterizadas no Provão. Que a avaliação antes de ser um conjunto de ferramentas administrativas ela tem que indagar os fins da avaliação.

O que eu quero com a avaliação?

Eu quero o controle dos processos, ou eu quero que os processos sejam assumidos localmente, e a partir de assumidos sejam colocados na perspectiva do desenvolvimento.

Já em 1988 estava disponível nos USA pelo Jorge Madaos estudioso de impactos de avaliação.

Quais são os efeitos, repercursos das avaliações externas?

Jorge Madaos disse:

Quais são os efeitos das avaliações externas.

O poder dos testes e exames para afetar indivíduos, instituições e currículos é um fenômeno perspectivo.

Primeiro os estudantes professores administradores acreditam que os resultados dos exames são importantes, importa pouco se de fato é verdadeiro ou falsa, importa mais o que os indivíduos percebem ser.

Dois; quanto mais indicadores sociais quantitativos são usados para tomar decisões sociais, mais provavelmente se distorcerá tais processos tentando monitora-lo.

Três; se importantes decisões são supostamente relacionadas aos resultados os testes então: os professores ensinarão para o teste.

Quatro; em cada ambiente onde opera um teste, uma tradição baseada em exames passados desenvolve se, o que eventualmente desenvolve de fato o currículo, é ai que esta o grave, ou seja, quando estamos fazendo avaliação como o Provão nós estamos modificando o currículo das instituições.

Cinco: os professores colocam particular atenção na forma dos testes (curta, múltipla escolha, etc), e ajustando o que ensinam de acordo com eles.

Seis; quando os resultados dos testes é o único arbítrio parcial do futuro educacional ou das escolhas de vida, a sociedade tende a tratar o resultado dos testes como o principal objetivo da escolarização em vez de um indicador útil do desempenho, ainda que falível.

Sete; os testes transferem o controle do currículo para as agências que preparam os exames.

Isso são as consequências das estratégias de avaliações nos EUA, já apontado em 1988.

Bom, a gente quer isso? Se for isso que a gente quer então estamos no caminho certo.

O contraponto dessa forma de entender o processo de avaliação me parece que deva ser então o de uma avaliação que aponte o desenvolvimento e transformação, e quem fará? Não é o ministério da educação, ele pode induzir, mas tem que partir da comunidade, se o desenvolvimento de uma instituição não for lançado desde dentro, ele vai ter curta duração, até porque pode haver conflito entre os projetos, porque os projetos que estão sendo induzidos podem não ser os mesmos da comunidade. Aí vem a violência que diz o professor Aguilar, porque mesmo não querendo, elas são forçadas por repercussões criadas para adequá-las.

A avaliação da pós-graduação, CAPES é um caso também, ela segue a mesma estrutura de pressão. Agora, para o envolvimento das instituições teremos que respeitar os Projetos Políticos Pedagógicos dessas instituições, respeitar a individualidade, fazer com que os atores se envolvam, para assumirem êxitos e fracassos daquela instituição e conseguir a partir dele recolocar novas perspectivas.

Do ponto de vista educacional eu não consigo chegar a uma aceitação do Provão, porque ele aponta para uma direção contrária daquela que eu entendo que deva ser um processo de avaliação, mas aí dizem assim, eu quero saber como fazer uma avaliação para 1.180 instituições?

Ora, se nós quiséssemos seguir a estratégia de que o direito público tem o direito de fazer a aferição, ainda assim existem metodologias que podem ser colocada em prática, que permite ao poder público lidar com 1.000 instituições simultaneamente, e mesmo assim, respeitar essas instituições.

Hoje temos tecnologia que nos permite traçar fronteiras de qualidade, ou seja, eu posso pegar 1.000 instituições, submeter essas instituições a um modelo de qualidade construídos com ela, podem ser construídos com elas, para ser captador de indicadores, indicadores acordados em um modelo de qualidade, uma vez processado, pode se criar fronteiras de qualidade, em uma equação CONDIÇÕES X RESULTADOS.

Todos os dados que o professor Jocimar nos mostrou, estão embaralhados em termos de condições de resultados, eles estão mesclados, eles não estão em uma equação, eu diria que esses dados deveriam estar em uma equação onde a relação volume de condições para dar qualidade X conjuntura de resultados obtidos.

Exemplo: os resultados da instituição "A" estão no limite das condições existentes, portanto ela é de qualidade.

Porque o que faz a qualidade não é um critério abstrato, feito de fora do sistema, mas é um critério extraído dentro, que me diz se o volume de condições que tenho, permite que eu utilize aquelas condições no seu Estado pleno. Onde me aparece a ineficácia, ineficiência? Quando as condições dadas são sub-utilizadas ou inexistentes.

Eu posso determinar que, uma instituição "B" comparada com a fronteira de qualidade tem uma ineficiência, porque não utiliza ou subtiliza ou é inexistente. Ela tem uma ineficiência, caracterizada que é igual a folga de qualidade, ou seja, ela tem condição e não usa adequadamente, ela tem uma folga de qualidade que

deveria ser tratada, esse estudo, é qualitativo, ou seja, os estudos não são de tendência central, não é descritivo, são estudos qualitativos, que vão mostrar pra mim que naquela instituição as condições dadas estão aquém de sua utilização, é isso que motiva a folga de qualidade.

Por outro lado tem outras instituições que as condições são inexistentes, que podem estar no limite das condições, eu teria que mexer nessas condições dadas para poder ter um salto de qualidade, entretanto ela é de qualidade.

Nossos amigos das engenharias desenvolveram "Análise por Envoltório de Dados" que permite lidar com grandes quantidades de informações de instituições trabalhando com a fronteira de qualidade, que joga informações de cada instituição, ela foi construída, ela é uma equação. Não é um teste construído pelo MEC, não é um indicador arbitrário, ela é uma equação.

Responsável por Políticas Públicas se lida com 1180 instituições, ela tem que trazer apontamentos para saber onde cabe uma responsabilidade, interferência de Políticas Públicas, ela tem que oferecer condições, se não estiver colocando as condições necessárias. Senão (estiver ocorrendo) quem vai ter que ser avaliado são as Políticas Públicas que permite a saturação destas instituições.(...)

Ocorre o desestímulo para quem está no seu limite e não é reconhecida, por exemplo: com um "E" ou a cor vermelha.

Aqui em São Paulo quem aprova aluno é o SARESP, perdeu-se a autonomia do professor, ele vai lá, faz uma medição e diz: esse aluno passa, esse aluno não passa. É de certa forma a estrutura do Provão, o mecanismo de avaliação externa é o mesmo.

Eu falo tudo isso porque eu não quero que se diga, que não há propostas, que não se diga que não há tecnologia, porque nós somos aquele pessoal de esquerda que fala, fala, mas não apresenta nada de concreto.

Há propostas sim, essa é uma proposta que pode ser aplicada.

Bom, eu de novo, tentando que eu aceite o Provão do ponto de vista dos conceitos educativos. Eu tenho essa dificuldade, motivada a essas considerações, restaria um outro âmbito final, depois disso eu encerro.

Seria a questão técnica mesmo "o Provão diante do Provão", enquanto tecnologia, bem, aí eu prefiro nem ser eu a dizer vou pegar gente insuspeita, que tem analisado o Provão e tem colocado uma questão que é fundamental que é a validade do Provão como construção de testes, eu não estou dizendo de ter ou não ter, isso é uma questão de Políticas Públicas, estou dizendo enquanto instrumento de medida, aí o que se coloca é uma questão tecnológica, avaliar se um instrumento pode ter validade genérica.

Dizem os especialistas, tanto da teoria clássica, como a teoria moderna de medição, que um instrumento não pode ter validade genérica.

Isso é uma questão que tem que ser examinada: "É praticamente impossível discutir avaliação sem tratar, necessariamente do problema da validade(Norris,1989;Fredericksen e Collins,1989) até que ponto a preocupação com os múltiplos problemas da validade chegou até nós é um questionamento que deveria ser objeto da reflexão de todos os avaliadores. É uma pessoa que tem mais de 30 anos de elaborador de testes, podemos encontrar outra colocação " A consideração numa perspectiva histórica das medidas e da avaliação educacional mostra que chegamos a um ponto de viagem em relação as práticas utilizadas pelos professores na suposta avaliação educacional. O importante não é saber que uma criança obteve nota 4 em nossa escala decimal, ou está no percentil 75, ou se situa no etanino 6, ou seu escore z é positivo e acima de 1,5 desvio-padrão, como ocorre em outros contextos. Tudo isso tem muito de ficcional(uma ficção, é bem verdade, baseada em argumentos estatísticos), e não informa as capacidades de cada criança/estudante, pois somente assim a avaliação adquire sentido.(Vianna; Freitas, p.80)*

Sobre especificamente o Provão ainda ha manifestações desses colegas mais experientes que eu, diz assim: "então, conseqüentemente, insisto em não me referir ao SAEB, ao SARESP, ENEM e ao Provão como Sistema de Avaliação. Esses são sistemas que, espelhados no "Nacional Assistente of Educacional Progresso" (NAEPE) nos EUA, tem como função, fielmente cumprida, inclusive, coletar informações sobre o desempenhos educacionais no nível nacional e local, qualquer sem intenção, de analisa-las à luz de variáveis intervenientes permeantes e perpassantes dos processos pedagógicos como, por exemplo, diferenças em tratamentos instrucionais e de gestão a que estão sujeitos a vários tipos de avaliação no máximo são sistemas de "Assessment""(Mildner; Freitas, p.129)* os norte americanos distinguem entre avaliação e assessment, e esse sistema não seriam sistemas de avaliação como o Provão, e na realidade fazem o que " análise de desempenhos educacionais de alunos sem qualquer referência a fatores intra ou extra- escolar, que possam explicar a variância em níveis verificados de desempenhos".(Mildner, T. *A statewide assessment and evaluation of fourth grande mathematics delivery system*. Jerusalém: Ministry of Education and Culture, Israel Curriculum Center, 1989.)

Meu amigo de novo com trinta anos de experiência " Quanto ao ENC, o celebre e controverso "Provão", parece-me um instrumento carente quanto a validade curricular, amostral ou de conteúdo, por não refletir de maneira significativa os diversos currículos. Reconheço, entretanto, que o "Provão" teve algum sentido ao explorar para o grande público a precariedade de numerosas instituições de ensino privado; contudo, parece-me sem sentido a atribuição de conceitos tendo implícita a idéia da distribuição dos resultados segundo a chamada curva normal Gaussiana. "(Vianna; Freitas, p.37)*

Isso é um especialista em avaliação quantitativa, pra não dizer que é qualitativa então concluindo do ponto de vista técnico também ha problemas.

Então o que acho que vai ficando mesmo é aquela idéia de que o Provão é um começo de conversa, se é um começo, porque é que tem que ser um começo de conversa tão dura?

(troca de fita)

O mais produtor nesse momento seria a gente sentar e reexaminar sem violências como disse o professor Aguilar, sem a violência do, ou faz ou faz, essa é a única maneira de produzir avaliação, os conceitos que estão permeando o Provão, será que não tem outras estratégias, outras maneiras, talvez mais indutivas, não do projeto, mas sim do processo de preocupação com a avaliação, projetando fronteiras de qualidade mais próximas, não fronteiras arbitrárias, mas reais empíricas, e discutir em cima dessas fronteiras, como nós podemos mobilizar essas instituições a bancar uma proximidade com as fronteiras que estão próxima delas, para chegar até lá, e por outro lado as políticas públicas fazerem sua parte, refletir sobre as condições que estão dando, e examinarem o que se está se faltando para dar condições, para que se maximize o caminho em direção a essas fronteiras.

Para chegarmos a um outro patamar, e nós podermos avançar. Eu não sou contra a avaliação, sou contra o Ministério da Educação ter insistido durante 6 anos no Provão, tá bom que tivessem insistido 3 ou 4 anos , que era para fazer a máquina pegar, que era para dar o choque cultural, agora depois do quarto ano eu acho que nós já deveríamos ter evoluído para outro patamar, outra concepção de avaliação, outra sistemática de avaliação, agora não adianta apontarmos que no futuro construiremos um novo sistema, como um desdobramento deste , é preciso criar agora condições de uma conversa objetiva para que a gente possa construir esse novo sistema de avaliação.

Qualquer movimento nesta direção tem que ser criado uma base de diálogo

* Citação do livro, AVALIAÇÃO: construindo o campo e a crítica, Luiz Carlos d Freitas, org. Florianópolis: Insular,2002.

abrir mão de alguns conceitos que estão sendo fincados com muita força que deveríamos discutir se eles não podem ser substituídos por outros conceitos melhores, criando uma zona de entendimento não para o futuro, mas para já, ela já deveria ter sido criada a pelo menos 3, 4 anos antes, nesse sentido sentimos uma certa arrogância por parte do Ministério da Educação, pois de fato não há um diálogo estratégico há um diálogo tático, mas isso as políticas neoliberais são mestres, a gente tem que tirar o chapéu, ou seja, o diálogo tático é uma coisa o diálogo estratégico é outra, dialogar taticamente é envolver no debate para meu projeto passar. Estrategicamente é discutir os grandes conceitos envolvidos na questão.

Eu quero um diálogo estratégico.

- Profª. Drª Maria do Carmo:

Vamos abrir para o debate será feito em rodadas, para que todos tenham condições de falar. Eu só queria reiterar que a coordenação gostaria de agradecer a presença dos membros da mesa e a importância para a FE para nós da comissão de Pedagogia da coordenação de Pedagogia.

Na coordenação, as demandas, os pedidos, as angústias são diferentes, uma delas é a angústia da Avaliação Institucional que bate no estudante que vai sair da instituição.

A responsabilidade do estudante de responder quando sai o diploma com aquela nota A - B ou E, por fim, por aquilo por um bom tempo.

Outra coisa é a questão da criação da cultura que o professor Luiz Aguilar nos trouxe, nós falamos muito aqui de cultura, cultura da avaliação cultura da competitividade.

Eu como historiadora da cultura me preocupo com essas inclusões de uma criação de cultura de uma maneira tão manipulada. É bastante assustador que nós destituamos esse sujeito de vida quando nós entregamos a ele a responsabilidade de fazer a escolha do sim ou não, vou fazer a prova ou não?

Quando chegamos no limite para criarmos uma cultura quase desumanizarmos esse sujeito, como se fosse uma questão de escolhas individuais, como se todo mundo tivesse o tempo inteiro fazendo uma história a partir de uma segurança, que seria para gente muito comovedor, quando pensamos nesse debate, pensamos em atender a esse anseio de que os estudantes a quem o Provão é diretamente direcionado, embora toda produção não seja.

Que os estudantes encontrem nesse debate um pouco mais de subsídio, clareza de capacidade pra que possamos fazer suas escolhas.

Eu não gosto quando essas escolhas barram lá na frente nesse indivíduo, numa postura que nós vemos aqui tão grandiosa, numa construção de uma cidadania tão plena, que depois chega numa posição tão individualizada de fazer ou não a escolha do Provão, me parece um caminho bastante perigoso que nós traz uma memória tão autoritária, parece que estamos sempre no dilema do revolucionário, vou ou não vou assumir minha postura?

Eu tenho um pouco de receio disto e estou manifestando publicamente e espero que os estudantes se sintam acolhidos nesse debate se não, vamos continuar com ele e fazer o que deve ser feito.

Vou anotando os nomes de quem vai falar: o Rafael, o Marcelo, Mateus, Larissa.

O tempo é no máximo 3 minutos. Ok!?

-Rafael:

Boa noite, eu sou Rafael sou estudante de Pedagogia, sou um dos coordenadores do Centro Acadêmico de Pedagogia e também do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp. Gostaria antes de qualquer coisa, parabenizar a

Coordenação de curso a professora Ângela e a professora Carminha, é que hoje demos um salto qualitativo no que diz respeito a discussão de avaliação e do Provão mais especificamente nós tivemos um salto muito grande porque: Um; uma mesa muito bem qualificada. Duas; uma contraposição, isso é muito difícil, as professoras conseguiram. Três; plenária cheia.

Eu parabeno a Coordenação de curso em nome do CAP e do DCE, e peço a todos uma palma. Uma só né Caru?!?(risos)

Não vou fazer pergunta não, já estou saturado deste debate, só gostaria de dar um informe:

Teve o Plebiscito do Provão nacionalmente a apuração ainda esta ocorrendo na Unicamp e a apuração da regional que abrange Unesp, Unimep e Unicamp, não terminou ainda porque as urnas só chegam amanhã pelo correio, mas a apuração do curso de Pedagogia já acabou. Em um universo de 480 alunos 217 votaram, isso é um recorde, pois só é um plebiscito, não tem uma disputa em si, como em uma eleição do DCE por exemplo, não é obrigatório.

Tínhamos pouco recursos humanos e urna só ficou aberta em alguns períodos durante uma semana.

As questões são as mesmas das quais o Zé já explicou.

O resultado das questões foi assim:

1 - se concordava com a política do governo de se desresponsabilizar da Educação (213 não concordam e 4 concordam)

2 - se concordava que o governo avaliasse o ensino superior dessa forma, com o Provão. (214 não concordam e 3 concordam)

3 - se concordava com a obrigatoriedade do Provão, o atrelamento da entrega do diploma ao comparecimento a prova. (213 não concordam e 4 concordam)

Foi um plebiscito onde teve debate, gostaria de colocar ao público o resultado do plebiscito e parabenizar mais uma vez a Coordenação e os companheiros da mesa o debate foi realmente muito bom.

-Marcelo:

Boa noite, meu nome é Marcelo, eu reentero o que o Rafa falou eu agradeço a Coordenação por ter realmente possibilitado esse debate aqui.

Tem só alguns pontos que eu quero colocar, a explanação de todos foi extensa e complexa.

O Provão justifica a desigualdade social do país, a desigualdade de possibilidades. Quando você pega alunos que sai de ótimas escolas particulares, vai para instituições de ensino onde ele já tem garantido o seu espaço social, onde ele não tem grandes esforços para ocupar aquele lugar, e outro que vão a duras penas fazendo seus cursos conseguindo chegar numa Universidade, normalmente em uma Universidade paga, onde ele tem um esforço pessoal imenso para poder estar ali, e o Provão vem mais uma vez justificar essa desigualdade, vem dizer que ele fez uma péssima faculdade, se agente mantém, ser avaliado dessa forma simplesmente, vai aumentar as distâncias sociais nesse país, é um modelo de sociedade que esta implícito no Provão, esse modelo competitivo, capitalista onde o ser humano não tem valor só tem valor o ganho de capital.

A outra coisa que eu lamento, é que foi colocada, a questão dos dados, como foram tratados, se coloca que a própria instituição faculdade, ela não tem condições de saber como seu aluno está, ou seja ela precisa de um dado externo para saber se seu aluno está ou não adequado em relação a outras Universidades, eu acho isso empobrecedor do papel da Universidade, eu acho que quem tem que se incomodar é eles que respondem pela Universidade, do que nós alunos, né?

Outra questão que eu colocaria para uma avaliação ser adequada, o exemplo que o professor Luiz Carlos deu aqui foi maravilhoso, ser avaliado se é para ser

avaliado através do aluno ele tem que ser avaliado antes durante e depois, chega pra ele diz você fez uma péssima faculdade no final, o cara já investiu 30 mil.

A outra questão é, o sistema passa a ser burlado, a nota passa a ser burlada, se faz um cursinho só pra fazer a prova, o resultado dessa prova e mentiroso, não condiz com o que o aluno aprendeu durante o curso.

A outra questão é nós sabemos que existem bibliotecas sendo alugadas para instituições de ensino, laboratórios de aluguel, quando a equipe de avaliação vai, encontra bibliotecas maravilhosas, laboratórios maravilhosos, e quando sai a equipe de avaliação, na semana seguinte já tá tudo fora da Universidade, indo para outra Universidade que será avaliada, isso não leva a lugar nenhum, além de que, o que adianta uma Universidade ter um acervo de 50 mil livros, como esses livros estão sendo usados? Que livros são esses? Como é a bibliografia que está sendo usada no curso, eu acho que tem outros critérios, que tem coisa mais relevantes que deveriam ser levado em conta.

Outra coisa é pessoal, a nota não sai no diploma não estamos aqui avaliando essa questão, o diploma sai com a qualificação da Universidade que estamos, não tem ninguém mais que vai dizer com que nota vai sair, é seu currículo escolar que conta.

Eu vou contar uma historinha que é a seguinte: "um criador de cavalos de raça gastava muito dinheiro para manter seu cavalo bem nas competições, nas exposições, e ele começou a ter dificuldades financeiras de manter aquele cavalo de raça, começou a fazer planos, será que se eu abaixar 10% da ração diária dele vai ter alguma queda, ele abaixou 10%, passado um tempo o cavalo continuou bem, estava gastando demais, foi reduzindo, reduzindo, chegou a 50% ele continuou correndo, lindo maravilhoso tirando "A", pensou: esses veterinários, esses especialistas estão enganados, tem alguma coisa estranha, pois o cavalo continuava se saindo bem, foi diminuindo, diminuindo, chegou a 30%. Um dia foi ver o cavalo no estábulo ele estava morto de desnutrição, o cavalo não apresentou sinais de desgaste, mas estava morto".

Eu acho que as instituições universitárias estão exatamente nesse ponto, estamos bem, parecidos com essa historinha, nós estamos cada vez tendo menos recursos e continuamos apresentando "A" no Provão, ótimas qualificações, as instituições públicas vem sofrendo cortes orçamentários e falta de investimentos e mesmo assim apresentam um "A", isso só justifica uma maior falta de investimentos, somos muito bem com poucos recursos. Nós justificamos isso quando fazemos o Provão, dentro de um discurso de aceitação.

Eu quero colocar frente aos meus colegas que eu faço parte do BOICOTE.

- Mateus:

Meu nome é Mateus sou estudante de Educação Física, faço parte da executiva dos estudantes de Educação Física que também ajudou na organização do Plebiscito do Provão, faço parte da coordenação do DCE.

Vou ser mais sucinto que os anteriores.

Quando falamos da indução, a forma que o próprio INEP e MEC fomenta, como a mídia utiliza o Provão para vender jornal. Aí um exemplo clássico foi a penúltima revista do Provão se eu não me engano mostra uma charge que satiriza o boicote dos estudantes de comunicação que este ano chegou a 22% dos cursos tinha lá uma charge "*abaicho* ao Provão". O próprio MEC ironizando uma forma de boicote político, desqualificando quem tem posições contrárias, deixando bem claro a concepção presente nesse órgão que gere a educação pública.

Eu queria fazer uma colocação em relação a coordenação a direção, aos docentes da faculdade de educação, que nesse momento assumem um papel protagonista ao trazer esse debate, essa contraposição, e que após 6 anos dessa avaliação, que é danosa para o futuro do país, não se contentasse em ser apenas

palco de um ótimo debate, mas se propusessem em posicionar-se contrariamente a esse tipo de avaliação, aos boatos de corredor que dizem que as faculdades vão perder verbas, que vai diminuir bolsas, a gente já ouviu muito, inclusive só de levantar a hipótese de um Boicote já tem professor correndo desesperados pedindo para não boicotar, porque podemos perder bolsas, pode diminuir a verba para Universidades, não foi ouvido isso aqui na Pedagogia, mas em outros institutos, sim, tem esse medo.

É importante que a FE avançasse de palco qualificado de debate para uma posição política de denunciar essas avaliações e de tentar fazer com que a Unicamp não legitime essa porcaria que é essa Avaliação Institucional, o Boicote é só o início, é uma tática do momento histórico que só está começando, temos que construir, não uma outra proposta, mas uma outra educação pública, e um outro projeto de sociedade.

-Larissa:

Boa noite, sou estudante de Medicina da Unicamp e estou na coordenação regional do Plebiscito do Provão.

Uma questão que eu queria colocar é o fato de quando há movimentos contrários do que está posto, vem a questão de que se deve colocar uma proposta, isso se dá em vários campos sempre.

Primeiro não temos que ter proposta para resistir com qualificação, como ficou claro aqui na mesa.

Se houve tantos questionamentos e tantos outros pontos levantados como vimos hoje nesse debate, é claro que não queremos substituí-lo, encaixando outro no lugar igual, pois, não usaremos mesma estrutura.

É uma falácia dizer que não havia formas de avaliação, pois tínhamos o PAIUB e na área de Medicina o CINAEM – Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico, ele surgiu de uma discussão muito ampla entre, usuários, médicos, professores e alunos que sentiam a necessidade de transformar o perfil do médico que se formava, isso tudo culminou em Reformas curriculares.

Contrapõe-se a lógica da transformação versos a da punição ou da premiação como o Provão se coloca, fechar instituições que tirarem 3 vezes o conceito "D" e "E" em anos consecutivos, é apenas uma ameaça porque fecharem mesmo acho que até hoje fecharam 3 cursos que eu fiquei sabendo. Aí tem a questão da distribuição de verbas que é determinada pela nota obtida no prova, principalmente nas federais, e outras coisas mais como bolsas da pós-graduação para os primeiros lugares do Provão.

Lembrando o que o Professor Luiz Carlos falou, uma Universidade Pública ligada ao ministério da Educação e avaliada por esse mesmo ministério e é punida, isso é estranho, seria uma auto-punição, então?

Se não é dado as condições, o curso vai fechar? Eu falo isso principalmente em relação as Universidades Federais, todas sucateadas como vimos na greve do ano passado.

Sobre o grande número de instituições privadas que surgiram juntamente com o Provão em 1996, gostaria que o Senhor Jocimar explicasse as políticas de abertura.

Pelo que percebo me parece que há facilidades para se abrir, e um controle para se fechar. Outro ponto é quando determina-se cursos "A-B-C-D-E", está-se predeterminando que há cursos péssimos, então porque se autorizou a abertura de tais cursos?

Uma lógica meio incompreensível, obrigada!

- Profª. Dra. Maria do Carmo Martins:

Vou passar a palavra para os membros da mesa

- Prof. Dr. Jocimar Archangelo:

Eu noto de uma observação das falas do Marcelo, Mateus, Larissa, que estamos falando da Unicamp, das federais, eu queria voltar ao quadro inicial de 1.180 instituições quantas são da qualidade da Unicamp?

Gostaria que houvesse boa vontade para ver o sistema como um todo e não o nosso curso o José Ibiapino disse em um dado momento " Que contribuição o Provão pode trazer para minha formação?"

Não é uma questão individual, não é minha formação o que estamos conseguindo é uma série de dados informações que nos permite sim essa comparabilidade.

Como citou o professor Luiz Aguilar no caso da conversa com seu cabeleireiro, antes desse processo de avaliação a única referência que se tinha eram os resultados da revista "Playboy" .

Me parece que eram referências um pouco menos adequadas do que está se construindo agora, como diz o Professor Luiz Carlos é preciso avançar, arbitrariamente ele estabeleceu o prazo de 3 anos para se mexer nisso mas pode ser 8 também.

Houve a busca do diálogo, desentendimentos e houve dificuldades lado a lado, houve dificuldades de relacionamento de lado a lado.

Eu mesmo percorri o país inteiro, tentando discutir a idéia, isso em um primeiro momento, e foi muito, muito difícil conseguir qualquer tipo de interlocuções em todos os níveis , é nesse primeiro momento o que causou muito espécie é que havia um certo acordo tácito vindo das escolas que deveriam de fato ter se preocupado com a avaliação eu não acredito que venha de dentro das instituições, como disse o professor Luiz Carlos, tomei a iniciativa, pois as que achamos que mais precisam jamais são as que tomariam a iniciativa.

Havia um grande movimento que vinha dessas instituições que de fato deveriam ter preocupações com a avaliação externa ou qualquer outro tipo, e apoiadas pelas reitorias das principais Universidades brasileiras, foi difícil romper esse movimento de defesa, embora todos dizem ser a favor da avaliação mas nunca é aquela avaliação que se propõem.

Sempre há um tipo de objeção a se fazer, estamos construindo um sistema, temos deficiência, temos uma serie de questões para serem resolvidas é claro, mas não da para negar os avanços, esses avanços são reconhecidos pelos próprios alunos que respondem o questionário todo ano, se pegarmos a média de alunos de 97 e compararmos com a mesma instituição em 2001 a média geral da imagem que estão saindo de sua instituição é uma imagem melhor, a qualidade é melhor, a titulação dos docentes de todos os cursos é melhor, é um avanço e tanto, acho uma pena que alunos de grandes Universidades não se propõe a dar referência de conhecimentos que eles tem, o fato de uma instituição como a Unicamp tirar um conceito "E" é irrelevante, existe uma reputação que é firmada há muitos anos, mas isso é claro distorce a possibilidade comparativa, isso é um equívoco, quando os alunos participam estão dando sua contribuição para que se estabeleça dados e informações para até que se achem as tais fronteiras que o professor Luiz Carlos quer que se ache, quais as situações de contorno, foi preciso ser feito o que foi feito, para a situação de contorno avançassem, hoje sem dúvida nenhuma as

situações de contorno das instituições particulares, mudou significativamente depois do advento da avaliação, uma avaliação defeituosa, mas é o que temos.

Vou fazer alguns comentários nessa direção, vou falar uma frase do Madaos que o professor não selecionou, desse mesmo livro que o professor Luiz Carlos leu, diz numa certa altura: "a capacidade de indução que esse tipo de avaliação tem", comenta sobre uma dificuldade que um determinado Estado norte americano tinha de implementar um determinado curso de matemática moderna, os professores só passaram a trabalhar esse conteúdo quando no concurso para novos docentes de matemática foi incluído esse tema, então não vamos satanizar o Provão e nem o sistema de avaliação.

Nós estamos construindo, vou deixar um material que estamos fazendo é um material que esta sendo feito com a comunidade acadêmica.

Quando é colocado sobre a interferência do currículo, segundo Madaos muitas vezes estamos interferindo mesmo, e quem está dando uma proposta? E é um burocrata do MEC? Não, são professores, colegas de vocês que com toda liberdade tem estabelecido as normas desses trabalhos.

Tentei clarear um pouco, sobre muitas falas que houve aqui.

- Profa. Dra. Maria do Carmo Martins: você quer falar Zé?

- Acadêmico José Ibiapino:

Quería comentar a fala do Marcelo sobre acompanhamento e tudo mais, me causa uma certa estranheza que a gente já tenha um consenso, uma visão meio geral que o vestibular não é um processo educativo, mas sim claramente um processo de seleção, porque não há vagas para todos, e a gente faz tantas críticas dessa falta de vagas no ensino superior a comunidade acadêmica como um todo vê a necessidade de se ampliar o numero de vagas do ensino público começamos a encarar com naturalidade um outro sistema que no fundo no fundo é também classificatório é um vestibular para a vida, vou ter um emprego "A-B-C-D ou E" de acordo com a faculdade que pude pagar, com o vestibular que pude passar, assim essa coisa esta muito intrínseca e a gente começa a aceitar que o problema é por mérito pessoal, eu que não pude ter condições de formação adequada, e acaba levando isso pro resto da vida.

- Profª. Drª. Helena de Freitas

Quero parabenizar a realização deste debate.

Uma primeira colocação, eu gostaria de falar que na semana passada eu andei por quatro coordenações de curso debatendo o Provão pude perceber a ansiedade dos estudantes, eu acho que o Plebiscito acaba dando uma conformação, porque manifesta a opinião sobre o Provão, independente do Provão em si, e da angústia que o estudante fica ao preencher a prova ou não.

A FE tem uma tarefa, de na Unicamp responder esse desafio, eu queria trazer para discussão que foi posta pelos estudantes.

A Unicamp não soube lidar com isso a Engenharia Civil foi a primeira unidade que teve Provão e não preencheu e depois teve toda uma pressão sobre a Engenharia Civil para preencher a prova a gente perdeu naquele momento esse movimento de resistência e de construção de uma alternativa.

Uma segunda questão não tenho receio do estudante que vai ser penalizado por uma questão se vai ou não vai responder a prova, porque se a nota não vai sair no diploma então só resta a nota "E", e se resta a nota "E" quero fazer um desafio aos professores que nós tenhamos também junto aos estudantes uma atitude de resistência e

possamos não receber as comissões de avaliação.

É construindo coletivamente uma alternativa, e até exercendo o direito de fazer uma outra forma de avaliação, ao contrário do que manifestou o Mateus, que nós não precisamos de uma outra, acho que nós precisamos sim, que tenha como referência que o movimento dos educadores tem definido a qualidade social da Universidade a qualidade social da escola pública, é esse o norte e eu acho que aí fica uma discussão de proposta pra Unicamp se nós somos referência pelo positivo como o professor Jocimar colocou, temos também que ser referência para outro positivo, construindo alternativas em oposição ao que está posto aí.

E aí Jocimar, fui convidada para participar da comissão do Provão e recusei, foi uma decisão sabia naquele momento, porque eu sinto que os colegas da Pedagogia que estão na comissão do Provão não se reconhecem no Provão da Pedagogia.

Nós tivemos no interior da Unicamp, vários estudantes do primeiro ano que conseguiram responder a prova, há um estudo longitudinal da revista 'Veja' que mostra através de 4 anos como engenharia ou direito, não me lembro, responderam essa prova por alunos que não eram concluintes. Então eu acho que a gente tem no mínimo uma dúvida com relação ao instrumento. Dentro da lógica do instrumento, que eu quero fazer essa pergunta, uma coisa é uma comissão que define e eu acredito nessa comissão, porque é uma comissão composta pelos colegas mais representativos da área da Pedagogia, não tenho nenhuma suspeita da comissão, mais do momento que você define as questões e se define o exame, e o uso desse exame, vai uma diferença muito grande, eu era uma pessoa e o Zé sabe disso, coloquei a possibilidade que tivéssemos uma resposta da Pedagogia no primeiro exame pra nós termos uma idéia do que significaria o Provão, hoje com essa informação que alunos do primeiro ano conseguiram, responderam as questões, eu acho que nós não temos parâmetro pra saber o que é o curso de Pedagogia no Brasil.

Minha pergunta é simples, das 1.180 instituições quantas são Universidades?

Porque eu concordo com você que tem particularidades, pra gente que lida com instituições de esquina, nós sabemos o que isso significa, mais eu tenho a leve impressão que uma avaliação a cada 3 ou 4 anos, com uma comissão de dois colegas que sente durante dois dias, duvido que consigam alterar o quadro do trabalho Pedagógico no interior da instituição, quando muito pode alterar o tipo de resposta, e de preparo que os alunos vão ter para olhar determinada prova, no final dos 4 anos, acho que quem lida com essa questão da educação, por isso que nós da FE temos um desafio a mais porque nós somos a área, nós temos que olhar para todas as provas, não só a de

Pedagogia, porque quem mexe com avaliação é nós, temos que tirar do campo da estatística e trazer para o campo da educação, quando fizermos isso nós vamos dar ao campo da avaliação a dimensão que ela pode ter no processo pedagógico, porque hoje ela esta nas mãos dos estatísticos e dos economistas, temos que trazer para nosso campo assim a Faculdade tem uma dupla responsabilidade nesse sentido.

-Prof^a. Dr^a Maria do Carmo Martins: Jocimar vai responder a questão da professora Helena?

-Prof. Dr. Jocimar Archangelo:

Eu só queria fazer duas observações, o numero de Universidades é em torno de 150, 156 Universidade, 59 Centros Universitários e os demais Faculdade e Faculdades Integradas.

Helena eu também não acredito que em educação se consiga uma revolução em 4 anos, não vai ser possível, eu entendo que toda essa movimentação do Provão essa visitas dos pares tudo isso ai vai constituindo um envolvimento que vai fortalecendo o sistema como um todo em termos de titulação docente, isso em escolas particulares também, não só nas públicas, vemos essa curva de crescimento, podemos imaginar que isso não foi só devido a avaliação, mas seguramente a avaliação contribuiu para levar a isto.

O instrumento de Pedagogia no primeiro ano de aplicação da prova muito provavelmente nós não ficamos muito felizes, uma comissão normalizou, definiu diretrizes, proposta, outro grupo que é abanca elaboradora vai ter que traduzir aquilo em um instrumento.

Muito provavelmente em um primeiro momento, não se chega exatamente a onde se queria, essa comissão avaliou e discutiu muito essa prova anterior, isso em todos os cursos.

Este ano estamos dando 15 seminários com todos os coordenadores de curso de cada áreas, cada dia é uma área, os coordenadores de curso recebem a prova, recebe informações de que conteúdo, que habilidades, o que cada questão esta enfocando, é um questionário sobre a avaliação desta prova, não só os coordenadores de cursos enviaram seus Projetos Pedagógicos, a comissão trabalhou inicialmente com esses projetos pedagógicos, de um síntese desses projetos, ou seja, vem de dentro da instituição, depois os coordenadores avaliam essa prova nos mandam seus comentários, suas críticas, suas broncas, suas observações todas, toda essa comissão de sete professores discute tudo, o que nós esperamos é que para o ano que vem a prova de Pedagogia esteja mais compatível com a filosofia, com a proposta de qualidade, isto vem ocorrendo com todos os cursos, todos eles tem observações, objeções eu acho isso

natural que ocorra mesmo, o importante é estar aberto e discutindo com a comunidade para poder avançar.

Então avançamos como? Os coordenadores enviam os projetos pedagógicos, os coordenadores fazem comentários sobre a prova, faz a crítica, os coordenadores iam para esses debates que são esses seminários que se faz anualmente são 15 esse ano, então o esforço que nós estamos fazendo para tentar levar esse debate a comunidade acadêmica, eu espero que de algum fruto, seguramente não se consegue nada instantaneamente, mas que estamos progredindo não tenho duvida nenhuma.

-Rosenanda:

Bom, eu queria começar a minha fala , vou tentar ser mais sucinta que eu puder. Primeiro agradecendo muito a turma 98 de Pedagogia pela coragem daqueles que Boicotaram o Provão ano passado.

Vou começar com minha crítica a academia, porque eu tenho uma crítica, hoje a gente teve o "Salão Nobre" lotado, tinha gente sentada no chão, fiquei super emocionada, por isso, eu agradeço a coragem da turma de 98 de Boicotar, pois isso não seria possível, eu discordo do senhor quando disse que o "E" não era significativo, o "E" foi tão significativo que foi por causa desse "E" que estamos tendo esse debate aqui, foi por causa desse "E" que alguns professores se abriram para estar discutindo isso com a gente, e que tem tanta gente aqui hoje, porque se a turma de Pedagogia tivesse tirado "A" Unicamp seria "A" no Provão e não teria o que e o porque discutir, mas quando alguém se posiciona e Boicota é como o Ibiapino falou, as vezes a única maneira que temos de ser ouvido e gritando, e quando alguém gritou, resolveu, vamos parar, e vamos discutir a respeito do Provão, e minha critica fica aos professores, o Provão esta acontecendo a 6 anos , e só agora é que nós estamos parando para discutir ele, eu queria seguir numa linha de critica do professor Luiz, construtiva, não é pra destruir dizer não vale, é pra dizer poxa o que esta acontecendo de errado, vamos tentar mudar, do mesmo jeito quando estou sendo avaliada, os professores não estão dizendo você não presta, olha o que esta errado, vamos tentar mudar.

Primeiro é como a professora Helena falou os profissionais da faculdade de educação tem uma grande responsabilidade de colocar o sistema de avaliação de todos os cursos em questão, se o percurso não mudou até agora não e só responsabilidade do MEC mas e nossa também e de todos que entende de educação e não se posicionaram francamente antes desse momento.

Em relação as políticas do MEC eu queria fazer umas perguntas, porque que a ênfase é tanta no boletim daqueles que vão fazer o Provão a ênfase é colocada no Provão, no exame que os alunos fazem, uma ênfase maior das condições institucionais das condições física, da qualidade das formações dos professores, das condições que são dadas para ele se formar, porque que a ênfase não é colocada ai, porque que a ênfase é colocada toda no ENC, é nesse sentido eu queria perguntar o que o MEC entende por formação na graduação e se o critério é educação ou é instrução, e principalmente como que o MEC vê os estudantes, nós somos produtos do processo de educação, quando uma avaliação é feita no final do curso isso me parece muito com controle de qualidade, o bom vai para a venda, se é ruim fica de escanteio, independente de ser divulgada isso fica um peso na nossa formação muitas vezes, está sendo exigido para a pós- graduação a nota do Provão já foi utilizada como critério de admissão ou não, de um aluno da pós-graduação, nós somos indivíduos, então porque o processo não é entendido a formação de graduação como um processo acho que todo mundo que está sentado aqui na mesa deve ter uns 10 anos de profissão pelo menos, creio que em 4 anos de graduação deve ter decidido o futuro de vocês por muitos mais anos de suas vidas.

Então porque não é visto com todo carinho, com toda ética esse processo de formação na graduação, porque a avaliação não é desde o início e segue o processo para ver se está havendo progresso ou não se esta havendo falhas ou não, é pra se corrigir, antes de deixar um curso particular abrir, depois no quarto anos o aluno não receber o diploma ou recebe uma péssima notícia que por 3 anos consecutivos avaliação foi ruim e o curso foi fechado, porque não existe um respeito com os indivíduos que estão passando pela graduação e não se deixa dar essa conotação de produto, porque é assim que eu me sinto se eu for uma etiquetinha de qualidade lá no final, eu prefiro a etiquetinha do Boicote, e eu vou BOICOTAR!

-Prof. Carlos Miranda:

Meu nome e Carlos, sou professor da faculdade de educação e fui estudante de graduação aqui, a primeira coisa que eu queria discordar do professor é sobre o processo de capacitação dos professores de muitas escolas, de muitas Universidades que se deve ao Provão, eu fui professor da PUC durante 10 anos nós construímos lá um processo de capacitação docente muito bom, a necessidade da titulação pra PUC continuar sendo Universidade, eu acho esse fator aí sim de coerção, até fator positivo de direcionamento do que deve ser uma Universidade, levou os professores a capacitação o que contraditoriamente, justamente nesse momento de necessidade o processo de construção de carreiras docente da PUC foi detonado pela igreja, mas de qualquer forma eles tem que cumprir a determinação

mínima para se abrir uma Universidade eles vão continuar capacitando principalmente na Unicamp como foi meu caso.

Eu tenho uma questão pontual, a obrigatoriedade do Provão no meu entender, a obrigatoriedade do Provão hoje é um dos fortes elementos de indução da política que foi colocado aqui, vou fazer uma pergunta de outra forma qual o medo que vocês tem? Que o aluno não faça a prova, por acaso os alunos, os professores são grupos perigosos, que não vamos querer avaliar a nós mesmos, qual o medo que o MEC o INEP tem de oferecer um processo de avaliação que não seja obrigatório?

Eu falo isso porque sou da comissão de Pedagogia completando a duras penas um processo avaliatório que principalmente envolva o aluno naquilo que ele quer, começamos aí com 2, 3 questionários, o problema não é esse, o problema é chega e se diz: todos tem que responder senão não passam na disciplina. Graças a Deus não é assim, senão os alunos saíam em passeata pela Universidade, tenho orgulho de dizer isso.

Será que é o medo de saber que essa prova não tem legitimidade junto aos alunos.

Eu acho que é urgente rever essa posição da obrigatoriedade, caso contrario não está sendo diálogo que diálogo é esse que me obriga a dizer sempre as mesmas palavras.

-Prof. Dr. Jocimar Archangelo:

Carlos eu não me lembro de ter dito que a capacitação se deu devido ao Provão, ele contribuiu para esse processo de capacitação, eu não confundiria a PUC com a maioria das escolas de ensino superior do país, eu não compararia, as escolas públicas e as PUC's tem características diferentes, não são instituições que tem uma lógica de mercado, só que nessas instituições sim foi ampliado o trabalho de capacitação, sem dúvida nenhuma a partir do momento que ouve exigências nessa direção, ninguém vai imaginar que por livre e espontânea vontade essas instituições fizessem esse tipo de movimento, acho que nós não deveríamos ser ingênuos para imaginar que estas coisas ocorreriam espontaneamente, você mesmo disse que a duras penas esta implantando o processo aqui posso inverter a pergunta medo do que vocês tem? Eu acho que não coloca a coisa nesse lugar, como eu não colocaria para vocês esse tipo de pergunta, não cabe a vocês fazer esse tipo de pergunta a mim.

Outra coisa, a obrigatoriedade está estabelecida em uma legislação, ou seja, passou pelos trâmites que normalmente passam as leis em um Estado democrático, isso foi aprovado na Câmara Federal, no Senado Federal, e derrubar essa obrigatoriedade é o papel da Sociedade Civil, na Câmara, nos Fóruns competentes, pelo que eu sei não é isso que está ocorrendo, o que está ocorrendo são

pressões na Câmara e no Senado para que coloque a nota do aluno no Provão no histórico escolar, eu só estou dizendo que existe esse movimento da sociedade, mais punitivo, (platéia Rafael Pergunta: quem esta pressionando?) quem estão fazendo isso são os proprietários de escolas particulares (platéia HAHahaha!!!) então veja uma coisa, não adianta agente ficar achando, que só nós temos razão, existem outras forças na sociedade que estão se movimentando, para que a gente não fique com ilusões.

Essa questão da obrigatoriedade é uma questão de rever a legislação, acho que vocês deveriam cair, vocês deveriam movimentar e mobilizar os representantes que vocês tem nós lugares certos, porque outras pessoas estão tomando outras (providências), só pra gente saber disso.

Rosenanda essa avaliação, o Provão não e institucional, são diversos tipos de avaliação, avaliação das Condições de Ensino onde dois professores vão visitar aplicam uma série de critérios alguns foram citados aqui no curso a Avaliação Institucional é a terceira etapa, a quase 8 anos atrás a Unicamp já fez isso, a federal de Minas Gerais já fez isso, a Federal do Rio Grande do Sul já fez, a Federal de Pernambuco já fez, agora eu quero saber das 1.180 quantas outras fizeram? nós vamos iniciar um processo de Avaliação Institucional esse ano, então são coisas diferentes, a avaliação dos processos vai ficar por conta dos nossos professores no cotidiano avaliar o processo, uma outra coisa importante, o fruto do trabalho de cada uma das nossas instituições vai ser direcionado para sociedade e ela espera receber profissionais qualificados não vamos imaginar que isso significa manter os estratos sociais, pelo contrario nós precisamos exigir que não haja cursos de segunda categoria cursos que são para meninos mais pobres tenha a mesma qualidade do curso que são dados para vocês, e isso que nós precisamos conseguir.

Outra coisa colocada é sobre a abertura de cursos, eu não acredito que vocês são contra a ampliação de vagas possibilidade de um maior numero de jovens como vocês de freqüentar a Universidade, durante anos e anos se brigou para aumentar o numero de vagas, ninguém aqui pode ser contra isso, é preciso que essas instituições tem que ter um mínimo de qualidade e isso nós estamos tentando controlar nesses nossos sistemas de avaliação.

-Prof. Dr. Luiz Carlos:

Bem Jocimar, é um diálogo de surdos, os critérios são tão diferenciados que não consegue um patamar mínimo de entendimento. Vocês estão convencidos de que estão na linha certa, na direção certa, estão convencidos, isso faz parte da ótica de quem está no poder.

Mesmo quando a gente está numa posição de comando, a gente tem que governar, de certa forma essas coisas são naturais, quem está para governar tem que governar, e aí termina sendo que você adquire uma estrutura de conceitos e de propostas que ela é praticamente automática ou seja, ou porque você tentou discutir em outras oportunidades, por interlocução ou por algum motivos.

Então eu acho que vai ser por decurso de prazo, vão fazer a política, tentar trabalhar dessa maneira, vai ser por esgotamento, ou seja, porque do ponto de vista da avaliação essa forma de montar o sistema de avaliação, se é que pode dar um tranco no sistema, depois que der o tranco, depois que fechar todas as faculdades que são de 2ª e de 5ª categoria e aqui vou dizer uma coisa, com toda a responsabilidade de quem está num campo de esquerda, porque eu acredito que as coisas tem um norte, eu sou contra a iniciativa privada, agora meu conceito de educação e avaliação, vou dizer com toda a responsabilidade eu não quero fechar as piores faculdades particulares, se quiserem discutir vamos acabar com a iniciativa privada no campo da educação eu sou o primeiro a estar lá brigando por isso, mas já que ela existe e nós estamos trabalhando com o suposto de que ela está aí, o tratamento pra ela não pode ser esse, se elas vão continuar existindo que elas possam ser puxadas pra um outro patamar, mas eu não quero fecha-las, isso revela o conceito de educação que está por trás, o ministério coloca isso como sendo a âncora da avaliação, precisa ter avaliação, porque tem Universidade de baixa qualidade, nós precisamos fechar com eles, se eles não demonstram qualidade, eu acho que não, nós precisamos identificar que eles estão fora das especificações mínimas que nós entendemos ser qualidade, agora é preciso puxar essas pessoas para um outro patamar, aí sim eu concordo, o governo tem um papel de condutor das políticas públicas, de estimular a qualidade.

Se tivesse que ter um decreto existiria só um artigo, primeiro a qualidade das instituições escolares não é optativa ponto, entra em vigor na data de sua publicação, eu completaria com mais um, eu diria assim, que em 60 dias cada um teria que propor uma estratégia para qualidade, mas que seja uma estratégia local, cabe ao poder público não contemplar a ineficácia e ponto, mas tem outros mecanismos que deve estimular as instituições manifestarem-se, esses parâmetros de avaliação podem ter sido processado para dar um tranco no sistema mas se eles não forem alterados eles vão perder a eficácia como a passagem do tempo as instituições são sábias elas encontram formas de burlar o sistema.

Vocês vão ter que virar uma Receita Federal, que vão lá nas unidades fazer inspeção etc e tal, quando você falou do software eu lembrei do software que a Receita Federal desenvolveu, chegou a receita na Unicamp instalou o software, rastreou tudo e disse você me

deve 0,8 centavos, aí você tem que pagar os 80 centavos que não pagou no ano de 1996.

Eu acho que no caso das questões educacionais não vão funcionar, tudo bem vocês acreditam nisso tudo, bem então vai ser na experiência, vai ser na prática, esses conceitos de avaliação são da primeira geração, em avaliação, nós estamos lá pela terceira mais ou menos, eu acho que a gente tem que chegar pelo menos na segunda geração que é a segunda geração norte americana era composta por pessoas da área quantitativa que haviam trabalhado quantitativamente como **Goba**, como **Lincom**, **Baton**, com formação pesada quantitativamente, e que viram os limites disso na prática e que foram procurar alternativas qualitativas porque viram que não dava conta dos fenômenos só de forma quantitativa.

Eu tenho tido diálogo com um conjunto de avaliadores da área quantitativa porque eu me esforço para entender essa área, estou lá estudando técnicas quantitativas e tal, mais o que agente nota é impermeável e eu suspeito que vocês estejam com essas pessoas como interlocução, o que faz com que se crie um bloco monolítico em termos de concepções e assim é quase uma cruzada contra a ineficiência, não vai ser dessa forma que a gente vai avançar nesse campo, aí eu acho que esses resultados obtidos, eles poderiam ser obtidos de outra forma, quem disse que nós não poderíamos obter, os patamares que vocês mesmos dizem que não são patamares de altas exigência por outros procedimentos, então, já aprendemos que nós não devemos punir o aluno quando ele vai mal em uma avaliação, no ponto de vista acadêmico nós já entendemos isso, agora esta faltando entender que quando as instituições vão mal o conceito é o mesmo, não adianta puni-las, não adianta puni-las porque ela vai mal, a gente já aceita que não puna os alunos, mas a gente defende que punam as instituições, é aí que esta o âmbito da questão qual é o conceito de avaliação esta sendo colocado na mesa, aí você coloca que pode ser 3 ou 8 anos, não pode ser 8 anos Jocimar, porque a avaliação é muito importante para que ela fique aguardando um processo natural de esgotamento de conceitos, para evoluir para outros, eu acho que é mérito deste governo é ter colocado a questão da avaliação, mas não pode viver disso, tem que evoluir para outras coisas, ir para outro patamar e isso não pode esperar, isso tem que ser feito logo, temo que a gente vai ficar preso nesses conceitos, veja, a situação do governo é confortável porque quando você diz vai lá na Câmara para poder mudar você sabe como que é o jogo, sabe como é as votações, então você diz tenha competência para por gente lá, é uma forma de ver as coisas.

Gostaria de dizer uma coisa, até as ditaduras caíram, então se você tem uma posição confortável em um certo momento, isso não significa que você terá para todo o sempre, ou seja, eu acho que é

exatamente agora que você tem que tomar as medidas pra você avançar, e não ficar preso numa estrutura, assim eu tenho o poder, eu aprovei no congresso, a esquerda que se vire que crie competência, arrume mais gente, bom eu escutei isso quando eu tinha 18 anos, e naquela época agente era pisoteado e desafiado, bem algumas décadas depois tinha virado.

- Prof^a. Dr^a Ângela Soligo:

Vou pedir para as pessoas que se inscreveram abram mão de suas falas, pois nós já passamos do tempo, senão quem vai encerrar o debate vai ser Sr. Ivo, vou pedir para o professor Luiz Aguilar fazer uma fala rápida o José Ibiapino e o professor Jocimar.

- Prof. Dr. Luis Aguilar:

Na verdade o Luiz Carlos foi muito feliz, muito profundo e abrangente em sua fala me lembrou de uma definição muito recente que teve no Chile, lá se viveu algo parecido, em um debate que estive uma pessoa se levantou e disse eu sou da escola azul, e eu pergunto o que significa isso? Disseram: a escola azul significa tal, todas ranqueadas, no café um americano esfregou em minha cara um relatório, que é o relatório da promoção da Reforma da América Latina, onde está a avaliação, na América Latina vocês são incompetentes, não sabem fazer, e enumerou 9 problemas, perguntei porque a razão? Nós estamos avaliando a América Latina e vemos que vocês, as Reformas são péssimas, são ruins aliás, estavam escritos o resultado da avaliação, os sistemas da América Latina são decepcionantes Digo qual é a causa: vocês não tem nada haver com isso, porque na verdade os sistemas nossos, são resultados históricos, não ha incompetência. Quando se tem um avaliador externo fica muito complicado discutir a causa mesmo, porque parece que não tem como mover isso, aí parece ter semelhanças com esse diálogo, tentando ir a fundo com essas questões da avaliação.

- Acadêmico José Ibiapino:

Bom, primeiro queria parabenizar a mesa pela iniciativa acho que foi muito rica essa discussão muito interessante acho que deveria ter mais vezes ao longo do ano, em outras discussões, vou fazer duas considerações para fechar a primeira e em relação da questão desses cursos que não tem qualidade e que tem que ser forçados a melhorar ou deixar de existir eu acho que dentro dessa lógica de competitividade de um ranque classificatório levam vantagem aquele curso que não tem compromisso com projeto nenhum, não vamos ver de fato a Unicamp a Puccamp burlando os meios por que isso não

condiz com sua proposta com o seu comprometimento com a educação mas da forma que está colocado quem vai fazer uso disso é quem não tem compromisso e nesse sentido uma competitividade pra gente culmina numa derrota, ainda que a gente consiga se manter por um certo tempo pela qualidade e tudo mais quem leva vantagem nisso quem vai crescer é aquele que não vai respeitar de forma alguma nenhuma concepção de educação, que vão fazer cursinho, que vão aumentar incentivos diversos aos alunos e vão deixar de lado o comprometimento com a formação.

A última coisa é essa questão da construção coletiva ainda que eu entenda a necessidade de uma comissão para elaborar porque também não da para construir nada em multidões a desvinculação disso com qualquer discussão que envolva mais o meio acadêmico , pra mim fica claro, não é o fato de termos uma comissão de pessoas envolvidas com educação que amplia a discussão em outros aspectos, não adianta falar que temos uma comissão, como é que ela trabalha, qual é o tempo dos professores para isso, o formato do trabalho tudo isso tem implicações direta. E aí também tem a questão do coordenador pedagógico, ele é fundamental, mas não é o coordenador pedagógico que é responsável pelo projeto político pedagógico, somos nós, quero incluir os docentes, os funcionários, não dá para deixar só na mão do coordenador pedagógico, como representante nosso acho que tem que haver uma capacidade de envolver toda comunidade acadêmica. Obrigado.

- Prof. Dr. Jocimar Archangelo:

Eu já falei de mais, muito obrigado!

- Profª. Drª Ângela Soligo:

Eu queria agradecer as pessoas que compuseram a mesa, o José Ibiapino, o Luiz Aguilar, o Luiz Carlos, e principalmente o professor Jocimar e todos que estavam aqui até agora.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 147, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, com a finalidade de avaliar a capacidade institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, o processo de aprendizagem e a responsabilidade social das instituições de ensino superior avaliadas.

Parágrafo único. O Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior será desenvolvido em cooperação com os sistemas estaduais de educação.

Art. 2º O Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior deverá assegurar:

I - o caráter público de todos os processos e procedimentos avaliativos;

II - o respeito à identidade e à diversidade de cursos e instituições de ensino superior;

III - a participação do corpo discente, docente e técnicoadministrativo, bem como da sociedade civil, por meio de suas representações; e

IV - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais dos cursos e das instituições de ensino superior.

Art. 3º A avaliação de que trata o art. 1º desta Medida Provisória será realizada pelo Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Art. 4º Ficam instituídas, no âmbito do Ministério da Educação e vinculadas ao Gabinete do Ministro de Estado, as seguintes Comissões:

I - Comissão Nacional de Orientação da Avaliação - CONAV; e

II - Comissão Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - CONAPES.

Art. 5º A CONAV estabelecerá as linhas acadêmicas da avaliação do ensino superior, cabendo-lhe:

I - analisar as necessidades de desenvolvimento e transformação do conhecimento nas diversas áreas;

II - orientar a avaliação segundo as disposições do Plano Nacional de Educação;

III - diagnosticar as demandas sociais relativas ao ensino superior;

IV - desenvolver interação constante com os poderes constituídos, com as entidades da sociedade civil e com o terceiro setor;

V - realizar seminários e encontros com os sistemas educacionais estaduais e municipais;

VI - manter integração permanente com a CONAPES;

VII - divulgar os resultados das avaliações;

VIII - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação; e

IX - realizar reuniões ordinárias a cada três meses e, extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 6º A CONAV será composta por sete membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação e designados pelo Presidente da República.

§ 1º A indicação a que se refere o **caput** deverá recair sobre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico e que apresentem importante inserção social.

§ 2º Os indicados deverão, ainda, representar a sociedade civil organizada e os seguintes segmentos das instituições de ensino superior:

I - corpo docente;

II - corpo discente; e

III - corpo técnico administrativo.

§ 3º O Presidente da CONAV será escolhido dentre os membros designados e exercerá o mandato por um ano.

§ 4º Os demais membros da CONAV terão mandato de três anos, exceto os representantes do corpo discente, que terão mandato de dois anos.

§ 5º Fica autorizada uma única recondução apenas para o Presidente da CONAV.

§ 6º As instituições de ensino superior deverão abonar as faltas dos estudantes que, em decorrência da designação de que trata o **caput**, tenham participado de reuniões da CONAV em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

Art. 7º A CONAPES deliberará sobre os critérios, métodos de análises e procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, cabendo-lhe:

I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional de cursos;

II - organizar e designar comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação; e

VI - realizar reuniões ordinárias a cada três meses e, extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 8º A CONAPES será composta por sete membros, designados pelo Ministro de Estado da Educação, na seguinte conformidade:

I - o Presidente do INEP, que a presidirá;

II - dois representantes do INEP;

III - um representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e

IV - três representantes do Ministério da Educação.

Art. 9º Os membros da CONAV e da CONAPES que exerçam cargos ou funções públicas terão suas faltas abonadas, fazendo jus, quando convocados pelas respectivas Comissões, a transporte e diárias.

Parágrafo único. A CONAV e a CONAPES serão implantadas no prazo de dois meses a contar da data de publicação desta Medida Provisória.

Art. 10. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior.

Art. 11. O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação dos cursos das instituições de ensino superior.

Parágrafo único. O resultado a que se refere o **caput** será reunido nos seguintes níveis:

I - qualidade institucional satisfatória;

II - qualidade institucional regular; e

III - qualidade institucional insatisfatória.

Art. 12. Os resultados considerados insatisfatórios ou regulares ensejarão a celebração de pacto de ajustamento de conduta, a ser firmado entre a instituição de ensino superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pelas instituições de ensino superior com vistas à superação das dificuldades detectadas;

III - a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes; e

IV - a criação, por parte da instituição de ensino superior, de comissão de acompanhamento do pacto de ajustamento de conduta.

§ 1º O pacto a que se refere o **caput** será público e disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do pacto de ajustamento de conduta, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I - suspensão temporária da autorização de funcionamento do estabelecimento de ensino superior ou do respectivo curso de ensino superior; ou

II - cassação da autorização de funcionamento do estabelecimento de ensino superior ou do reconhecimento do respectivo curso de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas pela CONAPES, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 3º caberá recurso hierárquico dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da autorização de funcionamento do estabelecimento de ensino superior ou do respectivo curso de ensino superior será definido em portaria do Ministro de Estado da Educação.

§ 6º O descumprimento, total ou parcial, dos termos contidos no pacto de ajustamento de conduta firmado com instituições públicas de ensino superior ensejará a aplicação da pena de advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada.

Art. 13. As instituições de ensino superior, públicas ou privadas, ficam obrigadas a constituir Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de noventa dias, a contar da publicação desta Medida Provisória.

§ 1º As CPA responsabilizar-se-ão pela condução dos processos de avaliação internos das instituições, pela sistematização e pela prestação das informações solicitadas pela CONAPES.

§ 2º As CPA deverão ser constituídas em ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento.

§ 3º As CPA terão atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes nas instituições de ensino superior.

§ 4º Na composição das CPA, observar-se-á a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada a instituição de comissão que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

Art. 14. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 15. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a alínea "a" do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e os arts. 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

Brasília, 15 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

(DOU de 16/12/2003 – Seção I – p.2)

